

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA - PPGSS

**ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: CONSTRUÇÃO DE
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A ASSOCIAÇÃO “FLORES DA
EVA” NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA-AM**

MARIA DAS NEVES OLIVEIRA CANDIDO

Manaus
2014

MARIA DAS NEVES OLIVEIRA CANDIDO

**ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: CONSTRUÇÃO DE
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A ASSOCIAÇÃO “FLORES DA
EVA” NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA-AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/PPGSS como requisito parcial à obtenção de título de mestre em serviço social.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Lucilene Ferreira de Melo

Manaus
2014

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C217a	<p>CANDIDO, Maria das Neves Oliveira Associativismo e agricultura familiar : construção de indicadores de sustentabilidade para a associação "Flores da Eva" no município de Rio Preto da Eva-AM / Maria das Neves Oliveira CANDIDO. 2014 126 f.: il. color, 28 cm.</p> <p>Orientadora: Lucilene Ferreira de Melo Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. Amazonas. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Produtor Familiar. 4. Associativismo. 5. Empreendedorismo. I. Melo, Lucilene Ferreira de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA – PPGSS

MARIA DAS NEVES OLIVEIRA CANDIDO

**ASSOCIATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: CONSTRUÇÃO DE
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A ASSOCIAÇÃO “FLORES DA
EVA” NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA-AM**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia, para obtenção do título de mestre.

Defesa: 25 de Agosto de 2014, Manaus/AM

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Lucilene Ferreira de Melo – Presidente
Programa de Pós-graduação em serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Márcia Reis Pena – Membro
Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental
Universidade do Estado do Amazonas

Prof^a Dr^a Andréia Brasil Santos – Membro
Curso de Economia
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

A minha querida mãe Cícera, meu anjo da guarda, que não mediu esforços para que pudesse estudar. Que sempre me apoia e torce por mim.

A meu esposo Luiz pelo companheirismo e apoio incondicional em todos os momentos de nossas vidas. As minhas filhas Ana e Maria pela felicidade de ser mãe.

AGRADECIMENTOS

De forma muito especial agradeço a Deus pelos grandes feitos em minha vida. A construção dessa dissertação, que apesar de solitária pôde contar com apoio de muitas pessoas para concretizá-la.

Agradeço a meus pais, irmãs, irmãos, sobrinhos pelo apoio e incentivo na minha vida acadêmica, que apesar da distância estamos sempre unidos. Igualmente agradeço a meu esposo Luiz e minhas queridas filhas Ana e Maria pelo apoio e compreensão nos momentos mais angustiantes para mim.

Meu sincero agradecimento à professora Yoshiko Sasaki por ter me aceitado como aluna especial no mestrado. Igualmente a todos os demais professores do programa de pós-graduação em serviço social e Sustentabilidade na Amazônia pela oportunidade e pela enriquecedora contribuição na minha capacitação profissional, Lucilene Melo, Simone Baçal Iraildes Caldas, Cristiane Bonfim, Débora Bandeira, Socorro Chaves, Heloisa Helena, Marinez Gil, Amélia Regina, Noval Benayon e Luiz Fábio do programa de sociologia.

A minha orientadora Lucilene Ferreira de Melo agradeço pela confiança, pelo apoio e pelas suas contribuições na construção e concretização deste trabalho.

Especialmente agradeço as professoras Marinez Gil Nogueira, Andreia Brasil Santos e Márcia Reis Pena pelas contribuições ao trabalho nos seus diferentes momentos.

Agradeço também ao Celismar Pereira secretário do programa de pós-graduação pela sua atenção e generosidade sempre. Igualmente a Marluce Lima do mestrado de Sociologia.

Também meu sincero agradecimento aos companheiros de jornada acadêmica por todo apoio e colaboração na construção deste trabalho, especialmente ao Rônisson pela leitura e críticas, Branca nas idas a campo, Patrício com a socialização da literatura e discussões, a Karina, Antônia, Ingrid, Alessandra, Laranna, Andreza, Aria, Lidiany, Jeffeson, Keurianne, Laura, Alcione, Silvia Matos, Alcinone, Keytianne, Liliane, Maisa, pela convivência calorosa durante todo esse processo.

A Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela oportunidade de fazer o mestrado na minha área profissional.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas- FAPEAM, pelo apoio financeiro que possibilitou minha capacitação profissional.

Especialmente agradeço aos produtores da associação Flores da Eva por toda colaboração, presteza e pela receptividade em todos os momentos da pesquisa, sou imensamente grata.

As queridas Tereza Sales e Ana Karla Garcia por todos os momentos que partilhamos durante minha formação profissional e pela amizade que cultivamos, sou grata.

EPIGRAFE

Primeiro foi necessário civilizar o homem em relação ao próprio homem. Agora é necessário civilizar o homem em relação a natureza e aos animais.

Saber exatamente qual a parte do futuro que pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom governo (Victor Hugo 1881).

RESUMO

A organização associativa tem sido uma ferramenta para o protagonismo dos pequenos produtores do Amazonas, nos mais diversos segmentos. Embora ainda de forma embrionária, a produção de flores e plantas ornamentais destaca-se como um campo promissor na geração de emprego, renda, e na permanência do produtor no interior evitando o deslocamento para a capital em busca de melhor condição de vida. Este estudo teve como objetivo geral analisar a sustentabilidade social das famílias integrantes da associação Flores da Eva por meio da utilização de indicadores de sustentabilidade com desdobramento nos objetivos específicos, a saber: a) Compreender o processo de legitimação do conceito de desenvolvimento sustentável na dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento, b) Identificar os atributos condicionantes da sustentabilidade das famílias produtoras, c) Diagnosticar o potencial de sustentabilidade social dos empreendimentos. Para tanto, procurou-se por meio da pesquisa quanti-qualitativa analisar a dimensão social do desenvolvimento sustentável. Para atingir os objetivos construíram-se indicadores de sustentabilidade com base nos dados do IBGE que compõem a dimensão social, a utilização de indicadores deve-se a necessidade de fazer um diagnóstico aproximado da realidade, e por contribuírem para tomada de decisão quanto aos eventos ou tendências futuras. Utilizou-se a triangulação metodológica obter um maior detalhamento do objeto estudado com a combinação das técnicas de entrevista semiestruturada, formulário, observação não participante, conversas informais e registro de campo. Os dados coletados foram transcritos e com a utilização de variáveis foram criados indicadores de sustentabilidade, que foram analisados e representados em forma de gráficos com respectivas análises. Tomaram-se como parâmetro os indicadores socioeconômicos e os dados do município que permitiram fazer um panorama da realidade com relação aos serviços públicos e acesso da população local. Dos dados obtidos constatou-se que com relação aos serviços básicos estes apresentam um grau de sustentabilidade ainda longe do ideal, pois, apesar do acesso das famílias produtoras rurais aos serviços de infraestrutura isso se dá de forma reduzida, com relação ao grau de sustentabilidade. Porém, quanto aos dados obtidos com relação à associação percebeu-se que a interferência de diversos fatores externos (burocracia documental, apoio técnico, dentre outros), quanto internos (participação nas decisões coletivas, disponibilidade, dentre outros) contribui de forma significativa para que não se alcance um elevado grau de sustentabilidade. Portanto, pode-se concluir que a dimensão social das famílias produtoras pode alcançar o nível de sustentabilidade ideal desde

que as relações estabelecidas se fortaleçam a partir da própria associação por meio do fortalecimento da prática associativa.

Palavras-Chave: Amazonas, desenvolvimento sustentável, produtor familiar, associativismo, empreendedorismo.

RÉSUMÉ

Une organisation de l'adhésion a été un outil pour le rôle des petits agriculteurs en Amazonie, dans les différents segments. Alors qu'il était encore à l'état embryonnaire, la production de fleurs et de plantes ornementales se distingue comme un domaine prometteur dans la création d'emplois, de revenus et de résidence du producteur au sein éviter les déplacements à la capitale à la recherche de meilleures conditions de vie. Cette étude visait à analyser la viabilité sociale des membres de l'association de Eva Flores grâce à l'utilisation d'indicateurs de durabilité avec défilement sur des objectifs spécifiques, à savoir les familles: a) Comprendre le processus de légitimation du concept de développement durable dans la dichotomie entre la croissance économique et le développement, b) Identifier les attributs de conditionnement de la durabilité des familles agricoles, c) Diagnostic de la viabilité potentielle des entreprises sociales. À cette fin, nous avons cherché à travers la recherche quantitative et qualitative pour analyser la dimension sociale du développement durable. Pour atteindre les objectifs ont été construits des indicateurs de durabilité basés sur des données de l'IBGE qui composent l'échelle sociale, l'utilisation d'indicateurs devrait être la nécessité de faire un diagnostic approximative de la réalité, et de contribuer à la prise de décision concernant les événements ou les tendances futures. Nous avons utilisé la triangulation méthodologique pour obtenir le détail complet de l'objet étudié en combinant les techniques de la forme entrevue semi-structurée, observation non participante, des conversations informelles et enregistrement de domaine. Les données recueillies ont été transcrites et l'utilisation des indicateurs de durabilité des variables qui ont été analysés et représentés sous forme de graphiques avec des analyses respectives ont été créés. A pris paramètres mo indicateurs socio-économiques et co données qui ont permis à la ville de faire une image de la réalité en ce qui concerne l'accès aux services publics et la population locale. D'après les données obtenues, il a été constaté que par rapport à ces services de base ont un degré de durabilité encore loin d'être idéale, car malgré l'accès aux services d'infrastructures rurales de familles d'agriculteurs, il se produit avec parcimonie, en ce qui concerne le degré de durabilité. Cependant, comme les données obtenues au sujet de l'association a été remarqué que l'ingérence de plusieurs facteurs externes (documentaire de la bureaucratie, de soutien technique, entre autres) et interne (participation aux décisions collectives, de disponibilité, entre autres) contribuent de manière significative à pas atteindre un degré élevé de durabilité. Par conséquent, on peut conclure que la dimension sociale des familles agricoles peut

atteindre le niveau optimal de développement durable depuis les relations établies sont renforcées par l'association elle-même par le renforcement de la pratique associative.

Mots clés: Amazonas, le développement durable, familles d'agriculteurs, les associations, l'esprit d'entreprise.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALX** – Associação Agroextrativista do Lago Xiadá
AMAC – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Cachoeirinha
AMANP – Associação dos Moradores Agroextrativistas da comunidade de Novos Prazeres
APRAMAD – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira
BASA – Banco da Amazônia
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia
CDS – Commission on Sustainable Development
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
FAEA – Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas
FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GPS – Global Position System
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PEA – População Economicamente Ativa
PIM – Polo Industrial de Manaus
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUSAM – Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
UCs – Unidades de Conservação Sustentável
UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa mostrando os limites municipais de Rio Preto da Eva-AM

Figura 2: Viveiro de flores e plantas adultas (painel superior) e sistema de condicionamento de pequenas mudas (painel inferior) em uma das unidades de produção da Associação Flores da Eva (Arquivo pessoal da pesquisa de campo).

Figura 3: Mapa da localização das unidades de produção familiar, abrangência dos setores censitários para os Censos de 2000 e 2010, juntamente com os domínios das áreas I, II e III, e limites do município de Rio Preto da Eva.

Gráfico 1: Proporção da distribuição etária da população de Rio Preto da Eva segundo os Censos de 2000 e 2010.

Gráfico 2: Porcentagem de alunos matriculados em 2010 para os diferentes níveis de ensino.

Gráfico 3: Total de escolas em 2010 para os diferentes níveis de ensino.

Gráfico 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Preto da Eva para as dimensões: longevidade, renda e educação, segundo os Censos de 2000 e 2010. Fonte: PNUD (2013).

Gráfico 5: Número de domicílios (5a) e população residente (5b) nas áreas I, II e III, segundo os Censos de 2000 e 2010.

Gráfico 6: Indicadores de acesso a energia elétrica (6a) e fontes de água (6b) para as áreas I, II e III, no entorno das unidades produtoras com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010.

Gráfico 7: Indicadores de acesso a rede de esgoto (7a) e destino do lixo (7b) para as áreas (I, II e III) do entorno das unidades produtoras com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010.

Gráfico 8: Indicadores quanto a condição do domicílio para as áreas I, II e III com base nos Censos de 2000 e 2010.

Gráfico 9: Indicadores quanto a condição de escolaridade do responsável pelo domicílio para as áreas I, II e III com base nos Censos de 2000 e 2010.

Gráfico 10: Indicadores quanto à condição de renda do responsável pelo domicílio para as áreas I, II e III com base nos Censos de 2000 e 2010.

Gráfico 11: Diagrama em radar dos índices associados aos parâmetros socioeconômicos da associação Flores da Eva e sua relação com a condição de potencial de sustentabilidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Esquema da progressão da concepção de crescimento para desenvolvimento

Quadro 2: Períodos econômicos da região Amazônica com base na literatura.

Quadro 3: Características que diferenciam associativismo e cooperativismo.

Quadro 4: Parâmetros e variáveis socioeconômicas utilizados segundo classes de ocorrência nas unidades de produção familiar.

Quadro 5: Resultados das análises dos parâmetros e variáveis socioeconômicas por classes de ocorrência obtidos nas unidades de produção familiar com base na pesquisa de campo.

Quadro 6: Perfil dos associados responsáveis pelos empreendimentos com base na pesquisa de campo.

Quadro 7: Unidades produtoras e abrangência em relação aos setores censitários e distância ao centro urbano do município.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DIMENSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO.....	21
1.1. Discussão conceitual do desenvolvimento sustentável	21
1.2. Dimensão social do desenvolvimento sustentável	32
1.3. Desenvolvimento e sua Dimensão Social no contexto Amazônico	35
CAPÍTULO II: ASSOCIATIVISMO PRODUTIVO NO MEIO RURAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO FLORES DA EVA.....	49
2.1. O Processo de Democratização do País e o Incremento do Associativismo Participativo e Produtivo no Meio Rural	49
2.2. O Associativismo Empreendedor e o Segmento de Flores e Plantas Ornamentais no Amazonas	53
2.3. Incorporação da Dimensão Social nos Indicadores de Sustentabilidade.....	65
CAPÍTULO III: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DA ASSOCIAÇÃO FLORES DA EVA NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA-AM	79
3.1. Aspectos Gerais da Associação Flores da Eva	79
3.2. Análise da Dimensão Social do Desenvolvimento na Associação Flores da Eva... ..	84
3.3 A importância da associação segundo a percepção dos produtores familiares	101
CONCLUSÕES	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável abrange interesses diversos ao incorporar dimensões para atender as necessidades humanas, ao mesmo tempo em que propõe uma relação de compatibilidade entre as atividades humanas e a natureza (LEFF, 2009).

O modelo de desenvolvimento experimentado pelas nações tinha como referência apenas os índices econômicos para avaliarem seu desempenho. Considerando desenvolvidas aquelas nações com maior índice de crescimento econômico, com forte acesso a tecnologia e detentora de elevado padrão de conhecimento. No entanto, as bases desse modelo foram abaladas com as conferências internacionais sobre meio ambiente que abordaram a preocupação em torno do esgotamento dos recursos naturais até então considerados infinitos.

Instaurou-se uma crise ambiental com a publicação do estudo *Limites do crescimento* e a Conferência de Estocolmo (1972), frutos de debates anteriores a estes eventos. Desse momento em diante a preocupação com a finitude dos recursos naturais e principalmente com os danos irreversíveis que resultaram do desenvolvimento em curso, colocaram como prioridade a necessidade de mitigar os impactos negativos, bem como buscar outro caminho para o desenvolvimento de forma mais sustentável. O desenvolvimento sustentável passou a ser uma proposta para que o modelo capitalista pudesse continuar desde que ocorram algumas mudanças nos modos de produção e incorporação das dimensões propostas: social, econômica e ambiental, destacando o componente humano e sua relação com a natureza.

Assim, posteriormente a estes eventos com a publicação do Relatório Brundtland (1987) a concepção de desenvolvimento sustentável é legitimada. Este documento traz a proposta de um desenvolvimento menos predatório na forma como se relaciona com a natureza, considerando a questão temporal nas alternativas buscadas a curto e longo prazo.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil teve como ponto central o desenvolvimento rural com foco na segurança alimentar e na geração de emprego e renda. Essa proposta de desenvolvimento tem como objetivo incluir a preocupação com a mitigação dos impactos ambientais e sociais resultantes da agricultura modernizada. O que tem

despertado o interesse nos pequenos produtores para a produção diversificada e rotativa de culturas, sendo esta alternativa um caminho para a operacionalização da sustentabilidade.

Sendo assim, a agricultura de pequeno porte se apresenta como possibilidade de desenvolvimento pelo seu potencial, o que justifica o surgimento de diversas associações de produtores em todas as regiões do país. Estas associações funcionam como base de apoio para os pequenos produtores por seu grau de fortalecimento coletivo, bem como elemento facilitador para incrementar conquistas sociais por meio de negociação e parcerias com instituições públicas e privadas. Nesse sentido, buscou-se compreender como o associativismo tem se manifestado no Amazonas, considerando as interferências sofridas em decorrência de sua formação social e econômica.

Destarte, no processo de desenvolvimento a dimensão social passou a ser enfatizada no relatório Brundtland quanto na Agenda 21, este último destacando a necessidade de inclusão de medidas sociais para avaliar essa dimensão. Essa proposta justifica em parte a motivação deste trabalho em buscar analisar a dimensão social por meio da utilização de indicadores de sustentabilidade na Associação Flores da Eva/AM.

Outros elementos também contribuíram para o interesse no presente estudo como a atualidade do tema, bem como ausência de produção no programa de pós-graduação do qual esse estudo faz parte, assim como a pouca produção de trabalhos que consideram a dimensão social em suas abordagens sobre a questão da sustentabilidade, particularmente no tema da produção rural local e a organização associativa.

No que tange a importância do associativismo para os pequenos produtores, um levantamento bibliográfico mostrou uma série de experiências em desenvolvimento ou já concluídas de projetos associativos em outras regiões com ampla diversidade de setores abrangendo áreas rurais. Portanto, tais experiências são de grande relevância social para os produtores, assim como para a comunidade onde estão inseridos. Por outro lado, no contexto acadêmico a abordagem do tema pode contribuir para discussões e despertar o interesse para outras pesquisas, tendo em vista que as atuais estratégias utilizadas pelos produtores rurais do Amazonas estão enviesadas com as alternativas propostas pelas políticas de preservação dos recursos naturais, visando o desenvolvimento por meio das potencialidades locais. Outro ponto importante, é que existem poucos trabalhos que consideram a dimensão social em suas

abordagens sobre a questão da sustentabilidade, particularmente no tema da produção rural local.

A dimensão social do desenvolvimento sustentável consiste no recorte deste trabalho que tem como objetivo central analisar a sustentabilidade social das famílias integrantes da associação Flores da Eva por meio da utilização de indicadores de sustentabilidade com desdobramento nos objetivos específicos, a saber: a) Compreender o processo de legitimação do conceito de desenvolvimento sustentável na dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento, b) Indetificar os atributos condicionantes da sustentabilidade das famílias produtoras, c) Diagnosticar o potencial de sustentabilidade social dos empreendimentos.

Para situar o leitor, o trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro apresenta e discute a concepção do desenvolvimento sustentável nas diversas interpretações trazidas pelos autores com base no Relatório Brundtland (1987), tecendo considerações sobre a dimensão social do desenvolvimento no contexto Amazônico. No segundo capítulo trazemos discussões do processo de democratização do país e o incremento do associativismo produtivo rural, enfatizando as peculiaridades desta forma organizativa no Amazonas por meio do empreendedorismo no segmento de flores e plantas ornamentais em Rio Preto da Eva/AM. Ao mesmo tempo em que se apresentam os passos de como foram desenvolvidos os índices utilizados para analisar a dimensão social das famílias participantes da pesquisa.

No terceiro capítulo fazemos uma análise da sustentabilidade social das famílias produtoras associadas a Flores da Eva, utilizando os parâmetros encontrados para analisar o potencial de sustentabilidade. Como suporte teórico tomou-se estudos semelhantes em outros segmentos produtivos no país, assim, como algumas variáveis da dimensão social do IBGE que correspondiam com as variáveis pesquisadas, por fim tecemos algumas considerações conclusivas sobre o estudo que possam condizir para novos trabalhos.

CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DIMENSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A discussão sobre desenvolvimento sustentável vem de um longo debate sobre desenvolvimento e levantou questões em torno da relação entre: crescimento econômico, consumo e degradação da natureza. Desde os primeiros debates desencadeados a partir da década de 60 do século passado, diversas são as abordagens sobre este conceito. Esse conceito passa a ser relacionado com um desenvolvimento mais compatível com a natureza e que atenda as necessidades humanas.

Assim, neste capítulo será apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável a partir do Relatório Brundtland, concepção adotada internacionalmente. Tomando como ponto inicial o desenvolvimento no contexto Amazônico, a dimensão social do desenvolvimento sustentável e as políticas no processo de desenvolvimento.

1.1. Discussão conceitual do desenvolvimento sustentável

A ideia de desenvolvimento sustentável foi sendo adotada por diferentes grupos sociais baseando-se na definição do Relatório Brundtland que diz: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMDMA, 1987, p. 46).

Essa concepção adotada internacionalmente resultou do reconhecimento dos problemas decorrentes do modelo de produção capitalista. Ela também enfatiza a necessidade de reconciliar as atividades humanas com as leis da natureza. Para tanto, destaca dois pontos principais: atender as necessidades dos pobres do mundo, e a limitação em que se encontra o meio ambiente em relação ao desenvolvimento econômico (CMDMA, 1987).

Na visão de Almeida (2002, p.26), “a concepção de desenvolvimento sustentável introduz elementos econômicos, sociais e ambientais”. Tais elementos se colocam como desafios para as diversas áreas do conhecimento diante da perspectiva de redirecionamento na relação homem natureza necessária à implantação da ideologia da sustentabilidade.

Corroborando dessa concepção Guimarães (2001, p.55) afirma que:

Este estilo de desenvolvimento tem por norte uma nova ética do desenvolvimento, ética na qual os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Contudo, embora as metas defendidas pelo desenvolvimento sustentável coloquem os seres humanos e suas necessidades como ponto central, juntamente com a racionalidade dos recursos, também coloca o crescimento econômico como incremento essencial para atingi-lo. O que torna o meio ambiente como primordial ao crescimento, e por isso as políticas devem ser elaboradas de maneira que, tais preocupações façam parte da tomada de decisão.

Desta forma, os países devem modificar suas políticas com relação ao desenvolvimento, como também com relação aos impactos decorrentes deste. Tais impactos estão refletidos nas desigualdades sociais presentes de forma global. Por isso, para atender as necessidades humanas, conforme resguarda o relatório, é preciso pautar-se na igualdade de oportunidade para todas as pessoas, enfatizando que isso implica no amplo acesso à saúde, à educação, à habitação e ao trabalho, bem como em assegurar o mínimo de consumo por parte da população mais pobre (CMDMA, 1987). Para tanto, os países devem adotar medidas que promovam a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política (BRÜSEKE, 2009).

Ao descrever ou enfatizar o consumo da população pobre como ponto de inclusão, o relatório Brundtland justifica: “nos países mais ricos ou desenvolvidos a população usufrui da riqueza produzida, tendo suas necessidades básicas atendidas. Enquanto nos países menos desenvolvidos, a população vive experiência de profundas desigualdades sociais e concentração da riqueza produzida por um pequeno contingente”.

Assim, o Relatório Brundtland (1987), propõe uma nova estratégia de desenvolvimento, tendo em vista que, o desenvolvimento em curso não é mais viável, por todo dano negativo que deste resultou. Embora as discussões anteriores tenham levantado essa problemática da incompatibilidade do crescimento em relação aos recursos naturais, a exemplo da publicação do estudo “Limites do Crescimento” (1972), assim como na Conferência de Estocolmo, no mesmo ano, foi com o Relatório Brundtland que se

desencadeou a proposta de desenvolvimento pautado na sustentabilidade, além do que este não trazia uma visão drástica da realidade econômica, mas uma possibilidade de crescimento contínuo e possível.

Apesar do conteúdo deste documento trazer um elevado grau de realismo quanto à avaliação da crise com relação aos interesses nacionais e as críticas aos países industrializados, o Relatório Brundtland manteve um tom diplomático, o que segundo Brüseke, pode ter contribuído para sua maior aceitação depois de publicado (BRÜSEKE, 2009).

Com a publicação do Relatório Brundtland (1987), foi disseminada a concepção de desenvolvimento sustentável, que por meio do crescimento econômico os países em desenvolvimento poderiam melhorar o padrão de vida. Para tanto era necessário um intercâmbio entre países numa relação de parceria sem que houvesse dominação de nenhuma das partes envolvidas, e que fosse mantido o ecossistema dos quais dependem a economia global.

Diante da adesão aparentemente consensual desta concepção adotada Reigota afirma que:

A noção de desenvolvimento sustentado tornou-se o jargão de grupos que se viram confrontados com o esgotamento dos parâmetros modernos de desenvolvimento econômico, científico e tecnológicos, seja nos seus fundamentos, quanto nos seus métodos, aplicabilidade e resultados (REIGOTA, 2002, p.191).

Ainda segundo Reigota (2002) a concepção de desenvolvimento sustentável teve maior aceitação por ser um conceito menos radical que seu predecessor o ecodesenvolvimento, elaborado por Ignacy Sachs (1986), pela forma de familiaridade com o senso comum e pela perspectiva ecológica dessa concepção que teve na ciência uma aliada (REIGOTA, 2002).

Apesar das diferentes visões sobre o desenvolvimento sustentável, este modelo de desenvolvimento tinha uma adesão crescente em decorrência da possibilidade de crescimento no modelo vigente, no entanto, com a clareza da necessidade de que é preciso conservar os recursos naturais explorados, e possibilitar a oportunidade como meio para se alcançar a equidade social na sociedade atual e para as gerações futuras.

Nesse sentido, Furtado afirma que, “a ideia de desenvolvimento está no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Nele se funda o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo” (FURTADO, 2000, p. 7).

De acordo com Furtado o conceito de desenvolvimento é posto como referencial à história contemporânea em dois sentidos distintos, primeiro diz respeito à evolução do sistema social que tem na acumulação e progresso das técnicas sua eficácia, e segundo diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 2000, p. 21). Todavia, o aumento da eficácia da produção não representa condição suficiente para que tais necessidades sejam supridas, uma vez que a introdução de novas técnicas tem como consequência a redução do emprego e a degradação da condição de vida da população. Diante disso, são consideradas desenvolvidas as sociedades em que, a população tem suas necessidades atendidas (FURTADO, 2000).

Na visão de Cavalvante a proposta do desenvolvimento sustentável apontou um limite para o progresso material, diante da impossibilidade de continuar com o atual modelo de desenvolvimento predatório e socialmente injusto (CAVALVANTI, 2009, p. 165).

Destarte, as perspectivas teóricas sobre a relação desenvolvimento econômico e meio ambiente colocam em xeque a forma moderna de exploração capitalista. De acordo com Coelho (2009), as duas correntes teóricas que emergiram com a problemática ecológica foram baseadas no ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável por um lado, e na ecopolítica e economia política do meio ambiente, por outro. A primeira corresponde à exigência de compatibilizar o desenvolvimento econômico sem agredir o meio ambiente, além de incorporar a condição de sustentabilidade nas dimensões social, ecológica e econômica, consideradas fundamentais para o desenvolvimento proposto. A outra corrente se fundamenta nas ideias de Marx e Engels para propor a necessidade de integrar a preocupação ecológica à economia política (COELHO, 2009, p.380-81). Ambas correntes corroboram com o rompimento do modelo capitalista de desenvolvimento, pois tanto os impactos ambientais quanto as desigualdades sociais resultantes, demonstram a inviabilidade de continuar com esse processo.

Tendo em vista a dinâmica desse processo de mudança Sachs (2002) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável abarca cinco dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural, necessárias para uma integração mais justa e equitativa. Para Cavalcanti, “sustentabilidade significa a possibilidade de se obter continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 2009, p. 165).

Para as sociedades que, ainda não tinham atingindo o processo de desenvolvimento experimentado pelas sociedades industriais, buscaram-se alternativas de desenvolvimento que considerassem as demais dimensões desse processo, colocando como premissa a necessidade de desenvolver tecnologias menos poluentes, e uma produção baseada na limitação das leis da natureza (LEFF, 2009). A (in) sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento e suas consequências negativas para a sociedade decorreu da apropriação e exploração desigual da natureza, assim como da distribuição desigual das riquezas produzidas.

O Desenvolvimento do ponto de vista da sustentabilidade deve seguir um conjunto de critérios necessários para uma gestão democrática, articuladas nas mais diferentes formas de organização de todos os segmentos da sociedade. Conforme Bellen (2007, p.27) “existem múltiplos níveis de sustentabilidade observáveis a partir de subsistemas como, por exemplo, uma comunidade local”, no entanto, deve-se reconhecer a impossibilidade de controlar os acontecimentos dentro destes sistemas inter-relacionados.

Diante das dificuldades para se operacionalizar a proposta de desenvolvimento houve um amplo debate sobre as estratégias da racionalidade do ambiente no sistema econômico. A noção de ecodesenvolvimento elaborada por Ignacy Sachs estabelece quatro condições essenciais, a saber: 1- poder de decisão horizontal, ou seja, além das autoridades a comunidade deve participar da tomada de decisão; 2-participação também na elaboração e execução da ação proposta; 3- uma educação direcionada para o desenvolvimento da comunidade, 4- propõe um sistema de integração de áreas rurais com a economia nacional por meio da comercialização direta com o produtor, evitando a exploração intermediária.

Conforme Sachs, o ecodesenvolvimento tinha como finalidade adicionar a dimensão ambiental e social para se pensar um desenvolvimento mais justo com racionalidade

na utilização dos recursos, e numa distribuição mais equitativa das riquezas produzidas. (SACHS, 1986, p.95). Contudo, essa proposta não apresentava uma base teórica suficiente para consolidar sua práxis, assim como ambiguidade no discurso com relação às mudanças sociais necessárias, contribuíram para desmobilizar essa concepção (LEFF, 2009, p. 218).

Em sua proposta o Ecodesenvolvimento estabelece que haja uma satisfação entre as gerações pautada numa solidariedade sincrônica com a geração presente, e anacrônica com a geração futura (SACHS, 1986). Nesse sentido, tanto os objetivos do desenvolvimento sustentável quanto as estratégias do ecodesenvolvimento têm a emergência da mudança no sistema de produção capitalista necessária ao reordenamento da exploração e apropriação da natureza.

Para tanto, uma das estratégias viáveis do ponto de vista ambiental é que “os países em desenvolvimento têm a possibilidade de evitar os erros incorridos pelos países industrializados e podem tomar medidas preventivas de baixo custo social” (SACHS, 1986, p. 96). Desta forma, os países em desenvolvimento correm o risco de tornarem-se reféns das tecnologias obsoletas dos países desenvolvidos, além de pagar o preço do atraso econômico em decorrência da expropriação desigual dos recursos pelas sociedades ricas.

Não obstante, o Relatório Brundtland recomenda o crescimento como meio para se atender as necessidades de emprego, alimentação, água, saneamento, dentre outras, essenciais para a qualidade de vida da população. Este relatório traz em sua proposta mitigar as desigualdades sociais resultantes do processo de crescimento econômico das nações por meio da implantação de medidas estruturais, econômicas e de políticas públicas objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável.

Assim, o desenvolvimento sustentável é posto como um desafio para se pensar uma forma de universalização das conquistas decorrentes da produção de riquezas de uma nação que evite a degradação ambiental, mas que permita o crescimento das nações ainda pouco desenvolvidas em nível tecnológico e industrial, e não menos importante na igualdade de acesso aos recursos naturais. Por todas estas questões, o conceito de desenvolvimento sustentável é permeado de controvérsias. Outrossim, como pela inexistência de um consenso entre os estudiosos e pelos limites do próprio conceito quanto a sua operacionalidade (BELLEN, 2007).

Destarte, este conceito apesar de trazer como proposta a possibilidade de desenvolvimento com a incorporação de outras dimensões, está estritamente atrelado ao crescimento econômico. O que se coloca como exigência nessa proposta é a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais em relação aos limites das atividades humanas. Desse modo, a exploração dos recursos naturais passa a seguir uma lógica de mercantilização guiada pela necessidade de seu uso racional. Esta questão é levantada por Almeida (2002) ao reportar que,

A concepção econômica do desenvolvimento sustentável aponta novos mecanismos de mercado como solução para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais (inclusive aqueles de taxaço da poluição). O que se visa, portanto, é estender a regulação mercantil sobre a natureza, fazendo com que a luta social pelo controle dos recursos naturais passe em maior medida pelo mercado, e não (ou cada vez menos) pela esfera política (ALMEIDA, 2002, p.27).

Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento embora apresente uma preocupação defensiva dos recursos naturais, o faz no contexto da globalização em que coloca a crise ambiental como eixo central desse processo, abrindo uma arena de interesses antagônicos em relação à apropriação da natureza (LEFF, 2009). Portanto, sinaliza uma nova era para o crescimento econômico que integra a necessidade de mitigar as desigualdades sociais para que haja desenvolvimento, mas para que isso aconteça é necessário que haja uma participação significativa da população na agenda 21. Segundo Milanez: “a proposta dessa agenda é que cada país se comprometa a tomar medidas para se alcançar o século 21 de forma sustentável” (MILANEZ, 2003, p.78). Nessa medida progride a atual visão de que, para alcançar o desenvolvimento faz-se necessário retomar o crescimento, mas de forma que, a população possa lograr e satisfazer suas necessidades.

Para Benchimol o conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado à qualidade de vida e ao suprimento das necessidades humanas. Assim, ele propõe diferenciar e *distinguir* o processo de crescimento do desenvolvimento: enquanto o crescimento significa “ficar maior”, o desenvolvimento corresponde ao “ficar melhor” (BENCHIMOL, 2010, p. 30). Diante disso, o desenvolvimento deve partir da compatibilidade com a conservação da natureza, no qual o modo de vida, de produção e as técnicas utilizadas devem resultar na qualidade de vida e na utilização dos recursos em longo prazo, sem levar à sua extinção.

Incorporar esses elementos na proposta de desenvolvimento apresenta desafios, em virtude de que este modelo exige uma mudança de atitude no processo que se mescla nas relações dos diversos atores com a natureza e sua valoração.

Para Guimarães, “a sustentabilidade é a necessidade de uma nova ética do desenvolvimento, que envolve dois fundamentos da justiça social: a justiça produtiva e a justiça distributiva” (GUIMARÃES, 2001, p.59). Assim a participação de todos os sujeitos se faz necessário para o fortalecimento das comunidades, o que pode contribuir para mudar a condição de vida da população local.

De acordo com a linha de pensamento dos autores citados, a noção de desenvolvimento sustentável não é uma receita a ser seguida, mas, um ponto de partida, em que o comprometimento para o desenvolvimento torna necessário levar em consideração alguns pontos, como o acesso a serviços básicos de educação, saúde, moradia digna e trabalho, e propiciar oportunidade de realização aos sujeitos. Diante dos pontos levantados, a noção de desenvolvimento abarca dois eixos importantes, o primeiro coloca a exigência de suprir as necessidades essenciais dos pobres dos mundos, por meio do crescimento econômico que possibilita o consumo, e o por meio do acesso aos serviços básicos. Já o segundo apresenta a noção das limitações da tecnologia e da organização social imposta hodiernamente que impede a concretização dessa proposta. Por todas essas questões e por suas diversas interpretações, torna-se difícil a operacionalidade do desenvolvimento sustentável, no entanto, a adoção do conceito básico legitimado contribuirá para sua consecução.

O processo de mudanças necessárias à aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável exige uma série de escolhas quanto à orientação para exploração dos recursos naturais, combinando as inovações tecnológicas com o conhecimento tradicional dos povos, para garantir o suprimento das necessidades humanas presente e futuras. Nesse sentido, Sachs (2002) corrobora com Alain Touraine (1988), ao afirmar que “existe a necessidade de se traduzir o conceito normativo de desenvolvimento sustentável numa aplicabilidade de soluções locais”. (SACHS, 2002, p. 475). Dito de outra forma, o conceito de desenvolvimento sustentável abarca uma nova consciência dos limites dos recursos naturais em que para atender o que se considera como necessidades básicas da humanidade hoje e no

futuro, é necessário interpretar essa concepção para poder ser inserida no local considerando as potencialidades, como também é necessário que se considere a autonomia cultural dos povos com seus conhecimentos tradicionais e gestão dos recursos. Na sua operacionalização o desenvolvimento sustentável exige antes de todos os elementos já mencionados, uma iniciativa em que seja universal a decisão de mudar as práticas e os meios de produção, enfatizando para isso as transformações do local, e assim como o local sofreu a influencia de intercâmbio global nas relações estabelecidas, pode ocorrer o caminho inverso, em que por meio das experiências locais o global seja influenciado a adotar práticas mais sustentáveis.

Diante disso, é importante enfatizar que embora o desenvolvimento sustentável traga uma conotação diferente do processo econômico convencional, ao propor mudanças nos meios de produção e nas relações sociais estabelecidas entre nações, encontra-se enviesado pelo capitalismo. Segundo Almeida, denomina-se de “guarda-chuva” o desenvolvimento sustentável devido sua abrangência. Esta inclui a ideia de progresso com base no avanço tecnológico e na economia como ponto importante para a reprodução da sociedade. (ALMEIDA, 2002, p.26).

Diferentes visões teóricas buscam dar conta do conceito de desenvolvimento sustentável, no entanto, é comumente relacionada como alternativa para a sociedade desenvolver-se tendo como eixo central a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico compatível com a natureza. Essa concepção apresenta contradições conforme Milanez (2003, p.76), “o conceito de desenvolvimento sustentável esteve sempre vinculado e até confundido com crescimento econômico”. De acordo com o referido autor, dois pontos de vista decorrem do pensamento liberal com relação ao desenvolvimento sustentável: a) uma sociedade pode crescer indefinidamente tendo pautado numa visão expansionista, imperialista e quantitativa; b) por outro lado, o pensamento mágico de que a ciência e a tecnologia vão resolver os problemas resultantes das opções adotadas, daí deriva uma visão endógena, evolucionista e qualitativa. Nessa perspectiva, os pontos de vista enfatizados pelo autor têm suas bases no relatório Brundtland, pois ao buscar soluções para atender as necessidades determinadas social e culturalmente, o fazem no âmbito universal e não local.

Conforme consta no Relatório Brundtland,

O desenvolvimento supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade. Caso uma via de desenvolvimento se sustente em sentido físico, teoricamente ela pode ser tentada mesmo num contexto social e político rígido. Mas só se pode ter certeza da sustentabilidade física se as políticas de desenvolvimento considerarem a possibilidade de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto à distribuição de custos e benefícios. Mesmo na noção mais estreita de sustentabilidade física está implícita uma preocupação com a equidade social entre gerações, que deve, evidentemente, ser extensiva à equidade em cada geração (CMMAD, 1987, p.46)

Nesse sentido, a sustentabilidade social vem se tornando um componente fundamental para o desenvolvimento, ao agregar elementos que visam melhorar a condição de vida das populações. Essa preocupação é reiterada na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento sustentável Rio +20, O Futuro que Queremos (2012, p. 4), que assim declara:

Reconhecemos como fundamental para o desenvolvimento sustentável as oportunidades dos povos em serem atores de suas vidas e de seu futuro, de participarem das tomadas de decisões e de expressarem suas preocupações. Ressaltamos que o desenvolvimento sustentável exige ações concretas e urgentes. Ele só pode ser alcançado com uma ampla aliança de pessoas, governos, sociedade civil e setor privado, todos trabalhando juntos para garantir o futuro que queremos para as gerações presentes e futuras.

Fica claro que tanto no Relatório Brundtland como na Conferência Rio +20 é preciso uma parceria entre diversos atores, que o componente humano e a conservação dos recursos naturais são preocupações centrais na busca para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, é imprescindível incorporar as dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável apontadas por Ignacy Sachs, a saber: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade geográfica e sustentabilidade política.

De acordo com Sachs (2002) a incorporação destas dimensões deve-se a necessidade de integração mais justa e equitativa no processo de desenvolvimento. Assim, a *sustentabilidade social* pauta-se numa distribuição mais equitativa, capaz de reduzir as desigualdades entre os estratos sociais, e permite que todos tenham acesso aos bens e serviços

necessários para melhoria da qualidade de vida. Isso implica na redução da desigualdade e erradicação da pobreza por meio de políticas eficientes.

Sendo assim, a dimensão social do desenvolvimento sustentável faz referência à melhoria dos indicadores sociais, de forma que os elementos qualitativos tenham no crescimento econômico, nos meios de produção, e nos recursos naturais, sua base de transformação social. Dito isto, é possível perceber que a evolução da concepção de desenvolvimento sustentável foi concebida ao longo da consolidação do processo de industrialização nos países identificados em três períodos chaves (década de 1950, as décadas de 1960 a 1980, e a década de 1980 a 1990), que desencadearam uma preocupação global com a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais, fonte imprescindível para o desenvolvimento (ver Quadro 1).

Quadro1: Esquema da progressão da concepção de crescimento para desenvolvimento



A necessidade de fortalecer o componente social do desenvolvimento tornou-se um desafio, pois, não se busca apenas o crescimento econômico como em tempo pretérito, mas, um desenvolvimento com exigência de diminuir as desigualdades geradas desse processo de exploração e degradação. A questão ambiental levantou as preocupações da finitude dos recursos naturais, gerando uma crise global ao apresentar estudos referentes ao esgotamento destes recursos, e colocando urgência para o pensamento de um novo modelo de desenvolvimento que tivesse como centralidade o homem e a natureza. Sendo assim, no item a seguir discutiremos acerca da dimensão social do desenvolvimento, apresentando os debates que nortearam as discussões sobre o tema.

1.2. Dimensão social do desenvolvimento sustentável

A partir de debates em torno da crise ambiental as conferências que ocorreram destinaram-se a tornar pública a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais resultante do modelo de desenvolvimento hegemônico e apontar outras formas para se buscar o desenvolvimento. Posteriormente a estes eventos iniciado em 1972, o conceito de desenvolvimento sustentável é legitimado. Este conceito passa a ser relacionado com um desenvolvimento mais compatível com a natureza e que atenda as necessidades presentes e futuras da humanidade, levando em consideração as dimensões socioeconômica, ecológica política e cultural. (GUIMARÃES, 2001, p.55). Corroborando Sachs procura sintetizar da seguinte maneira,

A sustentabilidade social é o estabelecimento de um progresso de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com uma distribuição mais equitativa da renda e dos ativos, assegurando uma melhoria substancial dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que têm e daqueles que não têm (SACHS, 2002, p. 474).

Embora seja complexa essa discussão, pois, envolve elementos diversos para que de fato se consolide um nível de desenvolvimento que seja sustentável, assim a sustentabilidade social se pauta numa distribuição mais equitativa, de forma que reduza as desigualdades entre os estratos sociais e permita o acesso aos bens e serviços necessários para melhoria da qualidade de vida. Diante disso, o desenvolvimento diz respeito não só ao acúmulo de riqueza, mas, corresponde a elementos que proporcione uma qualidade de vida. Brose destaca que,

[...] inerente ao conceito de desenvolvimento humano está a ideia de que o desenvolvimento significa, antes de mais nada, um processo de expansão das possibilidades de escolha para o indivíduo. [...] cada pessoa tem um conjunto cada vez maior de possibilidades e liberdades sobre como estruturar sua vida, sem, porém desconsiderar a liberdade de escolha das gerações futuras, considerando assim, a dimensão da sustentabilidade (BROSE, 2002, p. 30-31).

As ambiguidades e injustiças acerca da sustentabilidade social são destacadas por Foladori (2002), este autor enfatiza que nas décadas em que discutiu a questão do desenvolvimento sustentável, esta dimensão tinha como ponto central a erradicação da pobreza e limitação do crescimento populacional. Desta forma, o discurso de responsabilizar os menos afortunados pela degradação do ambiente era reforçado nas discussões. Certamente

que a noção de sustentabilidade social presente nas propostas atuais de equidade, distribuição mais justa, acesso a serviços básicos, qualidade de vida, dentre outras, não se discutiam. Os debates acerca da problemática ambiental ocorreram entre as décadas de 60 e 90 do século passado, posteriormente, com as novas concepções trazidas pelo Relatório Brundtland, incorporaram a preocupação com a condição de pobreza em que as pessoas estavam submetidas.

Considerando que a proposta desse relatório enfatizava a necessidade de atender as necessidades humanas através de ações que assegurassem a sustentabilidade social, esse componente foi incorporado como necessário para que haja desenvolvimento. De acordo com Bellen (2007, p. 24),

A questão da ênfase no componente social no desenvolvimento sustentável está refletida no debate que ocorre sobre a inclusão ou não de medidas sociais na definição, em função da variedade de concepções de sustentabilidade que contém componentes que não são usualmente mensurados.

A sustentabilidade na perspectiva social dá ênfase na condição humana, a necessidade de medidas para melhorar a qualidade de vida através de acesso a serviços básicos, a recursos naturais como a água, habitação, dentre outros, que são imprescindíveis para a sobrevivência. Alcançar a sustentabilidade passa a depender da vontade coletiva, da participação dos vários atores sociais na tomada de decisão, bem como no planejamento de cada agenda governamental. Assim, a escolha de mudança só torna-se possível mediante uma visão de curto e longo prazo, haja vista que a sustentabilidade é um componente de perspectiva futura. Dentro dessas possibilidades torna-se possível estudar a sustentabilidade através de um esboço sobre a maneira como esse componente se manifesta (BELLEN, 2007).

Nessa perspectiva, podem-se pensar as propostas de desenvolvimento na Amazônia hodiernamente, observando uma gama de projetos pensados a partir da concepção da sustentabilidade, numa articulação entre as esferas governamentais, que vão desde o manejo ao uso de tecnologias adequadas para a utilização dos ecossistemas (FREITAS, 2004).

Assim, pensar o desenvolvimento não apenas econômico requer a incorporação da dimensão social, com maior participação da população por meio de empoderamento e

governança, elementos fundamentais para proporcionar melhoria na condição de vida. Foladori (2002, p. 112) afirma que:

Esses mecanismos moderno de empoderamento e governança são também essenciais para efeitos de direitos humanos, assim como solucionam problemas localizados de fome ou doenças específicas. Porém, atuam sobre as consequências de um processo de diferenciação e injustiça social, produto das relações de mercado capitalistas. Por isso, por não afetar as próprias relações de produção que geram a desigualdade, sua atividade tem um enfoque técnico e limites estruturais.

Ao buscar por um desenvolvimento ancorado na sustentabilidade em todas as suas dimensões, tendo os elementos de empoderamento e governança, assim como promover o crescimento com vista a melhorar a condição de vida da população, tornou-se o caminho para se alcançar um desenvolvimento menos injusto e excludente. Embora a concepção de desenvolvimento não seja capaz de atender de forma satisfatória a todas as reivindicações postas em seu processo, seja no âmbito local ou não. Nessa perspectiva, o Relatório Brundland e Agenda 21 apresentam consenso ao reconhecer que a parceria, a cooperação e a solidariedade entre as nações são elementos fundamentais, juntamente com as políticas públicas para a operacionalização do desenvolvimento sustentável. Os resultados da Conferencia das Nações Unidas “o Futuro que Queremos” reconhecem:

que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável (O Futuro que Queremos, 2012, p. 3).

A preocupação em operacionalizar o desenvolvimento sustentável tem centralidade na erradicação da pobreza, na tomada de decisão com relação às praticas atuais tanto de consumo quanto de produção e racionalidade da exploração dos recursos naturais. No entanto, torna-se um desafio atingir esse objetivo, uma vez que o modelo de desenvolvimento capitalista não possibilita à superação da desigualdade social, da concentração de riqueza, nem tão pouca a substituição do modelo de produção totalmente por outro menos degradante.

Diante disso, a concepção social do desenvolvimento corresponde ao que Goulet denomina de “desenvolvimento autêntico”, este se refere ao fornecimento de nível ótimo de

sustentação da vida, de estima e liberdade, para todos em uma sociedade (GOULET, 2002). Nessa perspectiva, a satisfação das necessidades humanas não está restrita apenas ao consumo reforçado no discurso público com relação à superação da pobreza, mas refere-se a um conjunto de componentes qualitativos.

Nesse sentido, Goulet (2002, p.78) afirma que, “os componentes mais essenciais do desenvolvimento são bens qualitativos, os quais os humanos livremente escolhem e valorizam. Esses bens, e os valores qualitativos, determinam finalmente se uma sociedade humana ou indivíduo é desenvolvido ou não”.

Sendo assim, para a consecução do desenvolvimento sustentável é necessário além do crescimento econômico e desenvolvimentos de técnicas eficientes, uma distribuição mais equitativa que permita reduzir as desigualdades, para que as gerações futuras possam lograr suas necessidades.

Destarte, o desenvolvimento sustentável envolve a participação de diferentes atores numa aliança entre governos, sociedade civil, setor privado e organizações não governamentais na tomada de decisão para tornar concretas as medidas necessárias para alcançá-lo. Desta forma, a dimensão social do desenvolvimento abordada parte da análise dos diferentes projetos e suas implicações para o desenvolvimento na Amazônia, uma vez que os projetos pós-ditadura estão enviesados com a proposta de sustentabilidade.

1.3. Desenvolvimento e sua Dimensão Social no contexto Amazônico

Aqui é necessário situar como recorte temporal o período do regime militar, relacionando com as atuais propostas de desenvolvimento para a Amazônia, via programas governamentais. Ao fazer um panorama contextualizando a formação socioeconômica para melhor compreensão.

O processo de desenvolvimento da região Amazônica teve sua origem no extrativismo e exploração dos recursos naturais, tais como a comercialização de castanha, cacau, tabaco, salsaparrilha, frutos exóticos, peles de animais e outros produtos animais e

vegetais coletados por índios e caboclos, que foram denominadas de *drogas do sertão*¹, e marcaram a colonização da região entre os sec. XVI e XVII. Posteriormente, a borracha tornou-se uma fonte de exploração com vista ao desenvolvimento da região, em virtude de sua demanda. Assim, com a criação da Província do Amazonas, em 1850, por desmembramento do Grão-Pará, e os primeiros movimentos de valorização da borracha extraída da seringueira, a região experimentaria um novo alento econômico (BECKER, 2010). Em decorrência da necessidade de mão de obra para o extrativismo, um intenso fluxo migratório ocorreu na região amazônica em momentos diferentes da história (PEREIRA, 2006).

De acordo com estudos sobre a região, Becker (2004, 2010), Benchimol (1999), Corrêa (1987), Pereira (2006) enfatizam a pouca contribuição dos projetos pensados e desenvolvidos na região, o que tem contribuído para que não se consolide na região um desenvolvimento autônomo e duradouro para sua população. Segundo Freitas,

Em geral os grandes projetos de desenvolvimento instalados na Amazônia têm provocado efeitos devastadores nas populações localizadas nas áreas de implantação e de influência dos mesmos. Enquadram-se nessa perspectiva, os projetos de construção de rodovias e ferrovias, os polos de exploração mineral e os garimpos, instalação de hidrelétricas e madeireiras. (FREITAS, 2004, p.146).

Seguindo a mesma linha de pensamento Pereira (2006), diz que historicamente foram dois os pontos básicos que fundamentaram a exploração da região, “o interesse exógeno”, ou seja, as decisões e formulações para o desenvolvimento da região partiram sempre de fora para dentro, desconsiderando as potencialidades, especificidades espaciais e socioculturais da região Amazônica. O segundo ponto, consiste na lógica política de integração espacial da região, pensada a partir da implantação dos “grandes projetos” do governo federal, viabilizados através de polos de desenvolvimento. Estes polos tinham como finalidade a integração da Amazônia com o restante do país, por meio de uma política que além do objetivo central, gerar emprego e renda com intenção de melhorar as condições de vida da população local. Também incentivou a migração de um contingente de outras regiões para trabalhar nos segmentos da agropecuária, mineração e construção. Tais obras constituíram-se em incentivo aos processos migratórios inter e intra-regionais, tendo em vista que ao terminar uma obra, a mão-de-obra liberada partia em busca de novo trabalho, em outro

¹Drogas do sertão referem-se às especiarias encontradas na Amazônia, consideradas pelos lusitanos como a base do fundamento econômico agrícola em meados do século XVII (REIS, 1968).

projeto ou nos garimpos. (CORRÊA, 1987); (BENCHIMOL, 1999); (BECKER, 2004, 2010); (PEREIRA, 2006).

As consequências desse modelo de desenvolvimento evidenciam as disparidades na realidade regional, como potencial polo exportador de recursos naturais e minerais, ao mesmo tempo, apresenta uma população empobrecida, com péssimas condições de vida, que ocupa as periferias das cidades. Ao longo dos processos de desenvolvimento da região, apenas uma parcela da população usufruiu da riqueza explorada, ao restante da população, apenas restaram às consequências do declínio e estagnação econômica (Pereira, 2006).

Corroborando com Pereira (2006), Corrêa (1987), assinala que poucos benefícios foram transferidos à Amazônia com os períodos áureos da borracha, inicialmente serviu para construir e embelezar cidades, no segundo momento para atender os interesses do poder central, ou seja, o crescimento estava subordinado à demanda estrangeira. As taxas de crescimento econômico não correspondiam com a realidade da população, que ficava à margem do progresso e continuava subdesenvolvida.

Outro momento igualmente importante na história econômica da região foi a criação da Zona Franca de Manaus, durante o plano de governo do presidente Juscelino Kubitschek (1960 a 1970), que viria a incrementar o desenvolvimento por meio da implantação do polo industrial. Data que, o marco inicial da industrialização aconteceu no período do governo de Juscelino Kubitschek, através de seu Plano de Metas². O governo central concebeu um modelo de desenvolvimento voltado para a realização de crescimento econômico acelerado, cujo principal objetivo era reduzir o distanciamento entre o nível de industrialização e renda do país em relação aos países desenvolvidos. A ideia da zona franca trazia uma economia mais dinâmica, com geração de emprego, sendo esta uma das condições iniciais para a implantação do distrito industrial na região, condição essa que colocaria a Amazônia no patamar de desenvolvimento vigente no país.

Apesar das medidas governamentais para desenvolver a região, não houve uma consolidação da economia como em outras regiões do país, embora as investidas tenham

² O Plano de Metas consistia no planejamento de trinta metas prioritárias em cinco grandes grupos: Energia, Transportes, Alimentação, Indústria de Base, Educação e a construção de Brasília (Pereira, 2006).

apresentado ganhos com relação ao progresso diante da modernidade eminente destes projetos. Por outro lado, houve perdas e uma explosão de conflitos de toda ordem como desapropriação, degradação e exploração, dentre outros, que se perpetuaram ao longo da formação social e econômica da região.

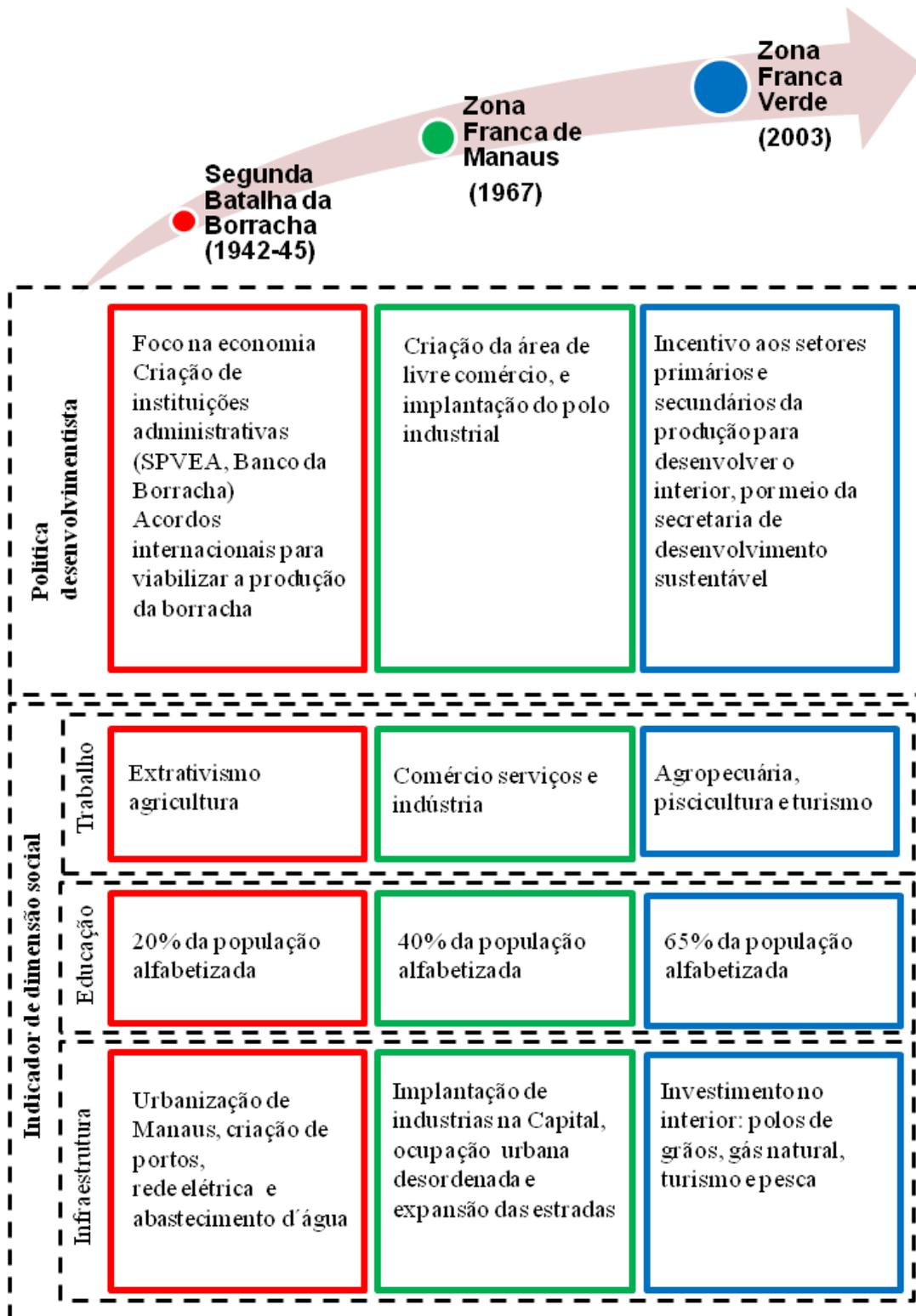
Com relação às medidas adotadas para o desenvolvimento da Amazônia é relevante enfatizar alguns pontos que de certa forma contribuíram para que a região fosse considerada subdesenvolvida: a produção era voltada para atender a demanda do mercado externo, com exploração de mão-de-obra, que teve no modelo americano o caráter universal, negligenciando as especificidades regionais e desta forma sendo inserida tardiamente no processo de desenvolvimento em curso no país.

Assim, para que a região se tornasse desenvolvida como o centro-sul, era necessário superar alguns desafios considerados entraves para o seu desenvolvimento. De acordo com Mahar (1978), os principais pontos de entraves ao desenvolvimento são: (a) o principal desafio consistia na relação de baixa densidade demográfica com sua desigual distribuição espacial; (b) dependência econômica com os mercados internacionais que, ocasionou instabilidade na economia regional, (c) pouco conhecimento dos recursos naturais, necessários para o planejamento de uma política eficiente, e (d) está relacionado ao isolamento da região com o restante do país.

Desta forma, as intervenções políticas na Amazônia centravam-se nos projetos governamentais de integração, de infraestrutura como telecomunicações e transportes, que facilitaram e contribuíram para a mobilidade na região por diversos grupos vindos de todas as partes do país.

No Quadro 2 os diferentes períodos econômicos da região são sintetizados para uma melhor compreensão com relação à dimensão social do desenvolvimento. Conforme disposto no Quadro 2 os diferentes períodos econômicos da região mostram as interferências das políticas no processo de desenvolvimento que decorreram das relações estabelecidas por meio da sua economia internacionalizada. Tal processo promoveu distintos períodos de ascensão e estagnação. A busca pelo progresso submeteu a região a projetos que impactaram o modo de vida das populações, promoveram intensa migração e intensificaram as desigualdades sociais, salvo alguns pontos positivos que resultaram do progresso.

Quadro 2: Períodos econômicos da região Amazônica com base na literatura.



Com relação aos períodos de desenvolvimento da região, a migração destaca-se como componente de transformação, pois alterou o modo de vida da população local. Observa-se que durante o período da batalha da borracha a população do interior era superior com 76,99% enquanto na capital o percentual era de 23%. Esse percentual urbano seria alterado com a Zona Franca de Manaus, quando a cidade passou a receber um incremento populacional, causando inchaço na cidade em decorrência do êxodo do interior. A massa de trabalhadores sem ocupação se deslocava para a cidade em busca de trabalho para melhorar as condições de vida. A cidade de Manaus tornou-se um atrativo em termos de oportunidade, tendo em vista que a economia se concentra na capital, primeiramente para os setores de serviços e comércios e mais tarde para os postos de trabalho no polo industrial (PIM).

Um aspecto interessante do projeto desenvolvimentista com relação à integração da região ao restante do país, é que essa não se deu de forma homogênea em decorrência das diferenças presentes nos Estados, como o Amazonas que devido à falta de estradas não possibilitava o avanço do progresso como no restante da região Amazônica. No entanto, apesar das limitações que dificultava a expansão capitalista, ainda assim, o Amazonas sofreu com as intercessões para tornar-se desenvolvida, por meio das aberturas de estradas, construção de portos, dentre outros meios utilizados para possibilitar a mobilidade de produtos e pessoas.

Do ponto de vista econômico, houve diversas tentativas e iniciativas do pensamento desenvolvimentista, que via nos projetos de grande impacto a possibilidade para este objetivo. Contudo, estes projetos pouco proporcionaram melhorias positivas nos polos onde foram desenvolvidos, no interior foi menos ainda impactado do ponto de vista positivo desse processo. As populações continuaram desenvolvendo atividades voltadas praticamente para subsistência, pois nesse momento ainda não havia uma proposta de desenvolvimento voltada para as comunidades locais.

Não obstante, os diferentes períodos de desenvolvimento econômico decorreram de intervenção política pontual, segundo os planos governamentais, na economia e limitação do território, com a implantação do Estado Novo no governo de Vargas entre as décadas de 1930 e 1960 do século passado. Um conjunto de medidas governamentais buscava inserir na região o desenvolvimento econômico com a criação da Fundação Brasil Central em 1943. Um

programa de desenvolvimento previsto na constituição de 1946 para controle territorial por meio da delimitação oficial, que permitiu uma intervenção estratégica de segurança, e a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Estes planos governamentais tinham centralidade na economia, segurança e integração geográfica (BECKER, 2004)

Desta forma, a montagem do aparato estatal para executar o plano de desenvolvimento na região era formada por instituições como a SPVEA, Banco de Crédito da Amazônia e Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia. Tais instituições deram lugar a outras, assim com o plano abandonado, o Banco de Crédito da Amazônia passou a ser Banco da Amazônia, com caráter regional, igualmente a SPVEA cederia o lugar para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) destinada para administrar os incentivos fiscais para os projetos de desenvolvimento.

De acordo com Silva (2013) o esquema global de desenvolvimento da região se assentava em um tripé: BASA, SUDAM e Zona Franca de Manaus, como medida estratégica para evitar o colapso econômico. Essa reordenação administrativa se justificaria pela concepção de um desenvolvimento regional, considerando o fracasso das experiências pretéritas nas relações estabelecidas internacionalmente.

Em decorrência da dependência do mercado externo, a região sofreu com surtos de valorização de seus produtos e estagnação econômica quando estes não interessavam mais aos estrangeiros. Isso ocorreu, por exemplo, quando a produção de borracha da Ásia superou a produção Amazônica, além do custo que foi o impulso que faltava para a retirada do capital estrangeiro da Amazônia. Desta forma, a quebra do monopólio da goma levou a decadência econômica da região, sentida principalmente nas cidades de Belém e Manaus, que concentravam as atividades econômicas desse período (BATISTA, 2007).

Os períodos de extração da borracha amazônica são exemplos da inserção da região no mercado internacional, é também responsável pela sua derrocada quando ocorre o desenvolvimento e aplicação de conhecimentos científicos, a produção da borracha pelos estrangeiros suplantou a produção local, transformando o curso de desenvolvimento, que deixou um saldo de desigualdade, concentração de renda presentes hodiernamente. Com

relação a esse período de desenvolvimento econômico o que permaneceu foram as intervenções modernas. Conforme destaca Silva,

os resíduos de surtos da modernização na Amazônia em épocas passadas estão materializados nas ruínas, nos prédios públicos e em outros indicadores intermitentes dos eventos e medidas modeladoras de uma modernização sujeita a limites físicos e políticos. (SILVA, 2013, p.13)

Sendo assim, as implicações do processo de desenvolvimento na Amazônia são fruto de sua relação capitalista na dinâmica da internacionalização de seus produtos nos períodos de ascensão e crise. A expansão do capitalismo na região tinha na esfera governamental incentivo fiscal e infraestrutura necessária para sua consolidação. O foco das políticas públicas anteriormente destinava-se a exploração dos recursos extrativistas, de maneira que, causou impactos negativos e permanentes na região. Os grandes projetos são referências na literatura sobre os impactos negativos para a região e as populações locais, mas um aspecto importante desse processo é que apesar de todo investimento de infraestrutura para atender a demanda do capital desse período, pouco desse aparato foi permanente, a exemplo da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que serviria para o escoamento da borracha, contudo, teve pouco tempo útil em virtude do fim da produção para exportação.

Entre as décadas de 50 e 80 do século passado marcam os acontecimentos ocorridos por meio da internacionalização da economia, das intervenções governamentais na região, em que a crise global refletiu-se localmente. Nesse processo de intercâmbio econômico a Amazônia passa por um processo de modernização, mas também de oscilação, gerando pressões decorrentes da reestruturação das relações econômicas e políticas. Se, por um lado, o modelo endógeno proporcionou desenvolvimento ao Estado do Amazonas, com os incentivos fiscais administrados pela Suframa e por todos os investimentos decorrentes do PIM, por outro, foi extremamente concentrador de renda e fomentou mais desigualdades.

Destarte, os processos de crescimento econômico na Amazônia são permeados de contradições, em virtude de diferentes atores e interesses. É fato que apesar dos momentos de estagnação econômica, e que para alguns representou o esquecimento por parte do governo, ao contrário, a região esteve sempre presente na lembrança de diversos atores. Assim, sinaliza Silva (2013, p.09), “o fato de que a região Amazônica continua a despertar preocupação

quanto ao seu desenvolvimento deve-se mais à intensidade dos impactos de suas formas de ocupação do que ao esquecimento propriamente dito”.

Assim, os custos decorrentes do processo de crescimento econômico, tanto sociais quanto ambientais na Amazônia, são produtos do sistema de exploração dos recursos naturais, destinados a atender as necessidades externas. Tanto que o governo não contabiliza tais custos, pois a população local pouco se beneficia, tendo em vista que os empreendimentos na região geraram poucos postos de trabalho, expulsaram as populações locais de suas terras onde aconteceram os empreendimentos (LOUREIRO, 2012, p. 533).

As estratégias do governo brasileiro para o desenvolvimento da região fracassaram, em decorrência da relação de subordinação estabelecida com as articulações internacionais, da imposição do padrão de modernização adotado, o que constituiu a forma desigual de organização e produção vivenciadas pelas populações locais. Passados os períodos extrativos da borracha que, segundo Batista (2007, p.172) esse foi seguramente um capítulo de grandeza e de miséria, deixado como herança para a região todas as mazelas desse processo.

O projeto Zona Franca de Manaus é considerado de grande envergadura para o desenvolvimento do Amazonas pela infraestrutura moderna, porém não proporcionou melhora nos indicadores relacionados à qualidade de vida da população local. Conforme afirma Freitas Pinto (1992, p.129)

A Zona Franca de Manaus, mesmo considerando todos os seus aspectos positivos, não se transformou afinal em um processo de promoção social para a população de Manaus, uma vez que a vida das pessoas não melhorou depois da Zona Franca.

Diante do exposto, a Zona Franca de Manaus considerada polo industrial de desenvolvimento, não refletiu na qualidade de vida da sua população de forma homogênea os benefícios desse progresso, ao contrário, as condições de vida foram afetadas pelos impactos negativo, refletivos tanto na capital pela expansão urbana desordenada, quanto no interior pelo esvaziamento das atividades tradicionais do extrativismo.

Destarte, o Programa Zona Franca Verde demonstrou ser uma alternativa para o desenvolvimento do interior, proporcionando a permanência das famílias nas comunidades e

garantindo os meios para subsistência. Todavia, o objetivo do programa de corrigir as disparidades no interior, como também proporcionar desenvolvimento por meio da potencialidade local com as ações governamentais, não ocorreu de fato. Dentre os entraves para concretização do projeto pode-se citar a falta de planejamento, de infraestrutura para realizar tais ações, o que resultou na permanência da desigualdade, conforme representado nos indicadores socioeconômicos dos municípios (ARAÚJO E PAULA, 2009).

Conforme os indicadores socioeconômicos sobre os municípios interioranos a desigualdade afeta de forma diferente as populações, isso se deve a diversos fatores, dentre os quais se destaca o acesso aos benefícios decorrentes dos investimentos oriundos do Polo Industrial de Manaus. No que tange ao processo de desenvolvimento pouco se caminhou para fortalecer o potencial dos interiores, apesar dos polos criados nesse sentido, além de buscar a qualidade de vida das populações.

Aproposta de desenvolvimento baseada numa compatibilidade de crescimento econômico com qualidade de vida, ou seja, economicamente viável, socialmente mais justo e ecologicamente correto, aponta nessa direção. A constatação de que o desenvolvimento econômico não garante um desenvolvimento, e que este tipo de desenvolvimento é insustentável, colocou como desafio a busca por meios mais sustentáveis de produção e com perspectiva de longo prazo.

Com relação aos limites do modelo de desenvolvimento hegemônico, assevera Leff que,

o desenvolvimento econômico não representa mais uma opção aberta, com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação geral da ideia de desenvolvimento sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite *superior* para o progresso material. Adotar a noção de desenvolvimento sustentável por sua vez, corresponde a seguir uma prescrição de política (LEFF, 2009, p.165)

Desta forma, o desenvolvimento como processo de transformação em uma dimensão mais ampla, que leva em consideração a qualidade do padrão de vida da população passa a ser perseguido. Contudo, isso só foi possível diante da incompatibilidade do modelo capitalista com relação à natureza, ao emergir em meio à crise das bases de produção a necessidade de um novo desenvolvimento (CAVALCANTI 2002, LOUREIRO, 2012, SILVA, 2013).

Na visão de Cavalcanti (2002), a proposta do desenvolvimento sustentável enquanto alternativa ao conceito de crescimento econômico, coloca a natureza como fundamental para que haja crescimento, de maneira que, as atividades incentivadas devem ser aquelas que menos impacto causem a natureza.

Sendo assim, a perspectiva de desenvolvimento com viés da sustentabilidade em voga tem se apresentado como uma proposta que reconhece a necessidade de se buscar alternativas por meio da relação do local com o global. Nesse sentido o desenvolvimento local é tomado como eixo central para se alcançar o desenvolvimento sustentável, uma vez que, o local é tomado como referência por seus elementos (culturais, econômicos, políticos, dentre outros) que devem convergir com o nacional numa relação que tem na descentralização fator primordial para se alcançar o desenvolvimento como proposto na Agenda 21. Portanto, o desenvolvimento local é um processo que busca através de estratégias melhorarem as condições de vida da população, gerando oportunidades de trabalho, prestação de serviços, dentre outras por meio da participação de diversos atores articulados para transformar a realidade local. Jesus assevera que,

O desenvolvimento local trata-se de um esforço concentrado, localizado, com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS, 2003, p.72)

Nessa linha de pensamento, para que haja desenvolvimento em uma determinada localidade é necessário que o interesse parta de iniciativas locais, com a utilização dos recursos e potencialidades do trabalho da comunidade de forma que, as ações possam resultar na melhoria da vida local. Essa perspectiva de desenvolvimento local é pensada como estratégia para sobrevivência das comunidades em virtude das interferências da mundialização entre mercados, o que tem refletido em todas as sociedades.

A globalização coloca como exigência às comunidades a busca por alternativas de sobrevivência, desta forma, explorar as potencialidades e recursos tem sido o meio encontrado pela população nas relações comerciais de inserção dos seus produtos no mercado local e às vezes nacional. De acordo com as abordagens sobre desenvolvimento local observa-se um crescente volume de iniciativas tanto no âmbito da esfera governamental, quanto do interesse ou iniciativas partindo de organizações não governamentais.

Como iniciativas governamentais no Amazonas encontram-se ações do programa comunidade solidária, ou ações desenvolvidas por instituições como o SEBRAE, que buscam capacitar a comunidade local por meio de projetos de geração de renda e inserção no mercado. Diante disso, o desenvolvimento local deve partir de iniciativas endógenas considerando as bases de recursos e potencialidades a serem exploradas de forma que, essas propostas possam se concretizar como alternativa de desenvolvimento.

Conforme a concepção de desenvolvimento sustentável, esta parte da premissa de que é possível que os países em desenvolvimento possam atingir o nível dos países já desenvolvidos utilizando as tecnologias mais eficientes com a finalidade de causar menos impacto ao ambiente, e garantir que os recursos naturais não sejam extintos. Assim, de forma universal o Relatório Brundtland (1987) preconiza um futuro comum para todos, e que isso será possível mediante parcerias e comprometimento de todos. No entanto, tal proposta se contrapõe a realidade em que a riqueza produzida é apropriada de forma desigual, assim como a apropriação dos recursos naturais.

Com relação à Amazônia pode-se dizer que a preocupação dos diversos atores, seja em nível nacional ou internacional, tem como centralidade o que pode resultar desse processo de desenvolvimento, já que a região sempre serviu como fonte de matéria prima. Fato é que as pressões quanto a situação da Amazônia quanto a preservação ambiental, levaram o governo brasileiro a tomar medidas por meio de alguns ações, como o Programa Nossa Natureza. Neste programa se processou o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) sob a coordenação dos militares. Desta forma, a política do regime Militar tinha no ZEE um instrumento para gerenciar e proteger o Bioma Amazônico, por meio da demarcação de terras indígenas, criação de Unidades de Conservação Sustentável (UCs) dentre outras medidas que resultaram das pressões, bem como do interesse em viabilizar investimentos para projetos de desenvolvimento sustentável.

Apesar da preocupação com o desenvolvimento da região e a preocupação com a conservação dos recursos tenham sido constante, ainda que de forma contida, em contrapartida, o desenvolvimento social não se configura na mesma proporção, sendo o crescimento econômico o ponto central das preocupações.

Destarte, algumas medidas governamentais destinam-se ao desenvolvimento do Amazonas dentre os quais se destaca a proposta de um desenvolvimento sustentável defendida no Programa Zona Franca Verde. Este programa destinava-se ao desenvolvimento do interior nos setores de agropecuária, pesca, dentre outros. Dos objetivos dispostos, a necessidade de fortalecer e interiorizar a economia do Estado com o intuito de conter e ou diminuir o êxodo para a capital e outros municípios, ganha destaque e traz uma preocupação de prover melhorias na condição de vida da população do interior. Uma das motivações que levam ao fluxo migratório é a falta de condição de vida no lugar de origem, em virtude dos municípios não oferecerem os serviços básicos de saúde, educação e trabalho que atendam as necessidades da população local. A concentração da economia na capital intensifica as desigualdades entre interior e capital decorrentes do baixo nível econômico gerado pelo setor primário no interior.

Os impactos sociais negativos, que resultaram da política desenvolvimentista, são evidentes nos indicadores socioeconômicos da região, tanto nas áreas urbanas como rurais revelando o descompasso entre crescimento econômico e a baixa qualidade de vida das populações.

Com relação às disparidades do desenvolvimento na região assevera Batista,

Apesar de já ter ocupado transitoriamente o segundo lugar entre as regiões brasileiras de maior receita de exportação, a Amazônia tem sido sempre para surpresa geral, uma área em que a pobreza campeou, colocando-nos naquela condição de não se poder caracterizar exatamente se é “atraso econômico” ou subdesenvolvimento propriamente dito (BATISTA, 2007, p.119).

Diante do exposto pode-se perceber que o crescimento econômico não é suficiente para o desenvolvimento da região, pois como já se sabe a concepção de desenvolvimento é mais abrangente e envolve outros componentes. Nessa perspectiva, a concepção de desenvolvimento sustentável coloca-se como uma alternativa em paralelo ao desenvolvimento vigente.

A ideia de desenvolvimento predominante nos países desenvolvidos conduziu os países em desenvolvimento a um modelo de modernização único, o que resultou em atraso para os países que não correspondiam ao padrão estabelecido (ALMEIDA, 2002).

Os projetos de desenvolvimento na Amazônia pautavam-se nesse modelo desenvolvimentista com foco na integração nacional, sem qualquer compromisso com a conservação ambiental. Essa preocupação ambiental só veio permeada nos programas de Desenvolvimento Rural Integrado e no Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais (PPG-7), que propuseram a contribuição para o desenvolvimento sustentável e o manejo dos recursos naturais (SCHWEICKARDT, 2006).

Nesse processo de reordenamento das atuais políticas para a região, um componente que vem se destacando é uma participação da população, o que não ocorria nas políticas de desenvolvimento anteriores. Assim, a mobilização e organização têm gerado conflitos, mas também conquistas para as populações locais com a criação de diversas associações em todo interior da Amazônia, como forma de fortalecimento das comunidades locais que tem proporcionado um protagonismo dos pequenos produtores. No que tange ao desenvolvimento as atividades tem se pautados nas potencialidades locais voltadas para práticas mais sustentáveis.

CAPÍTULO II: ASSOCIATIVISMO PRODUTIVO NO MEIO RURAL: O CASO DA ASSOCIAÇÃO FLORES DA EVA

O processo de democratização brasileiro demarcou o surgimento de diferentes tipos de associações no país, segundo Scherer-Warren (1999) o período de institucionalidade democrática entre 1984-93 foi um marco da participação na gestão da “coisa pública”, com o surgimento de diversas organizações. Diante disso, a delimitação do período de democratização deve-se ao esforço de compreender como a democracia participativa impulsionou os diversos campos associativos no país.

De acordo com os estudos referentes ao associativismo no Brasil, o campo mais expressivo é o religioso, depois o associativismo dos clubes para classe média, e o último centrado no associativismo comunitário presente mais na região Nordeste (AVRITZER, 2002; GANANÇA, 2006). Considerando o período de regime militar com repressão a toda forma de organização social, que manifestassem oposição contrária ao sistema posto, o que pode ter contribuído para a predominância de associações religiosas de caráter assistencialistas e de caridade. Durante o regime militar os movimentos sindicais e dos trabalhadores de diversos campos foram solapados com a repressão. Apenas na década de oitenta do século passado é que os movimentos voltaram a atuar e ganhar força por meio das diversas organizações, estabelecendo uma relação de parceria com o Estado. No entanto, neste estudo enfatizamos o associativismo produtivo no meio rural com participação democrática da população local.

2.1. O Processo de Democratização do País e o Incremento do Associativismo Participativo e Produtivo no Meio Rural

Boaventura e Avritzer (2002), ao analisarem o processo de democratização na sociedade pós-guerra faz ênfase a dois elementos fundamentais: a democracia representativa e a democracia participativa, esta última como fonte promissora em defesa dos interesses coletivos. Diante disso, as organizações da sociedade civil têm papel importante como agente no processo de democratização do país. É nesse período de efervescência da participação democrática que surgem diversos campos associativos.

Conforme Schere-Warren (1999, p.127) “parece haver uma relação entre a institucionalidade democrática e o crescimento do associativismo civil”.

Corroborando Avritzer (2002) afirma que o Brasil passou de baixa densidade associativa com pouca participação, para uma sociedade participativa e politicamente organizada. Portanto, o associativismo civil está estritamente relacionado com o processo de democratização do país, embora haja disparidade entre as regiões quanto ao volume e a diversidade de campo associativo.

Apesar da participação em associações ter aumentando ao longo do processo de democratização, ainda prevalece o associativismo religioso, conforme no período pré-independência (GANANÇA, 2006). Outros campos associativos são culturais ou recreativos com grande porcentagem participativa na região sul, enquanto na região nordeste essa participação se concentra no associativismo comunitário e rural.

Com relação ao associativismo rural, este se concentra nas comunidades com a participação das famílias, sendo que na região sul esse movimento representa entorno de 15,3% das unidades de produção rural, em contrapartida no nordeste essa proporção chega a 50,6%, essa diferença de percentual está relacionada às especificidades regionais (GANANÇA, 2006). Na região norte a diversidade associativa também se assemelha com a observada no nordeste, sendo mais expressivo nas comunidades rurais com a participação das famílias produtoras.

Assim, o associativismo rural tem proporcionado uma maior participação das populações locais, na busca por melhoria na condição de vida. Seja por iniciativa própria, ou por incentivos externo a comunidade, os produtores e moradores das comunidades do interior tem se organizado para criar associações que representam os interesses coletivos. Alguns exemplos permitem fazermos um panorama dessas organizações coletivas nos municípios do Amazonas:

- As associações existentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira (ALX, AMAC, AMANP, APRAMAD, dentre outras).
- Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Trabalhadores Rurais do Paraná da Eva.
- Associação de Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Rio Preto da Eva.

Dentre as organizações destacadas algumas se formaram pelo esforço da própria comunidade que buscavam por melhorias. Outras se formaram por incentivos externos a comunidade, que viam a necessidade de fortalecer a comunidade por meio da organização social para ter representação junto às instituições governamentais ou demais instituições que trabalham com comunidades como, por exemplo, os sindicatos.

As associações desempenham um importante papel ao reivindicar pelos direitos dos associados, ao possibilitar a autonomia deles e alcançar resultados positivos coletivamente. Com relação à organização associativa, que tem na participação democrática sua institucionalidade, esta se constitui uma ferramenta de mudança para a comunidade e como uma força propulsora para mudar a história.

A ação de dos pequenos produtores, por sua vez, é também poderosa. Eles demonstram capacidade de se organizar, revelando-se como participantes ativos na produção do espaço, na organização do mercado de trabalho familiar, na formação de associações, para escapar ao controle do intermediário e controlar a comercialização (JESUS apud BECKER, 2000, p.75).

Outrossim, esse processo de protagonismo das populações rurais tem no associativismo a base para impulsionar uma mudança, que impulsiona uma nova participação e coloca a democracia como um processo coletivo. Sinaliza Boaventura e Avritzer (2002, p.51) que,

O reconhecimento da pluralidade humana se dá a partir de dois critérios distintos, a ênfase na criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, isso é com a procura de uma nova institucionalidade da democracia.

Sendo assim, o aumento dessa participação como exercício coletivo traz o problema da necessidade de uma nova forma de se relacionar Estado e sociedade. Colocando na arena política questões de interesse local, a exemplo das associações de produtores existentes no Amazonas e citadas anteriormente.

Com relação às associações de produtores rurais estima-se que chegam a 9,2% no país, conforme levantamento feito na pesquisa do IBGE referente à diversidade dos campos associativos (GANANÇA, 2006).

Um aspecto importante dessa intensificação dos campos associativos reflete na perspectiva da melhoria da condição de vida dos pequenos produtores, que tem na agricultura sua fonte de renda e reprodução do trabalho. Antigamente, as áreas dos pequenos produtores se destinavam a agricultura de subsistência e apenas o excedente era comercializado. Com o avanço tecnológico e a abertura de novos mercados, as atividades dos pequenos produtores passaram a sofrer influência da modernização e expansão do capitalismo, o que ajudou a promover as organizações associativas nas comunidades urbanas e rurais.

Diante disso, pode-se constatar que as medidas políticas quando não articuladas com um verdadeiro projeto de desenvolvimento deflagram ao fracasso. Ao se referir as novas bases econômicas para a região, em que estas não podem constituir-se apenas de recursos mistos sem objetivo definido Batista afirma que,

Entre as verdades incontestáveis, está a de que não poderá existir uma economia criada somente à base de subversões e recursos encaminhados pelo tesouro nacional. A Amazônia tem de constituir os seus fundamentos econômicos, não em caráter extrativista ou exploratório, mas de maneira permanente bem orientada. Esta é a tarefa das novas gerações. (BATISTA, 2007, p. 390)

Como coloca Batista (2007), é preciso criar uma base econômica sólida na região para poder se desenvolver, haja vista que os projetos anteriores fracassaram, apesar de todo potencial que dispõe a região em biodiversidade.

Corroborando Abrantes enfatiza a importância da organização associativa como um caminho de conquista para os produtores em que,

com vista a alcançar o desenvolvimento local a atividade agroflorestral deve ser praticada e os pequenos produtores organizados em associações, cooperativas para que seja possível alcançar uma distribuição mais equitativa, com melhoria na qualidade de vida (ABRANTES, 2002, p. 9).

Algumas iniciativas de forma inovadora na região tem se desenvolvido como forma de enfrentamento a carência de emprego, assim organizações e associações têm surgido por meio de pequenos empreendimentos pulverizados em diversos setores, o que dificulta uma agenda política para o setor.

2.2. O Associativismo Empreendedor e o Segmento de Flores e Plantas Ornamentais no Amazonas

O associativismo tem como base de sustentação a participação, união, responsabilidade, compromisso, credibilidade, educação e iniciativa dos seus membros. Para que a associação se consolide é necessária à participação de todos os associados, para fortalecer esse espaço democrático.

Essa forma de organização se mostra como alternativa na composição dos modelos de desenvolvimento que estão em curso na região e que se baseiam na busca por uma convivência que relacione benefícios materiais e financeiros com a reprodução de formas tradicionais de ocupação e uso da terra na Amazônia, respeitando a demarcação das terras indígenas, e uso de práticas de manejo que ultrapassem os limites dos recursos naturais (BECKER, 2010).

Com relação à prática do associativismo rural, esta se constitui como alternativa para realização de atividades econômicas para seus integrantes e na conquista de direitos coletivos, pois como organização legalizada pode realizar diversas operações que individualmente se tornaria um entrave para o pequeno produtor executá-las.

A Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, que estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu Art. 3º define como agricultor e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades rurais e que atenda aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4(quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família .

As associações rurais representam uma grande oportunidade de melhorar a produção de pequenos agricultores. Segundo Alencar (1997) o associativismo representa uma

importante opção estratégica, capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais, meios para se adaptarem a essa realidade. Uma associação rural possui maior representatividade perante instituições financiadoras, órgãos governamentais e até mesmo a população do município. Participar de uma associação que alcance os resultados projetados é um fator determinante para manutenção e crescimento do empreendimento dos associados. Segundo Souza (1995) para que o associativismo seja viabilizado, devem-se observar três princípios fundamentais: a definição apurada e sistemática de interesses comuns; o respeito às limitações e possibilidades de cada um; e o aprofundamento e avaliação constante.

Alguns estudos referentes à agricultura familiar como: Abramovay (1992); Brose (1999); Canterle (2004), Frantz (2009), entre outros, mostram que a agricultura familiar se baseava numa produção que não permitia a acumulação de capital como a agricultura empresarial, por vislumbrar a unidade de produção um núcleo familiar, mais do que um negócio, tendo na família a força de trabalho, gestão, e comercialização da produtividade sem um controle e diferenciação da gestão do negócio frente à relação familiar. A maneira como a população interiorana foi afetada pela nova ordem econômica alterou as bases de produção, assim como as atividades desenvolvidas na agricultura familiar, que desencadeou no atual modelo de exploração;

Importa saber que a história da agricultura familiar, no Brasil, é uma história de pessoas, de famílias, de pequenos agricultores, de uma população que circulou, através das gerações por diferentes tempos e lugares, na esperança de construir suas condições de vida, tanto na dimensão econômica como na dimensão cultural e social. Uma boa parte dessa história se confunde com a luta pela inserção no contexto maior, fornecendo mão-de-obra e alimentos baratos (Frantz, 2009, p.170).

A mudança do modelo de agricultura convencional para uma produção mais sustentável tem sido discutida, tendo em vista a necessidade da incorporação das dimensões do desenvolvimento sustentável, como proposta portadora de um desenvolvimento paralelo ao vigente.

A preocupação em relação à problemática do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar praticada na Amazônia é sinalizada na Agenda 21 Brasileira, ao enfatizar a falta de organização social dos produtores como um entrave ao desempenho e destinação da

produção. Destarte, este quadro tem mudado com a disseminação de organizações associativas, principalmente no Amazonas, apesar da ausência de registro de dados.

Diversas são as formas atuais de exploração dos recursos naturais do interior do Amazonas, além das atividades da agricultura e extrativismo, como é o caso do turismo, lazer, gastronomia, entre outras atividades desenvolvidas. Nesse novo modelo de explorar os recursos naturais e as potencialidades dos indivíduos surge o associativismo como forma alternativa de desenvolvimento. As formas de relações estabelecidas entre os indivíduos na ajuda recíproca, não é recente, porém as formas de organizações em associações surgiram da necessidade de uma representatividade coletiva.

O conceito de associativismo é entendido como uma forma de fortalecimento coletivo, em que a prática entre indivíduos permite uma reciprocidade solidária em diversos contextos (Scherer-Warren, 2001; Frantz, 2002; Ricciard e Lemos, 2000). O associativismo caracteriza-se como uma prática democrática que permeia as relações cotidianas de interesses comuns. Essa nova forma de organização tem contribuído para o surgimento de diversas formas de associação, que voluntariamente dar-se a adesão dos indivíduos no mais diversos espaços de sociabilidade. Diversos segmentos tem caráter associativo como sindicatos, associação de moradores, entidades filantrópicas, organizações religiosas, entre outras. No entanto, sua maior disseminação tem predominância econômica com a geração de emprego e renda, uma vez que, essa prática tem despertado para o empreendedorismo.

O associativismo no meio rural é um exemplo dessa forma de organização que tem ganhado espaço para reivindicar de maneira organizada os interesses de pequenos produtores. Esta forma de organização se destaca como uma estratégia para fortalecimento da agricultura familiar, da luta pela permanência na comunidade rural, e por meios de subsistência como geração de emprego e renda adicionando qualidade de vida. Em decorrência das mudanças que resultaram do desenvolvimento econômico, algumas alternativas como esta são incentivadas como possibilidades de desenvolvimento e oportunidade para a comunidade local. Assim, as formas associativas desenvolvidas pelas unidades familiares tem se apresentado como fonte de trabalho nos mais variados empreendimentos.

As unidades produtivas tem ganhado espaço por meio da prática associativa. Seja por iniciativa da própria comunidade ou por incentivo de órgãos como o SEBRAE. Esta forma de organização se destaca como uma estratégia para fortalecimento da unidade de produção familiar promove a permanência das várias gerações na comunidade. A base é a organização da gestão do empreendimento combinando a experiência e mão-de-obra familiar de diferentes grupos familiares, pautando-se na produção e comercialização dos seus produtos. Essa forma associativa tem se tornado uma ferramenta para fortalecimento coletivo independente do segmento empreendedor ao se beneficiar das facilidades e apoios das políticas destinadas às micro e pequenas empresas existentes no país. Sachs (2003) e Becker (2010) enfatizam que a disseminação destes empreendimentos se deve em parte ao contingente de mão-de-obra excedente e ao caráter empreendedor típico do povo brasileiro.

Diante disso, o associativismo tem se destacado pela sua capacidade de inclusão no mercado, ao permitir o acesso a serviços de crédito, aquisição de bens, que tem gerado mudanças significativas aos associados. De acordo com Frantz (2002):

Associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida (FRANTZ, 2002, p.1)

Essa forma de organização tem se destacado em várias regiões do país, principalmente no ramo empreendedor do segmento de serviços. O associativismo na área rural surgiu da organização de pequenos produtores com intenção de fortalecer sua atividade, como estratégia para permanecer no interior e como forma de reivindicar por direitos coletivos. No Amazonas essa atividade pode ser observada em pequenos segmentos como, por exemplo, na produção de frutas, mel e mais recentemente no cultivo de flores e plantas em algumas unidades familiares da área metropolitana de Manaus (SEBRAE, 2005).

Alguns estudos a respeito do associativismo rural tem dado ênfase na contribuição dessa forma de organização para o desenvolvimento local por meio da prática da agricultura familiar a partir da incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável. As atividades desenvolvidas buscam uma compatibilidade entre o econômico e o social, levando em consideração o conhecimento tradicional. Numa perspectiva ambiental Lef, afirma que “o

desenvolvimento transcende a via unidimensional do crescimento econômico, abrindo múltiplas opções produtivas, novas formas de vida social e uma diversidade de projetos culturais” (LEFF, 2011, p.63). Na medida em que as famílias aprimoram seus conhecimentos por meio das atividades desenvolvidas e da capacitação, e com isso mudam a dinâmica ao incorporar elementos novos na maneira de produzir e nas suas relações sociais.

Nessa nova dinâmica o pequeno produtor assume mais de um papel, em que ele também é gestor e empreendedor do que produz. A atividade de comercialização não é tarefa estranha ao produtor, porém em algumas comunidades esta tarefa é designada ao atravessador, tornando o resultado econômico aquém do esperado. Tal situação justifica a necessidade de capacitação da população rural para tratar das questões relativas ao comércio diretamente com os clientes e poderem lograr o real valor do seu trabalho.

A necessidade de fortalecer o componente social do desenvolvimento tornou-se um desafio, pois, não se busca apenas o crescimento econômico como em tempo pretérito, mas, um desenvolvimento com exigência de diminuir as desigualdades geradas desse processo de exploração e degradação.

Diversos empreendimentos experimentais têm surgido no Amazonas como alternativa de aproveitamento da natureza de forma sustentável. Isso tem contribuído para a inserção do produtor rural no mercado por meio de ações diferenciadas tais como: melhora na qualidade dos produtos, agregação de valor e variedade e ampliação do mercado. Estas medidas têm impulsionado o crescente número de associações na área rural do Amazonas.

Essa mudança de padrão produtivo é posta como desafio, uma vez que constitui uma nova perspectiva, como sinalizada por Almeida,

Mas o grande desafio, talvez, resida na capacidade das forças sociais envolvidas na busca de outras formas para o desenvolvimento de imprimir sua marca nas políticas públicas, para que estas venham a afirmar política, econômica e socialmente a opção pela agricultura familiar, forma social de uso da terra que melhor responde a noção de sustentabilidade e as necessidades locais, regionais e do país. O sucesso das iniciativas atuais por um novo e diferente modo de desenvolvimento está na razão direta dos resultados obtidos nesta direção, ou seja, no fortalecimento dos processos organizativos da agricultura familiar nas suas diversas formas associativas (ALMEIDA, 1997, p.52).

O caminho a ser percorrido nessa dinâmica associativa deve-se ao processo de desenvolvimento vigente, em que as políticas para a agricultura recebiam pouco incentivo. A forma convencional praticada pelas populações do interior, ao longo da história foi excluída das políticas governamentais e teve sua produção praticamente destinada ao autoconsumo (IANNI, 1986, p. 56). Diante disso, enfatiza-se uma carência de incentivo, suporte técnico e orientação para uma produção autossuficiente. Na atualidade já é possível destacar algumas iniciativas com a organização de produtores em associações contando com uma produção diversificada e maior inserção no mercado local.

Além das associações, as cooperativas também são forma de associativismo, no entanto, as cooperativas são organizações de pelo menos vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são diferentes de outras sociedades. A seguir um Quadro 3 apresenta a diferença entre associação e cooperativa, para melhor compreensão destes tipos de organização coletiva.

Com relação às iniciativas voltadas ao empreendedorismo, o Plano Brasil Maior tem dando incentivo em nível de investimento para inovação com vista a melhorar as cadeias produtivas e conseqüentemente alcançar resultados positivos por meio da comercialização interna e externa, refletindo na redução das desigualdades regionais.

O termo empreendedor é utilizado para caracterizar uma pessoa criativa de iniciativa e disposta a correr risco por sua atitude de assumir um negócio próprio. Este termo empreendedor ganhou notoriedade a partir da obra de Schmpeter (1950). De acordo com o GEM (2010), a população brasileira apresenta um elevado grau empreendedor, em todos os segmentos. Não obstante, para Dornelas (2001), essa atividade ainda se encontra em fase embrionário no país, considerando que essa prática teve início na década de 90, por iniciativa de entidades brasileiras, como SEBRAE. A atividade empreendedora se divide em dois segmentos: os que buscam por necessidade, e os que buscam por oportunidade (GEM, 2010).

Ao contrário do que é observado nas outras regiões do Brasil, o segmento de flores e plantas no Amazonas é ainda pouco explorado, com destaque para alguns pequenos polos que são responsáveis pela produção na região, especificamente: Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Manaus. Estes polos foram criados por iniciativa do projeto

desenvolvido pelo SEBRAE, com intuito de desenvolver uma atividade sustentável aproveitando o incentivo a outras culturas, além daquelas tradicionais costumeiramente praticadas na região.

Quadro 3: Características que diferenciam associativismo e cooperativismo.

Associação	Cooperativa
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Participação democrática <input type="checkbox"/> Elaboração da ata de fundação <input type="checkbox"/> Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados <input type="checkbox"/> Eleição para presidente <input type="checkbox"/> Auxilia no processo de comercialização dos associados <input type="checkbox"/> Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais <input type="checkbox"/> Os associados recebem apenas o que gastou em alguma atividade para a associação, sendo o ganho individual de sua produção <input type="checkbox"/> A associação apresenta uma relação mais de caráter de direitos difusos 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Aprovação do estatuto, em assembleia-geral, pelos cooperados <input type="checkbox"/> Eleição do conselho de administração e fiscal <input type="checkbox"/> Elaboração da ata de fundação <input type="checkbox"/> Abertura de livros: ata e caixa <input type="checkbox"/> Realiza plenamente atividades financeiras <input type="checkbox"/> Recebe pelas atividades desenvolvidas na cooperativa <input type="checkbox"/> O ganho é dividido entre os cooperados <input type="checkbox"/> A cooperativa tem cunho estritamente comercial

Ambas as organizações coletivas acima, partilham pressupostos comuns com objetivos fins por meio da cooperação dos sujeitos para melhorar a condição de vida a valorização do trabalho no sistema vigente. No entanto, a diferença entre ambas pauta-se basicamente na gestão mais complexa da cooperativa, nos aspectos jurídicos dos processos administrativos.

A organização associativa representa uma forma embrionária da cooperativa partindo dos pressupostos comuns, mas, a associação é a forma mais comum de organização coletiva em diversos segmentos, principalmente nas comunidades do interior com vistas a geração de renda para os produtores (CARVALHO e RIOS, 2007; BORGES, 2013).

Dentre as disparidades associativas nas regiões pode-se destacar a pouca participação política dos sujeitos, o que pode ser reforçado com estimulado para uma atuação mais democrática (DEMO, 1996; AVRITZER, 2004, 2009; SCHERER-WARREN, 2004; GANANÇA, 2006).

As organizações associativas produtivas partem do pressuposto da prática de se operacionalizar a ideia de um desenvolvimento mais justo, ao buscar a valorização do trabalho e conseqüentemente uma melhor condição de vida para os produtores rurais. Desta forma, no Amazonas algumas práticas foram estimuladas como alternativa para a se atingir esse objetivo, principalmente em virtude da diversidade dos recursos disponíveis na natureza. Pensando nessa dinâmica da organização associativa buscadas pelos produtores como estratégia frente ao modelo de desenvolvimento predominante, assevera Becker e Léna que,

O desenvolvimento local-associativo representa, potencialmente, na Amazônia, uma força que poderia servir de base para um desenvolvimento alternativo. A questão está no entanto, aberta de saber se se trata de estratégias de sobrevivência, de formas de integração ao mercado ou ainda de uma verdadeira economia solidária, alternativa ao modelo dominante. As três interpretações podem hoje ser encontradas, e as observações não permitem decidir, já que os três aspectos podem ser observados simultaneamente. Para muitos agentes externos e militantes que atuam nesses projetos, a finalidade dos empreendimentos é a criação de uma economia alternativa (BECKER, LÉNA 2002, p.5).

Alguns estudos referentes ao empreendedorismo em municípios interioranos do país sinalizam estas mudanças, principalmente com a participação de diversas instituições de pesquisa, universidades e o SEBRAE, principal agente desse processo que tem desenvolvido diversos projetos para fortalecer as atividades mais sustentáveis.

Para compreensão da noção de empreendedorismo toma-se como referência Favareto (2005), Reis (2006), GEM (2010). A noção do termo empreendedorismo teve sua gênese na teoria econômica, nas mais diversas obras e autores como Richard Cantillon, publicada em 1755, Jean Baptist Say, publicada em 1803, e a obra de Schumpeter, publicada em 1912, considerada um marco. Todas essas obras tratam do comportamento individual sob

o viés econômico, dentre estes a aceitação do risco, a constante procura por oportunidade vantajosa, e a inovação na realização de um determinado negócio (FAVARETO, 2005 p. 34). Ao longo dos tempos todas essas características presentes nas obras sobre o empreendedorismo foram sendo disseminadas.

Na atualidade a noção de empreendedor é designada a alguém inovador que busca uma oportunidade ou que tem iniciativa por meio de uma necessidade. Este comportamento tem componentes sociais de fundo, como alternativa diante das crises econômicas que tem afetado as formas de trabalho e todas as demais atividades econômicas (FAVARETO, 2005).

Em estudo feito pelo GEM (Global Entrepreneurship Monitor, 2010) o Brasil é apontado por seu elevado grau empreendedor, essa característica massificada deve-se ao fato das iniciativas individuais na busca por alternativas para a inclusão no mercado de trabalho. A situação da Amazônia é semelhante ao restante do país, em que os trabalhadores empreendem por iniciativa própria, com atividades diversificadas.

No Brasil a produção de flores e plantas ornamentais tem ganhado espaço através de pequenos produtores e seus empreendimentos. Os projetos desenvolvidos pelo SEBRAE no ramo de flores e plantas ornamentais agregam cerca de 17 Estados, sendo que a maior concentração está na região sudeste. Essa cadeia produtiva tem incrementado a economia e proporcionado à ascensão social dos produtores (REVISTA SEBRAE DE AGRONEGOCIOS, 2005).

Esse ramo de comercialização da floricultura tem se expandido e intensificado o cultivo de flores nas regiões Norte e Nordeste. No caso da região Norte apenas Belém e Manaus fazem parte do projeto. A produção de Manaus e seu entorno é destinada para o mercado local, sendo a maior parte da produção originária dos municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo (REVISTA SEBRAE DE AGRONEGÓCIOS, 2005).

Com relação à produção de flores e plantas ornamentais a região amazônica é um celeiro natural, com uma diversidade de flores e plantas exóticas, como a vitória-régia, o símbolo maior da exuberância dessa flora, onde existem mais de cinco mil outras espécies de grande valor comercial pelas suas propriedades fitoterápicas, cosméticas e ornamentais. O

SEBRAE no Amazonas vem organizando a floricultura comercial por meio da implantação do Projeto de Desenvolvimento da Cadeia de Floricultura em Manaus e seu Entorno, o que tem mudado o perfil do setor, identificando as potencialidades e promovendo intercâmbio com floricultores e comerciantes de outros estados. A produção local está voltada para o consumo interno nas áreas de paisagismo, jardinagem e decoração. No entanto, ainda é muito pequena a produção comparada às demais regiões do país, sendo a produção limitada a dois municípios, Associação Flores da Eva corresponde a 1% da produção local, segundo dados de campo.

Apesar dos entraves, a produção de flores e plantas ornamentais da RMM (Região Metropolitana de Manaus) se apresenta como uma oportunidade de geração de emprego e renda, além de manter o pequeno produtor no interior evitando que este migre para a capital em busca de trabalho como geralmente acontece. O projeto do SEBRAE traz uma proposta inovadora ao relacionar a perspectiva da sustentabilidade numa atividade que ainda não é massificada na região como fonte de renda, mas como complemento. Além disso, incentivar a produção de flores e plantas ornamentais permite também explorar o potencial local, como dos próprios produtores.

É importante enfatizar que apesar do potencial da biodiversidade Amazônica o ramo de flores e plantas não explora esse potencial. Alguns pontos devem ser considerados com relação ao baixo interesse de explorar plantas nativas, como: qualidade exigida pelo mercado consumidor, às tecnologias utilizadas para melhoramento das espécies, investimento e retorno do empreendimento, dentre outras. A exploração dos recursos não madeireiros da região Amazônica vem de longo processo que envolve interesses diversos e sujeitos, tanto no passado quanto no presente ainda persistem uma relação estabelecida entre o extrativista e o intermediário que destina o produto ao mercado, seja para atender as demandas externas ou não, os extrativistas pouco se beneficiam do seu trabalho, nessa relação de exploração estabelecida.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Manaus e Entorno/AM (2013), traz um diagnóstico sobre as condições da agricultura no interior, aponta fragilidades quanto às políticas para a agricultura e possibilidades para melhoria desse setor. No entanto, com relação à produção de flores e plantas ornamentais observou-se que conta apenas como atividade explorada no interior, nada constando com relação a incrementar esse

segmento como possibilidade de desenvolvimento. Embora essa atividade seja consolidada nas demais regiões, na região norte apenas Pará tem se destacado como produtor de flores e plantas ornamentais.

A produção de flores e plantas ornamentais representa uma atividade inovadora para o interior tendo em vista que tal produção exige mais conhecimento, técnica do produtor além do conhecimento tradicional na produção de subsistência. Por ser uma atividade moderna apresenta alguns gargalos que precisam ser superados para que realmente se consolide como uma atividade rentável para os pequenos produtores. Nesse sentido, alguns pontos serão destacados com relação à produção de flores e plantas ornamentais no interior do Amazonas.

Com relação aos pontos negativos pode-se destacar:

- a) Os produtores de flores e plantas ornamentais não tem esta atividade como a única fonte de renda o que ocasiona a baixa produtividade
- b) A ausência de apoio tanto público como privado é um fator agravante para levar a desistência dessa atividade
- c) Dificuldades de acesso a créditos (devido à burocracia)
- d) Essa atividade exige tempo e dedicação comparada às outras atividades agrícolas, dentre outros.

Como pontos positivos destacam-se:

- a) A oportunidade de investir em um empreendimento que já é consolidado como geração de emprego e renda nas demais regiões do país,
- b) A capacitação do produtor para desenvolver uma atividade inovadora para sua região e incrementar o mercado local,
- c) Uma produção adaptada ao clima, que envolve baixo custo,
- d) Produção é permanente, dentre outros.

Dentre os pontos acima elencados o SEBRAE (2002, p.5) faz um diagnóstico desse segmento como uma oportunidade inovadora de negócios, apontando as fragilidades que representam um entrave para a produção de flores e plantas ornamentais. Os principais entraves apontados correspondem ao baixo consumo dessa produção no país, dificuldade

como investimento, transporte, capacitação dos produtores desse ramo e a produção destinada para datas comemorativas.

Contudo, estas fragilidades correspondem a determinado contexto do país como no período dos ciclos econômicos conforme sinaliza Lamas (2004),

A floricultura, envolvendo flores cortadas, flores de vasos, folhagens ornamentais e outros itens, há tempos sempre teve à margem da discussão como atividade econômica por puro preconceito. A flor que era considerada “supérflua”, e atualmente trata-se de uma das melhores alternativas para quem busca investimento na agricultura. Isto porque demanda pouca área e o ciclo de produção, dependendo da cultura, é curto, o que permite rápido retorno do capital. (LAMAS, 2004, P.13)

Diante do exposto, observa-se que o cultivo de plantas exóticas passa a ser uma oportunidade de negócios para pequenos produtores, tendo em vista que esta atividade só era desenvolvida por grandes produtores do centro-sul do país. Após os anos 90 começa a produção no cenário nacional, mais explorada comercialmente em São Paulo. Apesar da inserção recente do mercado de flores e plantas, este setor tem apresentado crescimento tanto em flores de corte como em plantas de vaso e folhagens.

De acordo com levantamento do SEBRAE (2002, p.5), esse novo ramo tem encontrado nos pequenos produtores maior aceitação, devido seu potencial de comercialização com aproximadamente 13% da produção em vasos, sendo esta produção considerada a de maior interesse dos pequenos produtores. Ainda segundo SEBRAE (2002, p.5), as produções de plantas ornamentais correspondem a 50%, enquanto as flores em vaso 29%, as folhagens em vaso e de corte 6% respectivamente.

Um dos fatores negativos apontados pelo estudo com relação e o setor é o alto índice de informalidade, com destaque para as pequenas unidades de produção. Do levantamento feito pelo IBGE, das propriedades agropecuárias de cultivo de flores e plantas ornamentais apenas 0,16% declararam receita. (IBGE, 2004, p.8)

A indisponibilidade de dados sobre o segmento tem dificultado fazer um diagnóstico desse segmento no país, de acordo com o IBGE (2004), o último levantamento sobre a produção de plantas ornamentais dada de 1995-96 publicados no ano de 2004. Isso representa uma lacuna considerável com relação aos dados sobre o assunto. Principalmente

porque existe uma baixa produção científica sobre essa atividade na região Norte, e uma ausência ainda maior sobre o Amazonas.

2.3. Incorporação da Dimensão Social nos Indicadores de Sustentabilidade

2.3.1 Considerações sobre indicadores de sustentabilidade

As abordagens referentes a indicadores de sustentabilidade ainda é incipiente, apesar dos esforços de diversos organismos governamentais, não governamentais e institutos de pesquisa. No Brasil a década de 60 do século passado, marcou um avanço nos indicadores socioeconômicos, em que foram ampliados com a inserção da amostragem dos censos para garantir uma melhor captação dos dados e investigação (JANNUZZI, 2009).

Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92 percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de indicadores por cada país por meio da Agenda 21, que se justifica em função da peculiar realidade de cada nação (MARZALL, 2000).

De acordo com a Agenda 21 as disparidades existentes entre as nações tem se perpetuado, e se agravado ao longo do tempo, despertando a preocupação com a degradação do ecossistema do qual depende nosso bem-estar. Destarte, considerando a concepção de desenvolvimento em voga, faz-se necessário buscar ferramentas que possam apontar ou estimar de forma clara as condições do ambiente, das nações e sua coletividade, o que no caso do indicador de sustentabilidade pode torná-lo mais decifrável. Ainda segundo este documento a cooperação entre os países é fundamental para atingir as metas propostas, pois operacionalizar os fundamentos do desenvolvimento sustentável (ou seja, construir um futuro próspero em comum) requer parcerias na implantação dos projetos sustentáveis.

A necessidade de construção ou definição de indicadores de sustentabilidade se deve ao fato dos parâmetros comumente utilizados, como o Produto Interno Bruto, não fornecerem as métricas adequadas para avaliar a sustentabilidade em todas as dimensões do desenvolvimento.

Por isso, a construção de indicadores é enfatizada na Agenda 21, na parte do documento que discorre o seguinte,

[...] É preciso desenvolver indicadores do desenvolvimento sustentável que sirva de base sólida para tomada de decisão em todos os níveis e que contribuam para uma sustentabilidade autorregulada dos sistemas integrados de meio ambiente e desenvolvimento (AGENDA 21, 1995, p. 466)

No Brasil a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável, teve como referência o movimento internacional de liderança da CDS (Commission on Sustainable Development) das Nações Unidas, deflagrado a partir de 1992 com a participação de instituições acadêmicas, organizações governamentais nacionais e internacionais, dentre outras. Este movimento resultou no documento Agenda 21 conforme disposto nos capítulos 8 e 40. Estes capítulos tratam da relação entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável com o fornecimento de informações para tomada de decisão.

Os órgãos do IBGE e PNUD são os principais produtores de dados primários do país, em que os Censos demográficos aliados a outras pesquisas representam os principais levantamentos realizados a cada 10 anos, com a finalidade de contabilizar uma ampla gama de características da população, sua relação com a economia e condição social. Hodiernamente os levantamentos das informações são mais abrangentes, principalmente com a elaboração de indicadores que servem para diagnosticar a realidade desde nível municipal até toda nação. Desde 2002 as inserções de novos indicadores estão alinhadas com as questões contemporâneas do desenvolvimento sustentável e suas dimensões, por exemplo, os indicadores de sustentabilidade, que estão relacionados com a satisfação das necessidades humanas, bem como demais dimensões contempladas neste tema. Mas o que representa um indicador?

O indicador em seu sentido original significa descobrir, apontar anunciar, sendo assim, o indicador pode comunicar ou informar sobre um determinado fenômeno, ou seja, pode diagnosticar algo mais complexo ao tornar mais simples sua significância (BELLEN, 2007).

Enquanto instrumento que serve para mensurar as condições de vida, economia e social da população, os indicadores são ferramentas constituídas por uma série de variáveis

que, associadas e relacionadas a outras informações diversas revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem (IBGE, 2010).

Com relação aos objetivos dos indicadores, Bellen assinala que,

O objetivo dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente. Podendo os indicadores serem quantitativos ou qualitativos, sendo este último os mais adequados para avaliação de experiências de desenvolvimento sustentável (BELLEN, 2007, P.42).

Nesse sentido, a análise da dimensão social do desenvolvimento refere-se a necessidade de mensuração de componentes mais complexos que envolvem questões subjetivas, como por exemplo condição de satisfação pessoal (BELLEN, 2007).

Diante disso, a utilização de indicadores de sustentabilidade deve fornecer um modelo da realidade, que tem como principal função avaliar condições e tendências, fazer comparações entre lugares e situações, promover informações de advertência e antecipar situações futuras e/ou apontar tendências (BELLEN, 2007). Portanto, o diagnóstico com base nos índices encontrados permite avaliar a realidade e estimar condições futuras, considerando os atributos e ou parâmetros.

2.3.2 Indicadores na escala municipal

O Município de Rio Preto da Eva está distante cerca de 80 km de Manaus (Figura 1). O nome Rio Preto da Eva veio em consequência das águas pretas (ou escuras) do rio que banha a localidade e desemboca no rio Paraná da Eva. O município surgiu com a colônia agrícola implantada por imigrantes japoneses e brasileiros que se instalaram em 1967, três anos após a chegada da estrada do Rio Preto. A criação do município deu-se em dezembro de 1981, conforme deliberado pelo governador José Lindoso, com a denominação de Rio Preto da Eva, pela emenda constitucional nº 12, de 10-02-1981 (Art. 2º - disposições gerais transitórias), delimitado pelo decreto estadual nº 6158, 22-02-1982 desmembrado dos municípios de Itacoatiara, Manaus e Silves. Para uma análise escalonada das condições sociais da associação é preciso entender também as condições de infraestrutura e serviços que são disponibilizados pelos órgãos municipais e que fazem parte da medida do potencial de crescimento social e econômico dos produtores familiares. Para enlecar essa perspectiva são analisadas as variáveis e indicadores sociais e econômicos do município de Rio Preto da Eva,

em diferentes janelas temporais, considerando os dados sobre população, educação, saúde, emprego, renda, entre outros, referentes aos censos demográficos realizados nos anos de 2000 e 2010 pelo IBGE.



Figura 1: Mapa mostrando os limites municipais de Rio Preto da Eva-AM

a) Quanto a População

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010) a população do município de Rio Preto da Eva era de 25.719 habitantes, sendo 13.528 residentes na zona rural (deste montante 24,1% são mulheres e 28,5% homens) e 12.191 habitantes na zona urbana, distribuídos por 23,8% em mulheres e 23,7% homens.

Com relação ao acesso das famílias produtoras aos serviços básicos buscou-se fazer um levantamento no município da disponibilidade dos serviços de saúde, educação e redes de saneamento nas áreas de entorno dos empreendimentos. Para tanto, utilizou-se as base de dados do IBGE (2010) e PNUD (2013), conforme disposto a seguir:

A utilização dos dados acima levou em conta o crescimento e densidade populacional, composição etária, escolaridade, taxa de mortalidade infantil e acesso a serviços públicos tais como hospitais, postos de saúde, escolas públicas federais, estaduais e municipais, além das condições de acesso a redes de energia, esgoto e abastecimento de água, retratados por meio de indicadores que mostram a qualidade dos serviços oferecidos pelo município em dois momentos (2000 e 2010), da mesma maneira que ajudam a identificar os setores públicos e privados que necessitam de intervenção para funcionarem bem.

No que se refere à demografia, a população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 3,47% ao ano, passando de 18.293 para 25.719 habitantes, alavancada pelo aumento na população urbana que passou de 37,8% em 2000 para 47,5% em 2010. A estrutura etária da população municipal também apresentou mudanças (Gráfico 1). Entre 2000 e 2010 foi verificada uma ampliação da população idosa (60 anos ou mais) que passou de 3,5% para 5,5%, nesta ordem, do total da população municipal. As faixas etárias de 0 a 14 e 15 a 29 anos, apesar de registrarem crescimento entre 2000 e 2010, suas participações no contingente reduziu para 33,3% e 30,0% da população em 2010, contra uma participação de 39,8% e 31,6% em 2000. A participação de adultos (30 a 39 anos e 40 a 59 anos) na população também cresceu no período entre 2000 e 2010 (Gráfico 1) .

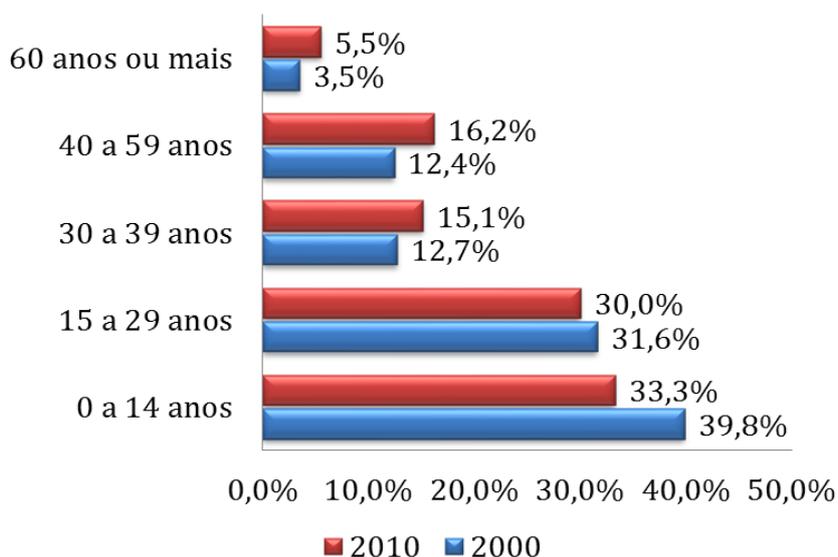


Gráfico 1: Proporção da distribuição etária da população do município de Rio Preto da Eva AM, segundo os Censos de 2000 e 2010.

b) Quanto ao Trabalho

Em 2010 a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais era 69,12%, ao mesmo tempo, que a taxa de desocupação era de 16,24%. Das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais 42,38% trabalhavam no setor agropecuário, 1,92% na indústria de transformação, 5,89% no setor de construção civil, 0,85% nos setores de utilidade pública, 10,42% no comércio e 36,24% no setor de serviços.

c) Quanto a Educação

Conforme dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010) no município, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 10,5%. Na área urbana, a taxa era de 8,6% e na zona rural era de 12,2%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 6,6%.

A proporção de matrículas de alunos em 2010 para os diferentes níveis de ensino é mostrada no Gráfico 2. Cerca de 18% das matrículas são voltadas aos estabelecimentos de ensino médio, 10% são para as crianças da pré-escola, e a grande maioria das matrículas, cerca de 72%, são voltadas ao ensino fundamental. A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado os ciclos da educação básica indica a situação de baixo acesso a educação na população em idade escolar do município e que compõe o IDHM da Educação.

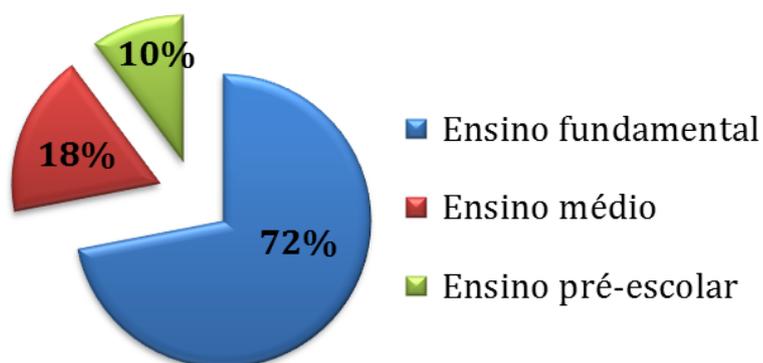


Gráfico 2: Porcentagem de alunos matriculados em 2010 para os diferentes níveis de ensino no Município de Rio Preto da Eva..

O Município de Rio Preto da Eva possuía 7 escolas de nível pré-escolar, 17 escolas de nível fundamental e 3 escolas de ensino médio em 2000. Esses números de estabelecimentos são os mesmos verificados pelo Censo de 2010 (Gráfico 3). De acordo com o Índice de desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, realizado pelo Ministério da Educação, em 2009, o município recebeu nota 3,1 e 3,5, respectivamente, na Educação Fundamental nos anos iniciais e nos anos finais. Tal resultado mostra que o desempenho está abaixo da média nacional, o indica uma fragilidade no sistema de ensino no município com relação à qualidade e a manutenção das crianças e adolescentes na escola.

■ Ensino fundamental ■ Ensino médio
■ Ensino pré-escolar

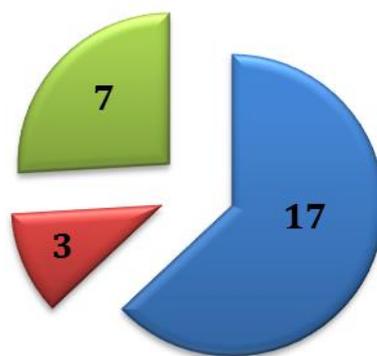


Gráfico 3: Total de escolas em 2010 para os diferentes níveis de ensino.

d) Quanto a Saúde

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação de acesso à saúde no município. Segundo o censo 2010 (IBGE, 2010), o município conta com 11 unidades de saúde, sendo um hospital com 19 leitos disponíveis e 10 unidades básicas de saúde, sendo 3 na zona urbana e 7 na zona rural. Esses números são os mesmos registrados pelo Censo no ano 2000 (IBGE, 2000). O município apresenta cerca de 9 leitos para cada 10 mil habitantes, contra uma média nacional de 26 leitos por 10 mil habitantes (IBGE, 2010), indicando uma carência de leitos que não foram supridas com o crescimento da população em 10 anos. No tocante à mortalidade infantil, a taxa é ainda elevada, com cerca de 19 mortes para cada 1000 crianças nascidas vivas.

No que concerne à morbidade hospitalar, as principais causas de internação são: doenças do aparelho respiratório, urinário, digestivo e infecções. Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas (SUSAM) é a responsável pela coordenação, execução e supervisão nas unidades de saúde do interior. Essa secretaria mantém na sede do município uma Unidade Mista Hospitalar, destinado a prestar atendimento de pronto-socorro, maternidade, atendimento cirúrgico, odontológico e hospitalar para a população local e da periferia. A assistência médica nas comunidades rurais ainda é precária, dentre outros fatores, pela falta de estrutura das unidades de saúde, pelo isolamento e pela distância, aliado com a pouca disponibilidade de profissionais habilitados e interessados em trabalhar no interior. Assim, no sentido de somar esforços para o atendimento da população rural, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a SUSAM também colocam para o atendimento da população ribeirinha, barcos que funcionam como postos ambulatoriais nas comunidades.

e) Quanto às vias de acesso

Com relação ao transporte de mercadorias e deslocamento da população das áreas urbanas e rurais, estas dispõem de vias de acesso para o escoamento da produção através da malha rodoviária. Em Rio Preto da Eva o acesso aos mercados se dá através da rodovia asfaltada AM-010, enquanto o acesso aos lotes da área rural é feito por vias transversais a rodovia AM-010 (denominadas de ramais), em geral apresentando-se sem asfalto e com pouca sinalização. De acordo com os produtores, as condições de acesso aos ramais sofrem interferência das chuvas e, portanto podem variar dependendo da época do ano e das benfeitorias de terraplanagem realizadas pela prefeitura. Cerca de 55% dos produtores apontaram que o acesso aos seus ramais permanece sem restrição durante todo o ano, enquanto cerca de 35% apontaram que o acesso é sempre difícil e o restante, 10%, indicaram que dependendo do ano o acesso é possível só no verão (ONO e BARBOSA, 2013)

f) Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (ADH, 2013). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Rio Preto da Eva é de 0,611 segundo o Censo de 2010, enquanto no Censo 2000 o IDHM era de 0,434 Com base nestes dados observa-se que o município está situado na faixa de IDHM médio em 2010, um avanço relativo ao mesmo

indicador em 2000. O IDHM é uma combinação dos IDHM em três dimensões: educação, saúde e renda. A dimensão que mais evoluiu em termos absolutos foi a Educação (IDHM-educação) que passou de 0,220 em 2000 para 0,493 em 2010, mesmo com esse avanço a condição é ainda de IDHM muito baixo (Gráfico 4). A educação é seguida pelo indicador de longevidade (IDHM-longevidade) com valor 0,785 em 2010, contra um valor de 0,705 em 2000, essa é a dimensão de melhor condição (nível alto) do IDHM, indicando que a população mais idosa está vivendo mais. Quanto à dimensão renda o indicador IDHM-renda tem valor de 0,590 em 2010, contra 0,528 em 2000 (Gráfico 4). Essa condição baixa do indicador de renda é reflexo da baixa escolaridade da população do município, que apesar de ter avançado na última década, apresenta resposta lenta às políticas de avanço da educação básica.

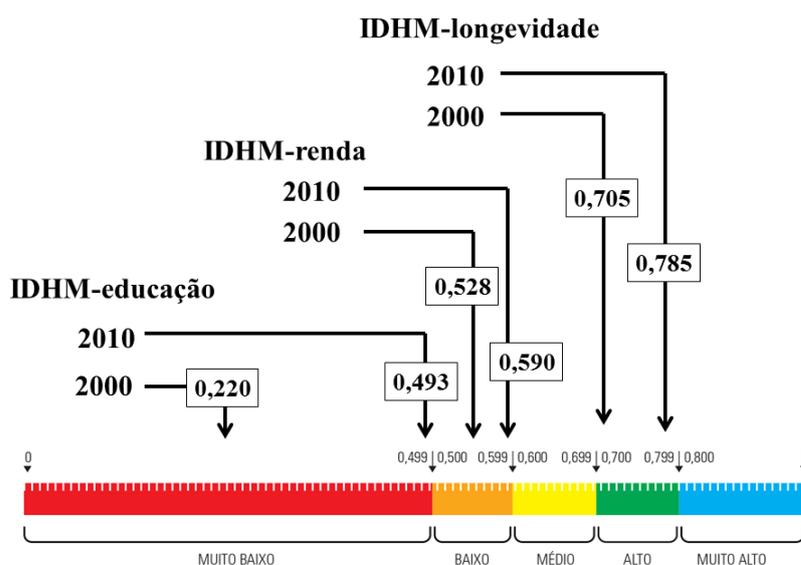


Gráfico 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Município de Rio Preto da Eva/ AM para as dimensões longevidade, renda e educação segundo os Censos de 2000 e 2010. Fonte: PNUD (2013).

2.3.3. Construção dos indicadores de sustentabilidade na dimensão social

Com relação à população estudada constituíram-se de uma amostragem não probabilística por acessibilidade com nove das desesseis famílias integrantes da Associação Flores da Eva-AM. Obtiveram-se dados primários por meio da aplicação de formulário juntamente com entrevista, mais conversas informais, diário de campo e observação não participante durante as visitas. Os dados secundários foram obtidos de consultas em fontes como bibliografias referentes ao tema do estudo, livros, periódicos, dados oficiais: IBGE-IPEA- PNUD, Atlas Municipal, que fundamentaram a pesquisa.

Neste estudo procurou-se por meio da pesquisa quanti-qualitativa analisar a dimensão social do desenvolvimento sustentável. Para atingir os objetivos construíram-se indicadores de sustentabilidade com base nos dados do IBGE que compõem a dimensão social, a utilização de indicadores deve-se a necessidade de fazer um diagnóstico aproximado da realidade, e por contribuírem para tomada de decisão quanto aos eventos ou tendências futuras. Utilizou-se a triangulação metodológica obter um maior detalhamento do objeto estudado com a combinação das técnicas de entrevista semiestruturada, formulário, observação não participante, conversas informais e registro de campo. Os dados coletados foram transcritos e com a utilização de variáveis foram criados indicadores de sustentabilidade, que foram analisados e representados em forma de gráficos com respectivas análises.

Na dimensão social foram avaliados parâmetros sociais e econômicos associados à condição de moradia (própria, alugada, cedida), condição de saneamento de água (rede geral, poço, nascente) e esgoto (rede geral, fossa, vala), acesso a rede elétrica (rede elétrica, gerador, sem acesso), acesso aos serviços de educação (escola a menos de 1 km, escola distante de 1 a 3 km, escola distante mais de 3 km), saúde (posto de saúde a menos de 1 km, posto de saúde distante de 1 a 3 km, posto de saúde distante mais de 3 km), entre outros.

Os limiares de variação de cada variável foram estabelecidos em uma escala na qual os indicadores estimados variam sempre de zero até um os quais foram atribuídos pela proporção de produtores frente à amostra total que se enquadram nos critérios dos intervalos

de classe definidos para as variáveis. Assim, ficou definido que em todos os indicadores a condição de potencial elevado de sustentabilidade existe quando o valor do indicador ocorre na escala de 0,75 a 1,00; Já a condição de potencial moderado de sustentabilidade o indicador varia na escala de 0,50 a 0,75, enquanto a condição de potencial reduzido de sustentabilidade o indicador varia de 0,25 a 0,50, e finalmente a condição que estabelece a ausência de potencial de sustentabilidade varia de 0,0 a 0,25. Os referidos valores foram estabelecidos com base nos limiares das classes com potencial de sustentabilidade tomando como base os dados do IBGE (2010).

A determinação das proporções (f_{ij}) relativas às variáveis sociais e econômicas (x_{ij}) das unidades de produção familiar deu-se em função da análise de ocorrência para um conjunto de 14 (quatorze) parâmetros que descrevem as condições dos domicílios, do acesso aos serviços públicos, da instrução e renda dos produtores e seus familiares, além da participação junto à associação, considerando como espaço amostral nove (N=9) famílias produtoras de flores e plantas ornamentais, conforme apresentado no quadro 5. A proporção (f_{ij}) foi determinada com base nos dados do questionário semiestruturado, seguindo a seguinte expressão matemática:

$$f_{ij} = \frac{x_{ij}}{N}$$

Sendo x_{ij} a frequência de ocorrência associada às variáveis sociais e econômicas de cada unidade de produção familiar; As letras i e j são os índices relativos às classes de ocorrências das variáveis (3 classes) e parâmetros (14 parâmetros) sociais e econômicos, cujos sub-índices i e j variam de: $i = 1, 2, 3$ e $j = 1, 2, \dots, 14$.

Os índices I_j de atribuição à condição de sustentabilidade dos parâmetros sociais e econômicos representativos da associação de produtores de flores e plantas foram determinados pela seguinte expressão matemática:

$$I_j = \sum_{i=1}^3 f_{ij} \varphi_i$$

Onde as variáveis $\varphi_1 = 1,0$; $\varphi_2 = 0,5$; $\varphi_3 = 0,2$ são os pesos atribuídos aos parâmetros segundo sua contribuição à condição de potencial de sustentabilidade social do empreendimento. O valor de $\varphi_1 = 1,0$ indica que a condição da variável é altamente favorável à sustentabilidade, enquanto $\varphi_2 = 0,5$ indica que a condição da variável é parcialmente favorável à sustentabilidade, e o valor de $\varphi_3 = 0,2$ indica que a condição da variável tem baixa contribuição à sustentabilidade do empreendimento.

Quadro 4: Parâmetros e variáveis socioeconômicas utilizados segundo classes de ocorrência nas unidades de produção familiar.

	Parâmetro/Variável	<i>x</i>		
		<i>i</i> = 1	<i>i</i> = 2	<i>i</i> = 3
<i>j</i> = 1	Condição do domicílio	Próprio	Alugado	Cedido
<i>j</i> = 2	Via de esgotamento sanitário	Rede geral	Fossa	Vala e córrego
<i>j</i> = 3	Abastecimento de água	Rede geral	Poço	Nascente
<i>j</i> = 4	Acesso à fonte de Energia	Rede geral	Gerador	Sem acesso
<i>j</i> = 5	Acesso à rede escolar	A menos 1 km de distância	De 1 a 2 km de distância	Mais de 3 km de distância
<i>j</i> = 6	Acesso à rede de assistência a saúde	A menos 1 km de distância	De 1 a 2 km de distância	Mais de 3 km de distância
<i>j</i> = 7	Grau de escolaridade do responsável	Ensino médio	Ensino fundamental	Alfabetizado
<i>j</i> = 8	Rendimento do Responsável	Mais de 2 salários mínimos	De 1 a 2 salários mínimos	Até 1 salário mínimo
<i>j</i> = 9	Condição de investimento na unidade de produção familiar	Investiu até 50% da renda anual	Investiu até 30% da renda anual	Investiu até 10% da renda anual
<i>j</i> = 10	Acesso à assistência técnica	Recebe 3 ou mais visitas técnicas ao ano	Recebe até 2 visitas técnicas ao ano	Recebe 1 visita técnica ao ano
<i>j</i> = 11	Capacitação técnica dos associados	Realizou 3 ou mais cursos voltados ao ramo do negócio	Realizou 2 cursos voltados ao ramo do negócio	Realizou 1 curso voltado ao ramo do negócio
<i>j</i> = 12	Participação institucional dos associados (Gestão)	Participa efetivamente	Participa regularmente	Participa às vezes
<i>j</i> = 13	Potencial de continuidade do empreendimento	Responsáveis e familiares trabalham no empreendimento	Responsável e conjugue apenas trabalham no empreendimento	Apenas o responsável trabalha no empreendimento
<i>j</i> = 14	Participação dos filhos no empreendimento	Proporção dos filhos que desenvolvem atividades efetivas no empreendimento		

Os resultados dos índices de condição de potencial de sustentabilidade são apresentados no Quadro 6, para todos os parâmetros representativos das diferentes unidades de produção familiar que compõem a associação de flores e plantas ornamentais Flores da Eva.

Quadro 5: Resultados das análise dos parâmetros e variáveis socioeconômicas por classes de ocorrência obtidos nas unidades de produção familiar com base na pesquisa de campo.

	Parâmetro/Variável	f_{ij}			Indicador de condição à sustentabilidade $I_j = \sum_{i=1}^3 f_{ij}\varphi_i$
		$\varphi_1 = 1$	$\varphi_2 = 0,5$	$\varphi_3 = 0,2$	
		$i = 1$	$i = 2$	$i = 3$	
$j = 1$	Condição do domicílio	9/9	0/9	0/9	1,00
$j = 2$	Via de esgotamento sanitário	0/9	9/9	0/9	0,50
$j = 3$	Abastecimento de água	4/9	5/9	0/9	0,72
$j = 4$	Acesso à fonte de Energia	9/9	0/9	0/9	1,00
$j = 5$	Acesso à rede escolar	2/9	4/9	3/9	0,51
$j = 6$	Acesso à rede de assistência a saúde	2/9	4/9	3/9	0,51
$j = 7$	Grau de escolaridade do responsável	3/9	3/9	3/9	0,57
$j = 8$	Rendimento do Responsável	2/9	5/9	2/9	0,54
$j = 9$	Condição de investimento na unidade de produção familiar	3/9	2/9	4/9	0,80
$j = 10$	Acesso à assistência técnica	1/9	4/9	4/9	0,42
$j = 11$	Capacitação técnica dos associados	1/9	1/9	7/9	0,32
$j = 12$	Participação institucional dos associados (Gestão)	5/9	3/9	1/9	0,74
$j = 13$	Potencial de continuidade do empreendimento	4/9	3/9	2/9	0,66
$j = 14$	Participação dos filhos no empreendimento	9/14			0,64

CAPÍTULO III: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DA ASSOCIAÇÃO FLORES DA EVA NO MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA-AM

Neste capítulo, os indicadores utilizados como parâmetros norteadores para a análise, quanto ao potencial de sustentabilidade das famílias produtoras da associação Flores de Eva, considerando a dimensão social na pesquisa de campo são apresentados e discutidos. Para isso tomam-se por base os indicadores estimados a partir dos dados obtidos por meio da pesquisa de campo representando as condições e potenciais da associação, enquanto os dados do IBGE para setores os censitários onde as unidades produtoras estão localizadas fornecem a métrica dos indicadores do entorno e sua ligação com as condições gerais do município. Enfatizando a importância da associação como mola propulsora para o protagonismo das famílias produtoras.

3.1. Aspectos Gerais da Associação Flores da Eva

3.1.1 - A Associação Flores da Eva

A associação Flores da Eva constituída em 31 de janeiro de 2006, com foro e sede na Rodovia Am 010 – km 78 – Centro Comercial Carlos Braga, Box 17 – Centro, em Rio Preto da Eva - Município do Estado do Amazonas é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída na forma da Constituição Federal e do Código Civil Brasileiro, destinada a defesa dos interesses dos associados, com duração por tempo indeterminado e regida por Estatuto próprio.

Em sua fundação a associação era composta de 24 famílias produtoras rurais do município de Rio Preto. Os agricultores se reuniam desde 2005 e já vendiam seus produtos na feira local. Por meio da Secretaria de Produção do Município com a colaboração do SEBRAE foi feito um levantamento dos produtores de plantas, que foram convidados a participar do projeto com a finalidade de melhorar a produção local por meio da capacitação dos produtores para a gestão do empreendimento familiar. Para tanto, os produtores foram recrutados para cursos de gestão, associativismo empreendedorismo e para a agricultura, aqueles que não

eram produtores. Com a capacitação os produtores criaram a associação, elaboraram um estatuto e realizaram a eleição para presidente, com a participação de todos os associados.

Inicialmente a produção das famílias era de flores tropicais de corte comercializadas na feira local e em Manaus. Porém, em decorrência de alguns entraves como a exigência do Ministério da Agricultura quanto ao registro de sementes, entre outras, contribuíram para a desistência dessa produção. Os produtores que persistiram em continuar neste ramo migraram para a produção de flores e plantas ornamentais de vaso, atendendo as exigências legais e buscando capacitar-se para incrementar o empreendimento familiar e ampliando sua inserção no mercado com investimento na infraestrutura da unidade de produção. A Figura 2 demonstra como estão dispostas as plantas atendendo as exigências legais para esse tipo de produção. Apesar da vontade de alguns em continuar com a produção das flores de corte, não tiveram como devido a algumas dificuldades dentre as quais podemos destacar a aquisição das sementes vinda principalmente de São Paulo com custo oneroso, a necessidade de um espaço climatizado para manter a qualidade e tempo de duração da planta, um meio de transporte adequado para escoamento da produção para os pontos de venda na capital, o valor dentre outras.

Além da capacitação dos produtores também houve as parcerias para melhoramento e incremento da produção pelo CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia), o que contribuiu para qualidade e diversidade do produto, e conseqüentemente para um retorno positivo com relação ao custo benefício.

Com relação ao transporte da produção para os pontos de venda na capital, inicialmente era feito em caminhão cedido pela Secretaria de Produção (SEPROR), ou pelo SEBRAE por um tempo determinado. Por falta de um meio de transporte próprio, a associação utilizava transporte coletivo ou particular para destinação da produção ao mercado. Outros obstáculos também contribuíram para a desistência dos produtores fundadores da associação, em que das 24 famílias, apenas 16 permaneceram. Ao longo de sua existência a associação passa por certa rotatividade devido adesão e desistência de produtores por diversos motivos dentre os quais podemos citar o não retorno imediato financeiro, o tempo necessário de dedicação e atividade paralela.

Por outro lado, a satisfação demonstrada por alguns produtores está relacionada com o empenho e dedicação na atividade o que se reflete no desempenho positivo da unidade familiar. O acompanhamento técnico é outra preocupação dos produtores devido ao custo elevado a visita técnica de um engenheiro agrônomo, sendo necessário fazer uma avaliação, pelo menos, a cada 3 meses da unidade produtiva.

	<p>As plantas suspensas tandem a exigência legal, dispostas em viveiros (visita de campo)</p>
	<p>Da mesma forma aqui as mudas estão colocadas como exige a legislação (visita de campo).</p>

Figura 2: Viveiro de flores e plantas adultas (painel superior) e sistema de condicionamento de pequenas mudas (painel inferior) em uma das unidades de produção da Associação Flores da Eva (Fonte: Arquivo pessoal da pesquisa de campo).

3.1.2 - Perfil dos associados

De acordo com a visita de campo foi possível traçar o perfil dos associados integrantes da Associação Flores da Eva. A representação entre homens e mulheres é equilibrada, com predomínio de pessoas com idade superior a 40 anos (Quadro 4). Assim a força de trabalho da associação é considerada avançada, o que pode comprometer o desempenho nas atividades de campo e na capacitação técnica. Quanto ao estado civil predomina a condição de casados e viúvos, enquanto com relação à escolaridade predomina o ensino fundamental incompleto. Esses atributos afetam diretamente a atividade, pois a disposição e a o interesse são fatores indispensáveis para o empreendimento. Outro aspecto que pode contribuir para o baixo desempenho das unidades produtivas com a força de trabalho estritamente familiar, é a composição em que o número de filhos e a idade variam bastante entre filhos com pouca idade e ou sem filhos.

Quadro 6: Perfil dos associados responsáveis pelos empreendimentos com base na pesquisa de campo.

Gênero	Idade					Escolaridade			Estado Civil	
	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	Alfabetização	E. Fundamental	E. Médio	Casado	Viuvez
Homem	1	2	1	-	1	2	1	2	4	1
Mulher	-	-	3	1	-	1	2	1	2	2

Sendo as exigências legais uma das preocupações dos produtores rurais estes procuram atender as normas previstas, conforme descrita acima, como também quanto ao registro, à produção a comercialização e acompanhamento técnico da produção familiar.

O acompanhamento técnico é uma das exigências de custo elevado por exigir o parecer técnico de um engenheiro agrônomo, sendo necessário fazer uma avaliação, pelo menos, a cada 3 meses da unidade produtiva. O que caracteriza uma preocupação constante dos produtores, tendo em vista a necessidade de estabelecer parcerias para garantir o suporte técnico, como no caso da Associação Flores da Eva, que conta com suporte técnico eventualmente do IDAM e SEBRAE. “Apesar da contratação do agrônomo para acompanhar a associação ainda não temos [...] porque a pessoa não quis ficar responsável por qualquer irregularidade encontrada na propriedade [...].então temos esse suporte do técnico do SEBRAE que faz essa a parte para nos da associação”,(pesquisa de campo, associado 1).

Os relatos quanto ao cumprimento dessa exigência do técnico gera certa insatisfação em virtude dos honorários e a avaliação desse profissional, que muitas vezes não correspondem às expectativas do produtor. Às vezes o agrônomo demonstra pouco conhecimento em relação ao produtor, o que pode contribuir para a insatisfação com o serviço prestado por este profissional, apesar da exigência legal do acompanhamento do mesmo nas unidades produtoras. Conforme observado em conversa “às vezes o agrônomo vem para ensinar algo que nos produtores sabemos fazer melhor, mas aceitamos sua orientação porque sempre temos algo para aprender” (pesquisa de campo, associado 1).

3.2. Análise da Dimensão Social do Desenvolvimento na Associação Flores da Eva

3.2.1 Análise quantitativa de indicadores nas áreas entorno das unidades produtoras

Na análise temporal comparativa das condições de vida nas áreas onde estão inseridas as unidades de produção familiar foram utilizados os dados referentes aos Censos de 2000 e 2010, tomando-se como elementos delimitadores das áreas os setores censitários definidos pelo IBGE em cada Censo. As localizações das unidades de produção familiar foram determinadas através das coordenadas geográficas de latitude e longitude utilizando um aparelho GPS (Global Position System) modelo Garmin GPSMAP-60CSx durante as visitas aos produtores, e também por meio dos endereços registrados nos formulários. Estas coordenadas geográficas foram cruzadas com as bases de dados de abrangência dos setores censitários do IBGE no ambiente Google EarthTM. A pesquisa utilizou uma amostra de 9 (nove) unidades de produção familiar das 16 (dezesesseis) que integram a associação Flores da Eva.

As unidades produtoras estudadas (denominadas pelas letras M, R, D, Z, J, A, S, T e N) foram distribuídas conforme sua localização e abrangência dos setores censitários respectivos aos Censos de 2000 e 2010. A ocorrência das unidades produtoras e respectivo código do setor censitário, juntamente com a distância ao centro urbano do município são mostrados no Quadro 7. Foram definidas três áreas de abrangência (I, II e III) onde estão inseridas as unidades produtoras, e cujos limites são mostrados na Figura 2.

Com o propósito de mensurar as condições de moradia e acesso aos serviços públicos nas áreas onde as unidades de produção familiar estão situadas, desenvolveu-se uma análise da progressão dos indicadores sociais e econômicos segundo os Censos de 2000 e 2010. Estes indicadores são comparados para cada uma das áreas I, II e III, considerando as variáveis ligadas ao saneamento básico, número de domicílios e população residente, condição dos domicílios, rendimento e grau de escolaridade do responsável pelo domicílio.

Quadro 7: Unidades produtoras e abrangência em relação ao setores censitários e distância ao centro urbano do município.

AREA	Setores Censitários do IBGE		Unidade de Produção	Distância da cidade
	Censo 2000	Censo 2010		
I	130356905000008	130356905000008 130356905000028 130356905000029	N	7Km
II	130356905000018 130356905000011	130356905000011	J, A, S e T	42 a 50Km
III	130356905000015	130356905000015 130356905000033	M, R, D E Z	3 a 6Km

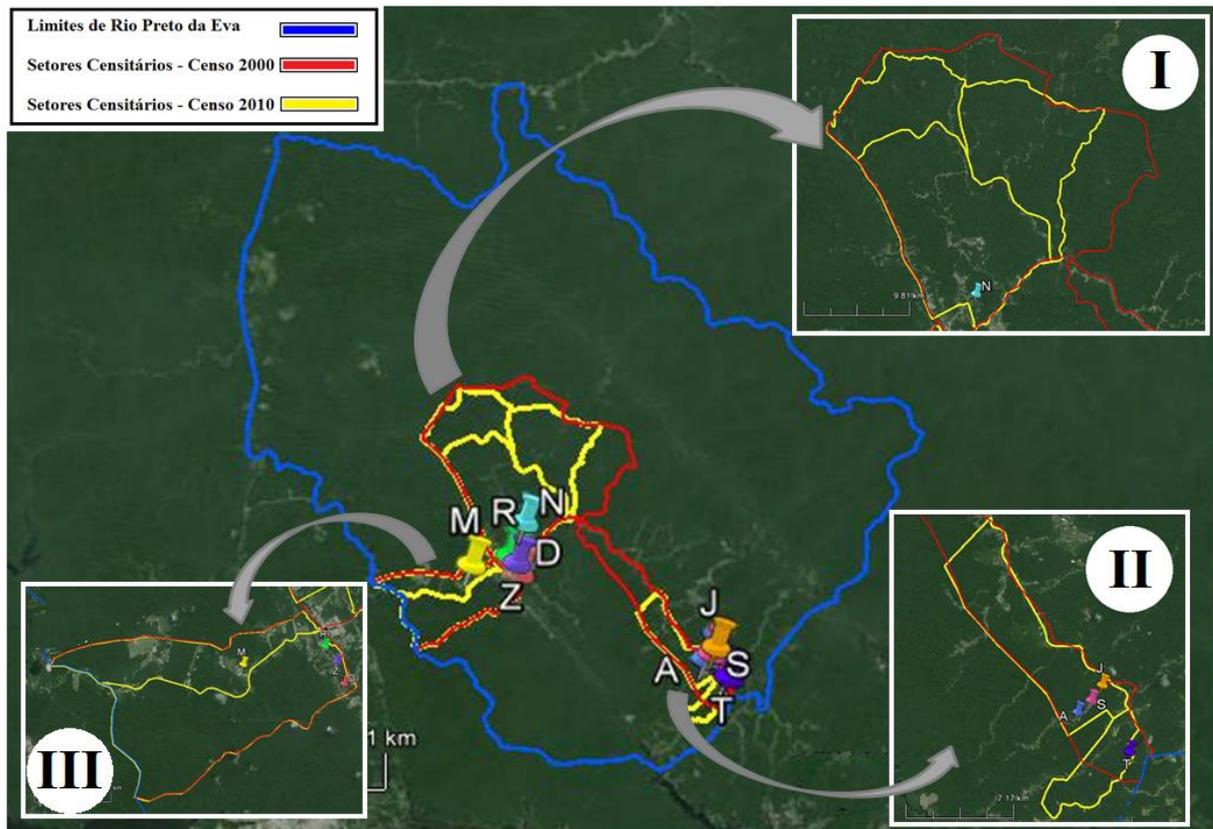


Figura 2: Mapa da localização das unidades de produção familiar, abrangência dos setores censitários para os censos de 2000 e 2010, juntamente com os domínios das áreas I, II e III. Adicionalmente é apresentado os limites do município de Rio Preto da Eva.

Por estarem na zona rural do município, as áreas I, II e II apresentam mudanças nas variáveis socioeconômicas quando se comparam os Censos de 2000 e 2010. O número de domicílios sofreu um forte incremento na área III em 2010 comparado ao ano 2000 (Gráfico 5a), particularmente associado a sua proximidade com o centro urbano de Rio Preto da Eva e, portanto influenciado pela sua maior dinâmica populacional, e pela implantação de projetos de desenvolvimento local ao longo da última década.

Nas áreas I e II, mais distantes do setor urbano, houve oscilação levemente para baixo na área I e para cima na área II quando se observa os dados de número de domicílios, claramente influenciado pela maior distância do perímetro urbano (Gráfico 5a). Um comportamento similar é verificado no contingente populacional, onde na área III a população residente aumentou de 854 habitantes em 2000 para 1470 em 2010, mostrando o maior atrativo dessa área em virtude de sua proximidade com o centro urbano (Gráfico 5b). Já nas

áreas I e II ocorreu redução do contingente populacional de 2000 para 2010 (Gráfico 5b), em um montante equivalente ao incremento observado na área III. Essa dinâmica populacional em escala local tem impacto nos indicadores de acesso aos serviços públicos, saneamento básico e condições de moradia.

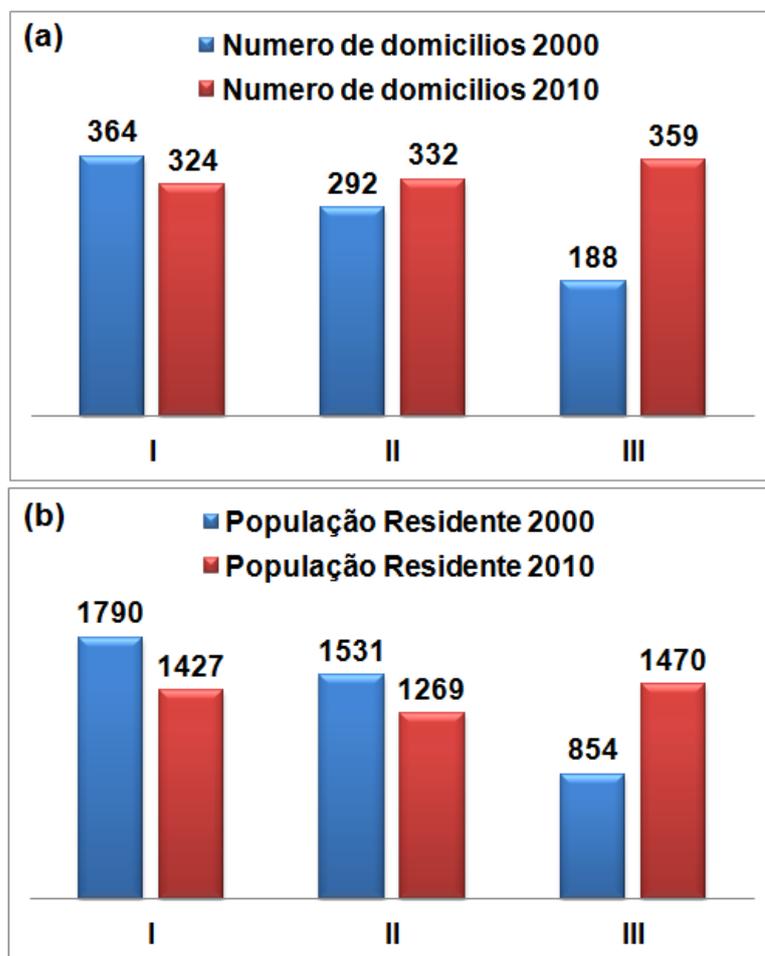


Gráfico 5: Número de domicílios (5a) e população residente (5b) nas áreas I, II e III, segundo os Censos de 2000 e 2010, no Município de Rio Preto da Eva, AM.

No Gráfico 6a verifica-se que o acesso a energia elétrica atingiu o índice de 100% dos moradores da área III, um forte incremento quando comparado ao mesmo indicador no ano 2000, quando apenas 60% da população dessa área tinha acesso a esse serviço básico. Comportamento semelhante é verificado nas áreas I e II, onde os índices de acesso a energia elétrica saíram de 65 e 68% em 2000, para 99,4 e 93,9% em 2010 (Gráfico 6a). Novamente a distante localização das áreas I e II do perímetro urbano explica essa menor cobertura em particular na área II, tendo em vista o acesso difícil dos ramais. O uso de gerador, apesar de

comum em vários municípios no interior do Amazonas, não é observado em Rio Preto da Eva (não houve registros). A forte redução das áreas sem acesso a energia elétrica em um período de 10 anos, conforme mostrado no Gráfico 6a, representa uma força propulsora importante para o desenvolvimento das atividades de renda e trabalho nas zonas rurais do município de Rio Preto da Eva.

Ao contrário da energia elétrica, o acesso a rede geral de abastecimento de água (o que se traduz em água tratada) inexistente na zona rural do município. Enquanto o uso da água de poços (água profunda) ainda se mantém elevado, em 2010 a área I detinha 76,9% dos domicílios com acesso a água por essa modalidade, enquanto na área II eram 65,1 % dos domicílios, contra cerca de 50,7% na área III. Na comparação com os dados do Censo 2000 índices mostravam valores mais elevados em todas as áreas, que oscilava entre 86,3% dos domicílios na área I, 96,9% na área II e 88,8% na área III (Gráfico 6b). Em contra partida, o uso de água a partir da captação de nascentes e igarapés (água superficial) tem se intensificado nos últimos 10 anos, particularmente nas áreas II e III em decorrência da redução da qualidade da água e do alto custo associado a sua captação (Gráfico 6b).

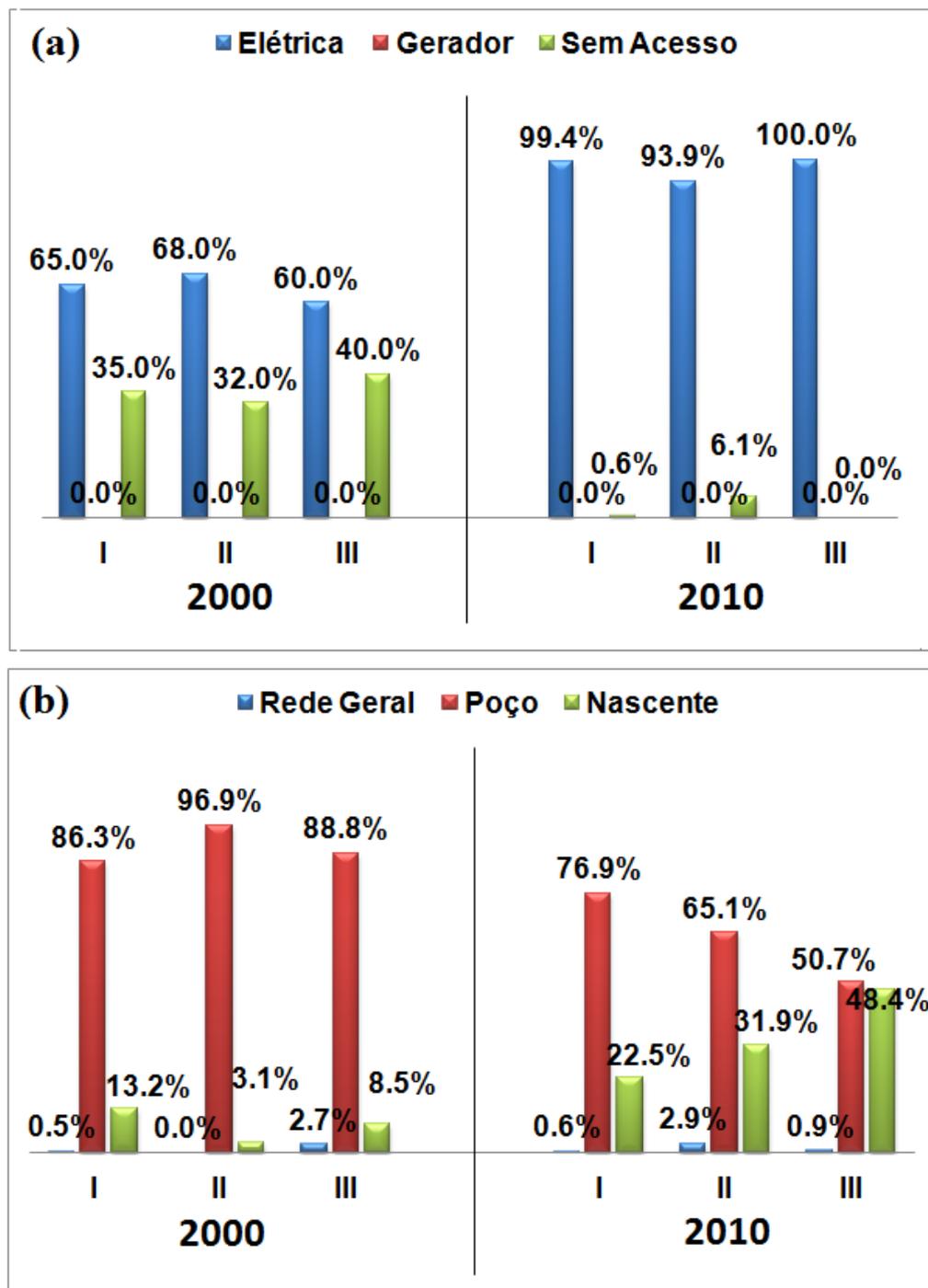


Gráfico 6: Indicadores de acesso a energia elétrica (6a) e fontes de água (6b) para as áreas I, II e III, no entorno das unidades produtoras com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010.

O mesmo panorama é verificado no quesito acesso ao esgotamento sanitário. As três áreas continuam sem dispor de uma rede geral de coleta de esgoto (o que levaria ao tratamento dos dejetos) (Gráfico 7a). Em consequência disso a única alternativa é lançar os

esgotos em valas e afluentes de rios ou construir fossas sépticas. Essa última modalidade de destino dos dejetos é usada em mais de 96% dos domicílios das áreas I e III segundo o Censo 2010, com forte redução do uso de valas e córregos (Gráfico 7a). Na área II ainda existe um alto índice de domicílios que utilizam valas e córregos para lançar seus esgotos. Em comparação com 2000 o uso de valas e córregos para lançar os esgotos era comum em 27,1% dos domicílios da área III, e em 11,6% e 13,5 % dos domicílios nas áreas II e I, respectivamente. Em 2010 as áreas I e III apresentam 97,2% e 96,5%, respectivamente, de seus domicílios utilizando fossa séptica (Gráfico 7a). Ao passo que a área II teve um aumento da proporção de domicílios com esgoto lançado em vala e córregos que passaram a 27,7% em 2010 quando comparado aos 11,6% de domicílios em 2000.

A coleta e destino do lixo são fundamentais para o desenvolvimento local e qualidade de vida quanto a saúde e impacto no meio ambiente, e nesse quesito, os indicadores nas áreas de entorno das unidades produtoras estudadas mostram deficiências e práticas poluidoras dominantes. A coleta do lixo atingia apenas 10% dos domicílios na área III em 2000 e passou a 32% dos domicílios em 2010, as áreas I e II não dispunham de coleta de lixo. Em 2000, a prática da queima e aterro do lixo era comum em 74% dos domicílios da área II, e da ordem de 76% nas áreas I e III (Gráfico 7b). Uma porção significativa dos domicílios depositava o lixo em terrenos baldios (22,8%, 26 % e 13,8% para as áreas I, II e III, respectivamente) em 2000. Em 2010 teve um pequeno incremento na proporção de domicílios com coleta de lixo (3,7% e 3,6% nas áreas I e II) com maior destaque para a área III que alcançou 32% dos domicílios (Gráfico 7b).

Apesar do incremento nos indicadores de coleta de lixo e redução do uso de terrenos baldios (menos de 4% dos domicílios usavam esta prática em 2010), a proporção de domicílios que queimam e enterram o lixo cresceu bastante nas áreas I e II (95,7 e 92,1% dos domicílios, respectivamente). Essa condição é bastante desfavorável à qualidade da água consumida, tendo em vista que o não tratamento de esgotos e a disposição inadequada do lixo no subsolo contribuem para a poluição da água superficial e profunda, enquanto a queima do lixo promove a poluição do ar. Esses condicionantes impactam diretamente a condição da saúde da população dessas áreas.

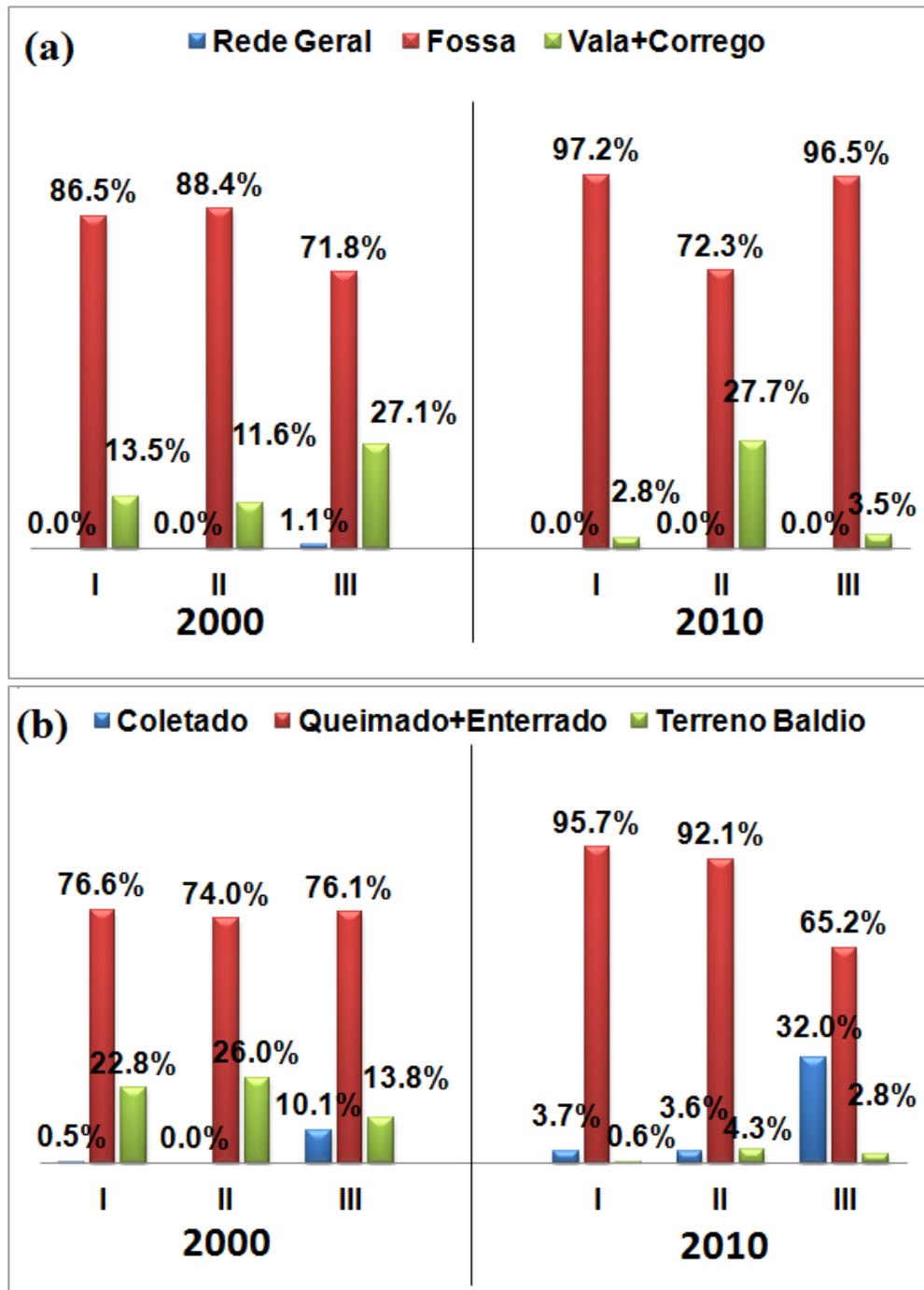


Gráfico 7: indicadores de acesso a rede de esgoto (7a) e destino do lixo (7b) para as áreas (I, II e III) do entorno das unidades produtoras com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010.

Além das condições de saneamento e acesso a serviços, a condição do responsável pelo domicílio no que se refere ao rendimento e escolaridade, é fundamental para a promoção do desenvolvimento local continuado. Nesse sentido, também são avaliados os indicadores de

condição do domicílio quanto ao custo econômico, o grau de escolaridade e nível de renda do responsável pelo domicílio, tomando com referência o valor do salário mínimo relativo à época dos Censos.

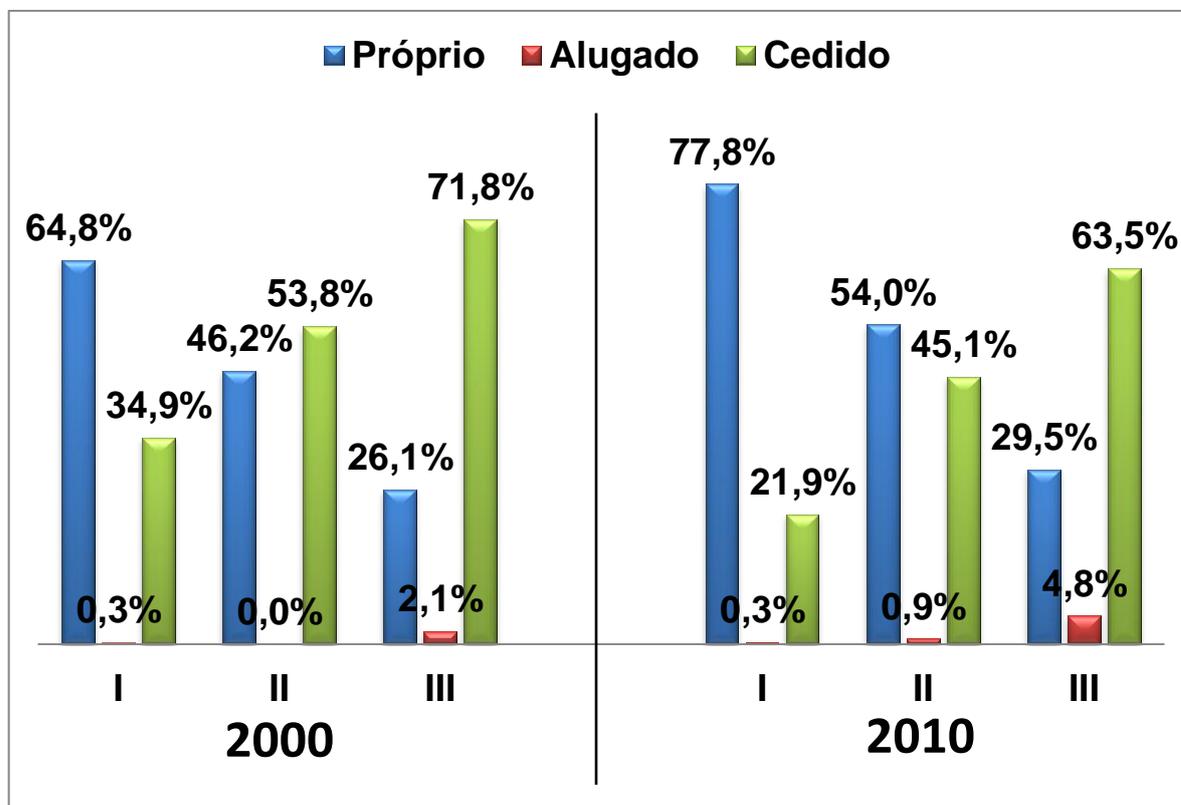


Gráfico 8: indicadores quanto a condição do domicílio para as áreas I, II e III com base nos Censos de 2000 e 2010.

Quanto à condição do domicílio reflete uma dependência com a localização tanto nos dados do Censo 2000 como em 2010. A porcentagem de domicílios próprios é maior nas áreas mais distantes do setor urbano (I e II), enquanto a porcentagem de domicílios cedidos é maior na área III. Na área I as proporções de domicílios próprios supera a dos cedidos no ano 2000, e essa proporção atinge o índice de 77,8% em 2010. Na área III existe um predomínio de domicílios cedidos, 71,8% em 2000 e 63,5% em 2010 (Gráfico 8). Na associação Flores da Eva os produtores indicaram que seus domicílios, onde funcionam as unidades produtoras, são próprios. Conforme o índice encontrado =1, ou seja, condição ideal de sustentabilidade (pg.78).

Em termos de graus de escolaridade, a proporção de responsáveis pelos domicílios não alfabetizados teve leve incremento para cima nas áreas II e III, enquanto na área I teve apreciável redução, na comparação entre os dados dos Censos 2010 e 2000 (Gráfico 9). Comparado com os dados do perfil dos produtores da associação apesar de todos serem alfabetizados, a maioria tem apenas o ensino fundamental (Quadro 4).

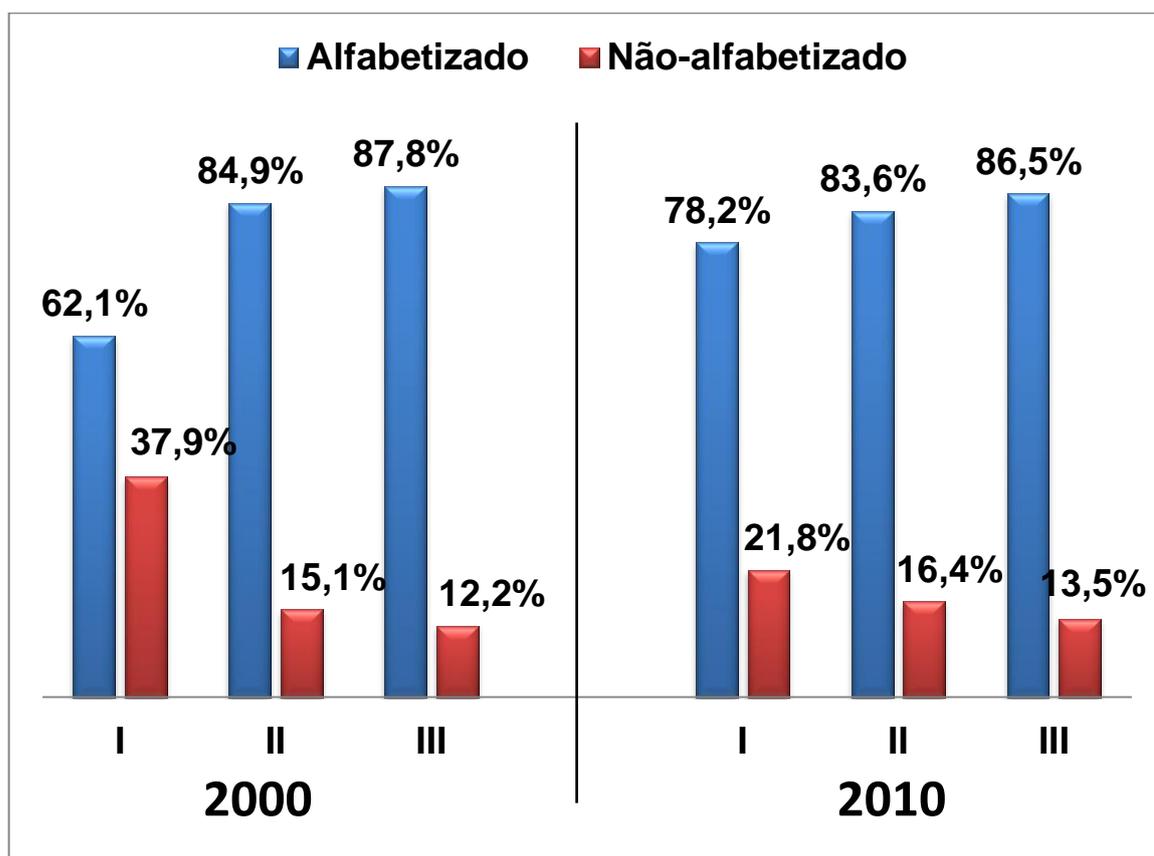


Gráfico 9: Indicadores quanto a condição de escolaridade do responsável pelo domicílio para as áreas I, II e III com base nos Censos de 2000 e 2010.

No indicador relativo ao rendimento, observa-se que na área I não houve alteração apreciável na proporção de responsáveis pelo domicílio com renda inferior a 1 salário mínimo, e entre 1 e 2 salários entre os Censos de 2000 e 2010. Os responsáveis com rendimento superior a 2 salários mínimos teve redução em 2010 comparado ao Censo 2000 (Gráfico 10). Nas áreas II e III o aumento das proporções de responsáveis ganhando até 1 salário mínimo variou entre 86,7% e 72,2% em 2000, contra proporções de 94,9% e 79,2% dos responsáveis em 2010, respectivamente (Gráfico10).

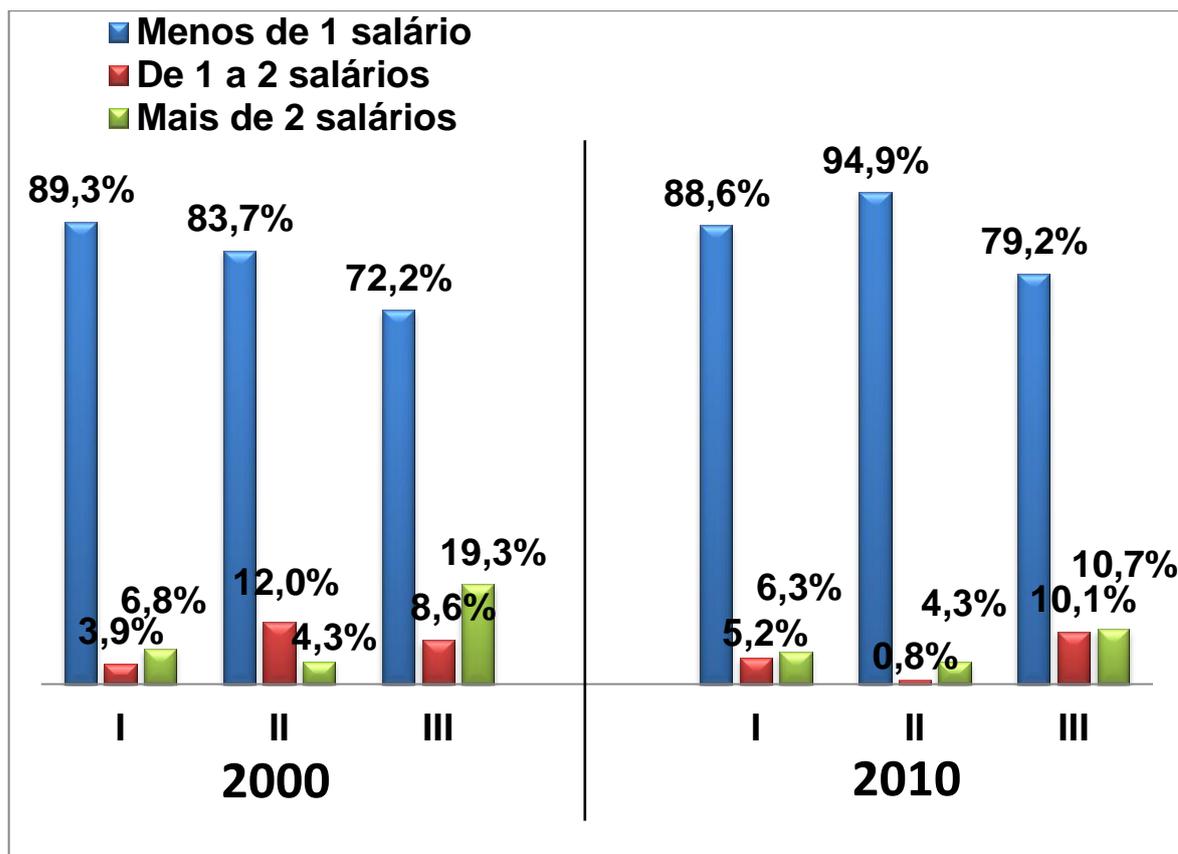


Gráfico 10: Indicadores quanto a condição de renda do responsável pelo domicílio para as áreas I, II e III com base nos Censos de 2000 e 2010.

3.2.2 Os condicionantes de sustentabilidade da associação Flores da Eva

Inicialmente, é importante ressaltar a característica simples e embrionária da Associação. Essa simplicidade implica em uma estrutura organizacional ainda precária quanto à gestão em sua sede administrativa, ficando a cargo do presidente as diversas tarefas de ordem administrativa. O objetivo primordial da análise do conjunto de indicadores das condições para a sustentabilidade é identificar se o processo de desenvolvimento do modelo de sistema associativo para a produção de flores e plantas tem potencial de sustentabilidade considerando os parâmetros e variáveis utilizados na determinação dos indicadores. A análise dos parâmetros condicionantes do potencial de sustentabilidade da associação pode ser agrupada em elementos referentes à condição de acesso a infraestrutura básica das unidades de produção, aptidão dos responsáveis e seus familiares ao desenvolvimento e manutenção do

negócio e, por fim, os índices que refletem o investimento no negócio com vista a continuidade da associação, são avaliados pelos condicionantes de retorno financeiro medido por meio do nível de rendimento, pela ampliação da participação e capacitação familiar e pelo reinvestimento no negócio e pela vontade de permanecer no ramo de flores e plantas.

a) Quanto à condição de infraestrutura e acesso aos serviços

Os parâmetros que refletem as características da associação juntamente com os índices da condição de potencial de sustentabilidade são apresentados em ordem decrescente (dos maiores para os menores) no Gráfico 11. Os resultados referentes a condição do domicílio, com índice igual a 1,00, e acesso à fonte de energia (também com índice igual a 1,00) apresentam elevado potencial de sustentabilidade tendo em vista que são a base de estabelecimento e funcionamento das unidades produtoras. A análise das condições de acesso ao abastecimento de água (índice igual a 0,72) indica potencial moderado de sustentabilidade, enquanto o acesso à rede escolar (índice igual a 0,51), à rede de assistência a saúde (índice igual a 0,51) e via de esgotamento sanitário (índice igual a 0,50) indica um potencial de moderada sustentabilidade. Estes índices refletem e confirmam os resultados obtidos para as áreas do entorno das unidades de produção familiar, apresentados no início do capítulo, e mostram uma ausência de investimentos do governo municipal na melhoria e ampliação dos serviços básicos e de infraestrutura, em particular nas zonas rurais de Rio Preto da Eva. Apenas os índices de condição do domicílio e acesso a fonte de energia e abastecimento de água, apresentam-se nas faixas das condições ideais e intermediárias para a sustentabilidade (Gráfico 11).

b) Quanto à aptidão dos responsáveis e seus familiares ao desenvolvimento e manutenção do negócio

Para análise do interesse familiar de continuar na associação são utilizados os parâmetros e os respectivos valores dos índices referentes à participação institucional dos associados (índice igual a 0,74), grau de escolaridade do responsável (índice igual a 0,57) e capacitação técnica dos associados (índice igual a 0,32). Os índices mostram que a

participação nas decisões e gestão da associação é um aspecto forte dos produtores familiares com valor muito próximo ao que seria a condição de potencial elevado de sustentabilidade. Por outro lado, a escolaridade dos responsáveis pelos domicílios tem maior proporção na formação fundamental o que restringe juntamente com a idade um pouco avançada da maior parte dos associados, seu potencial de aprendizado de práticas inovadoras e uso de novas tecnologias. Isso pode ser refletido pelo índice de capacitação técnica que apresenta uma condição de potencial reduzido de sustentabilidade do empreendimento (Gráfico 11).

c) Quanto ao investimento na continuidade da associação

Para a análise sobre a continuidade do empreendimento são utilizados os parâmetros e os respectivos valores dos índices referentes à condição de investimento na unidade de produção familiar (índice igual a 0,80), potencial de continuidade do empreendimento (índice igual a 0,66), participação dos filhos no empreendimento (índice igual a 0,64), rendimento do responsável (índice igual a 0,54), e acesso à assistência técnica (índice igual a 0,42) (Gráfico 11). Os valores dos índices mostram o comprometimento dos produtores em refinar o empreendimento, levando a uma condição de potencial elevado de sustentabilidade. No que se refere à continuidade e participação como membro da associação no negócio de flores e plantas ornamentais os índices mostram um condicionamento de alguns produtores, pelo fato de não se perceber a promoção de uma ampla participação dos herdeiros no negócio. Isso leva a um índice que aponta condição de potencial intermediário de sustentabilidade. Essa percepção é corroborada pela baixa procura de apoio ou contratação de assistência técnica, o que pode ser reflexo da pouca rentabilidade de alguns produtores, que em função do tempo de implantação da associação, criaram perspectivas mais imediatas de retorno financeiro. Estes condicionantes se refletem em uma condição de potencial reduzido de sustentabilidade (Gráfico 11). Adicionalmente, fatores como idade do produtor e composição familiar diversificada podem contribuir para os baixos índices nesse quesito.

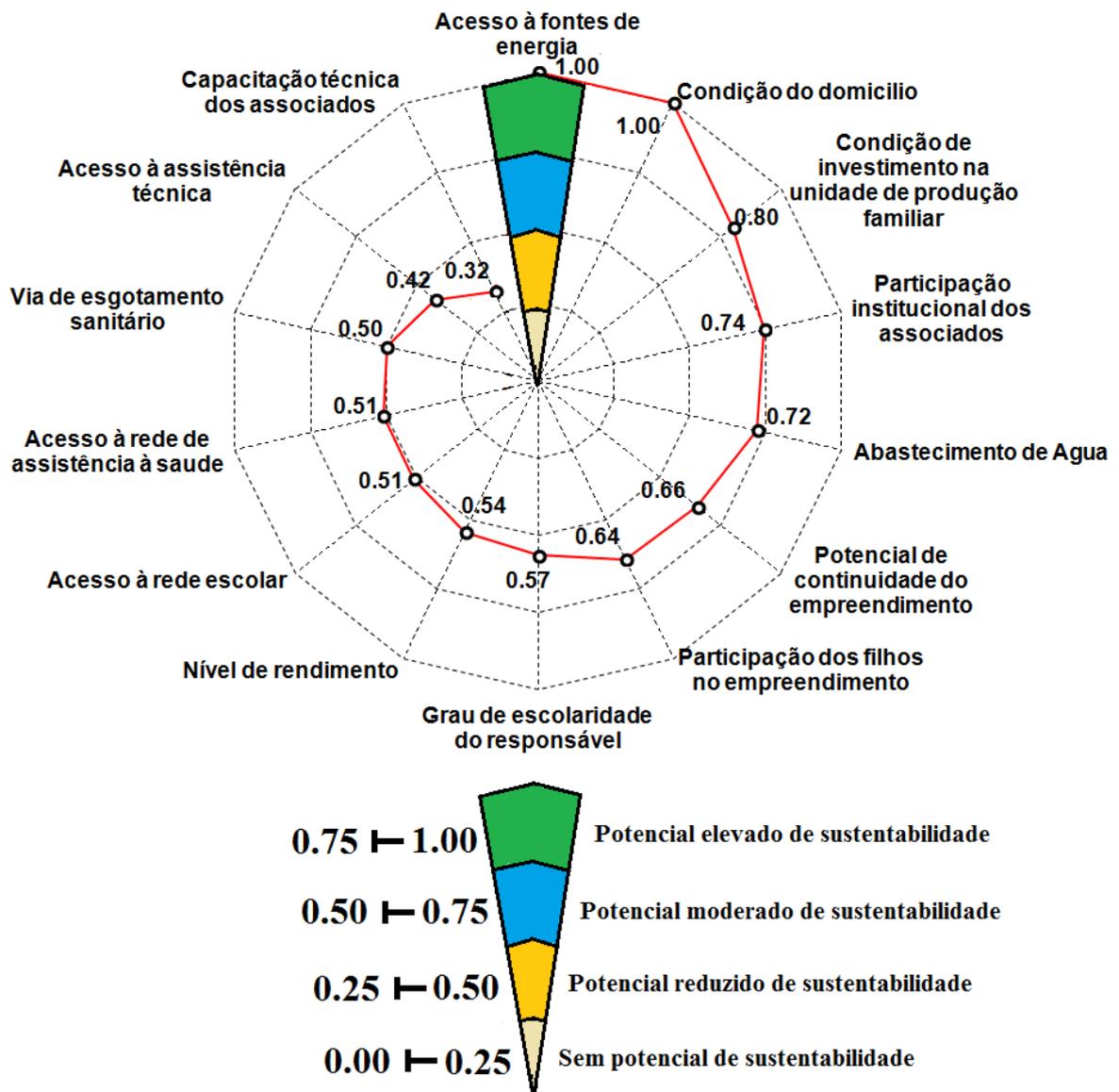


Gráfico 11: Diagrama em radar dos índices associados aos parâmetros socioeconômicos da associação Flores da Eva e sua relação com a condição de potencial de sustentabilidade.

3.2.3 – Interpretando os indicadores de sustentabilidade

Ao analisar a sustentabilidade social das famílias produtoras da associação Flores da Eva, é preciso ressaltar que a prática do associativismo tornou-se uma importante ferramenta para os produtores de flores e plantas estabelecessem relações com instituições públicas e privadas. Tais relações também contribuíram para as negociações, na

comercialização e ampliação da inserção de seus produtos no mercado, utilizando-se de iniciativas inovadoras para superar os desafios inerentes ao empreendimento desenvolvido neste segmento produtivo que ainda se encontra em expansão. A utilização de indicadores socioeconomicos possibilitou identificar os condicionantes de sustentabilidade para as famílias produtoras com relação ao acesso aos serviços básicos e aquisição de bens, como também das unidades de produção familiar.

Com relação à contribuição das atividades para a renda das famílias, percebeu-se que existem diferenças entre os associados, o que pode estar relacionado com diversos fatores presentes no modo como cada família se dedica a produção de flores e plantas, destacando, por exemplo, a condição de a atividade ser a única fonte de renda da família, a disponibilidade e dedicação para o cultivo, assim como a participação nos cursos de capacitação para o cultivo, o envolvimento no cotidiano da associação, a escolaridade, a idade, a participação nas decisões da associação, dentre outros. Diante disso, fica claro que os associados devem participar ativamente da associação para que esta venha a representar um bem comum. Tanto a participação quanto à ausência refletem na dinâmica da associação o quanto o associado tem interesse, esta questão foi percebida em campo durante reunião, pois quem frequenta as reuniões com assuidade mostrou mais interesse em discutir os problemas da associação. Atualmente as reuniões acontecem uma vez ao mês para se discutir todas as questões de interesse dos associados.

No que se refere aos impactos positivos do empreendimento quanto à melhoria da condição de vida das famílias associadas, por meio do acesso aos serviços básicos e aquisição de bens, ficou expresso pela maioria dos associados que a avaliação tem sido positiva, uma vez que, tem sido satisfatória a relação custo-benefício das atividades desenvolvidas. Isso se deve ao fato do retorno do investimento ter superado as expectativas de alguns produtores, pois é uma produção de baixo investimento, se comparada a outras culturas, mas com um retorno satisfatório. Isso possibilitou as famílias obterem bens materiais, consumirem e investirem mais no empreendimento e conseqüentemente terem uma visão de futuro mais promissor.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelos produtores desde a fundação da associação, estes disseram ser o escoamento da produção um dos principais gargalos, pois a

associação não possuía transporte próprio, dependendo da parceria com a Secretaria de Produção (SEPROR), ou com o SEBRAE, que por um tempo determinado forneceu um caminhão para transportar a produção de algumas famílias. Atualmente os produtores possuem um meio de transporte próprio para escoar sua produção para os pontos de venda na capital.

Sobre as vantagens da criação da associação os produtores afirmaram: ser a abertura de mercado para a comercialização, a negociação, o acesso ao crédito os maiores benefícios. Sobre a visão de futuro a associação pretende conseguir produzir para ter em Manaus uma flora, pois atualmente os associados estão em diversos pontos de feiras livres da capital. Porém, isso depende de um projeto que atenda as exigências dos órgãos governamentais, bem como uma política pública de incentivo e apoio a este segmento.

Diante disso, o principal desafio posto aos produtores de flores e plantas ornamentais de Rio Preto da Eva diz respeito a seu reconhecimento como atividade produtiva e cujo potencial ainda tem muito a ser explorado. Apesar de seu potencial econômico este ramo do empreendimento estudado ainda é pouco expressivo na região, apenas as demais atividades destinadas ao consumo alimentício tem se destacado e, portanto recebido mais atenção dos programas governamentais para melhoramento da produção e das unidades familiares com vista ao desenvolvimento sustentável por meio de políticas públicas.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável de Manaus e seu entorno, no Amazonas as políticas públicas enviesadas com o desenvolvimento sustentável, faz ênfase a necessidade de uma articulação do movimento social com vista a garantia de planejamento estratégico com base na ciência, tecnologia e inovação, de forma que possa vir a atender as necessidade das populações locais, e promover o desenvolvimento sustentável para que se mantenha a floresta em pé. Estas propostas tem se destacado em alguns polos de desenvolvimento no setor madeireiro, pesqueiro, dentre outros. Com relação ao segmento de flores e plantas ornamentais estes s e encontram em processo de análise para inserção nos planos governamentais de desenvolvimento.

Diante da complexidade da operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, é necessário buscar ferramentas que possam contribuir para o entendimento de como se processa a interação entre as atividades desenvolvidas pelo produtor e a natureza, bem como avaliar a valoração social experimentada por esses agentes que justifique suas escolhas e a sua permanência na organização associativa. Embora este trabalho forneça apenas uma análise exploratória de um pequeno grupo de produtores organizados em uma associação, percebe-se que os indicadores, apesar de poucos ainda, contribuíram para o entendimento e diferenciação dos avanços trazidos pelas unidades produtoras à condição de vida dos associados.

A exploração dos recursos não madeireiros da região Amazônica vem de longo processo que envolve interesses diversos e sujeitos. No passado, bem como no presente ainda persiste uma relação estabelecida entre o extrativista e o intermediário que destina o produto ao mercado, seja para atender as demandas externas ou não. Nessa relação de exploração estabelecida no contexto amazônico, os extrativistas pouco se beneficiam do seu trabalho.

A região se destacou como exportadora de matéria prima da floresta por da comercialização, nos diferentes momentos de ascensão e declínio da economia na região o extrativismo era o meio mais utilizado de comercialização dos produtos da floresta. Primeiramente com “as drogas do sertão” (nome dado às especiarias florestais), depois com a extração da borracha para atender a exportação (REIS, 1968). No que se refere ao desenvolvimento econômico, este sempre teve como base os grandes projetos que viam a região como uma potência inesgotável de recursos naturais, e como um lugar ainda pouco habitado. Os projetos destinados para a região procuravam integrá-la com o restante do país em vários momentos: a partir da migração dirigida, dos projetos agropecuários, da comercialização livre de mercadorias importadas, e por fim a criação do polo industrial de Manaus (PEREIRA, 2006).

3.3 A importância da associação segundo a percepção dos produtores familiares

A associação Flores da Eva apesar das dificuldades enfrentadas pode ser considerada uma organização que tem dado certo, pelos menos para alguns dos seus componentes. Com relação ao que poderia ser considerado um entrave para o empreendimento familiar, um dos associados nos afirma que:

[...] pra mim entrave é atividade paralela que outros associados fazem, porque isso atrapalha a dedicação da produção, se for no mesmo ramo tudo bem, mas a atividade geralmente é em outro segmento o que acaba afetando a produtividade. Pois, a produção de flores e plantas requer intensa dedicação, porque temos que trabalhar todos os dias, [...] (associado 1)

Essa manifestação do associado reflete a necessidade de uma dedicação com foco nas atividades do empreendimento familiar e que o exercício em outros ramos de atividades em paralelo tem contribuído para que nem todas as unidades de produção familiar estejam satisfeitas com os resultados da associação.

Com relação ao sucesso do empreendimento os produtores de flores e plantas ressaltam alguns componentes chave para os progressos observados em algumas unidades produtoras. A principal vantagem conseguida com o grupo associado foi o acesso ao crédito bancário negociado diretamente junto ao banco. De todas as unidades produtoras 50% conseguiram financiamento³ para investir no melhoramento do meio de produção, como a construção de estufas, implantação de sistemas de irrigação e também na aquisição de veículos para transporte dos produtos para exposições e feiras.

Embora haja alguns programas de incentivo ao crédito agrícola através de programas do governo federal, os associados relataram a decepção no momento que buscaram esse apoio. A associação elaborou um projeto que englobava todas as famílias e quando submetido à análise o projeto foi arquivado, dentre os motivos para tal destacam-se à mudança de gestores municipais e parceiros, além do número de famílias (300) necessárias para adquirir este tipo de financiamento, o que é incompatível com a realidade da associação

³ O financiamento foi concedido pelo Banco do Brasil (BB) para investir na melhoria das unidades de produção familiar, é importante ressaltar que, a outra metade dos associados não conseguiu tal financiamento devido alguns problemas com documentação.

que apresentava 16 famílias. Para um grupo pequeno como a associação o valor que conseguiriam era insuficiente para o investimento em melhorias de infraestrutura das unidades produtoras e aquisição de meios de transporte dos produtos. Essa condição reflete uma dificuldade para que as pequenas associações no Amazonas possam desfrutar das políticas públicas, pois, a baixa concentração de produtores na região e a diversidade na produção não permitem que associações constituídas se formem em torno de um ramo de negócio de interesse comum. Desta forma, é preciso que as políticas de incentivo sejam a nível federal ou estadual que levem em consideração as realidades e possibilidades locais na formulação dos requisitos de acesso aos programas de incentivo.

Quanto à importância da associação para os produtores, os associados ressaltaram alguns pontos positivos decorrentes da prática associativa, expressando que:

É fundamental o associativismo pela parte comercial para conseguir insumos, preços, prazos, ferramentas, o grupo tem a vantagem de conseguir bens que sozinho não conseguia, consegue negociar com as instituições e tem reconhecimento na comunidade [a maioria dos associados].

De forma geral, observou-se que a associação tem tido saldo mais positivo do que negativo, apesar das dificuldades, mas, também contando com parcerias mantidas e estabelecidas ao longo de sua existência. Alguns dos produtores destacam atitudes que podem ter contribuído para a consolidação da associação, dentre estes citam: a forte parceria entre os associados, a solidariedade para permanecerem unidos, e o fortalecimento que proporcionou acesso ao mercado, com a exposição da produção em diversos pontos de venda da capital, além de clientes fixos, bem como os cursos de capacitação realizados.

Com relação ao cultivo de flores e plantas, alguns produtores destacaram a área destinada à produção como condição atrativa para se trabalhar, e que diferente da exigida pela agricultura convencional, este tipo de cultura permite uma relação custo benefício melhor para os produtores, conforme depoimento do associado 1 a seguir:

Olha, com relação ao custo benefício eu diria que essa cultura é melhor por que eu preciso de um espaço menor para plantar a mesma quantidade de flores, que plantaria banana, sendo que para banana eu tenho que investir mais, sem contar que podemos reaproveitar só não aproveito a planta, quando doente tem que jogar fora (associado 1).

Com relação ao desempenho de alguns produtores, nem todos sentem a mesma satisfação quanto ao retorno, conforme expressado no depoimento a seguir: “Olha pra mim não ta bom, não eu nem tenho produzido tanto, eu faço outras coisas, porque também tem uns cursos que a gente tem que fazer eu acho chato, eu prefiro não participar” (associado 5).

No campo foi possível observar contradições entre os associados por motivos diversos, mas, principalmente pelo descompasso entre a condição alcançada por alguns, o que tem gerado conflitos entre os mais engajados na associação e aqueles que exercem outras atividades. Um dos pontos mais discutidos nas assembleias diz respeito a participação efetiva de todos os associados e principalmente a dedicação ao empreendimento familiar, pois este é de responsabilidade individual. Com relação ao descontentamento um dos associados se manifesta da seguinte maneira:

Tem que trabalhar muito, persistir sem desistir diante dos obstáculos e acreditar, só assim vai ter resultado. Eu ter um resultado diferente em relação ao outro não vejo isso como individualidade, mas, como motivação, eles veem que eu prospero, aí tem que trabalhar para melhorar, é muito trabalho, dedicação, e empenho, é ter isso como única fonte de sustento da família. Muitos não querem passar as vezes um dia, um mês e até um ano fazendo curso de capacitação (associado 1).

Diante disso, fica claro que além da dedicação é necessário o envolvimento, participação, sendo estes alguns dos elementos necessários para que o associativismo possa gerar resultados positivos, e, portanto, a conclusão de que a implementação da associação exige que os atores sociais envolvidos tenham capacidade e disposição de se engajar no processo de mudança cultural, de construção organizacional e social, de (re)socialização contínua onde o tempo e a aprendizagem são variáveis extremamente complexas (CARVALHO, et al, 2007).

Para muitos dos pequenos produtores a participação na associação constitui sua primeira experiência de organização e de decisão coletiva, a nível micro e com inserção no nível macro. As sucessivas e diferentes fases da experiência associativa os expõem a um processo de socialização/aprendizagem contínuo nos espaços de decisão coletiva intraorganizacional, onde coexistem os processos de cooperação e de conflito.

De acordo com Boaventura e Avritzer (2002) a participação democrática é um exercício pelo qual todos os associados devem fazer parte da tomada de decisão, num

processo de aprendizagem socioeducativa. Haja vista, essa participação só é possível mediante a organização coletiva, pois possibilita a inserção no campo político. O que tem contribuído para o aumento de diversas organizações atuando juntamente com o Estado na tomada de decisão, a exemplo das associações de produtores rurais no país.

Quanto ao interesse em continuar na associação os produtores demonstraram na sua maioria que tinham pretensão em permanecer na associação e manter-se no ramo de flores e plantas. Conforme expressado na fala da maioria dos associados “Tenho interesse sim, estou satisfeito, eu já consegui comprar mais coisas com dinheiro da venda de planta do que quando com hortaliça” (responderam associados 1, 3, 6, 7, 8 e 9).

No entanto, com relação a participação de todos os associados nas reuniões, este quesito fica a desejar, pois, geralmente apenas a metade comparece, conforme expressa um associado,

[...] tem associado que gostaria de estar aqui, mas não pode, já outros não vem por diferentes motivos, mas aqui está quem tem interesse, sempre avisamos, convidamos, já mudamos a data da reunião, que era de 15 em 15 dias, para uma vez a cada 30 dias, para discutirmos sobre os problemas da associação, nossas metas e tudo mais que houver (associado 1)

Nessa reunião compareceram nove representantes das dezesseis unidades produtoras que compõem a associação para discutir sobre os problemas e metas da associação. Nesse momento a meta era produzir o suficiente e implantar um entreposto em Manaus para destinação da produção. No entanto um entrave com relação a esta meta diz respeito ao não cumprimento das exigências das instituições de regulamentação das prefeituras de Manaus e Rio Preto da Eva para permitir a executar do projeto de expansão da associação para abertura de uma flora para comercializar seus produtos. Esse objetivo ficou pendente para a próxima gestão.

Os associados possuem consciência de sua responsabilidade junto a associação, que são necessários para decisão coletiva em assembléia, pois é nesse campo que são definidos os passos seguintes para o grupo. No entanto apenas 56% dos associados geralmente comparecem as reuniões, os demais ficam sabendo do que foi tratado por meio das informações passadas pelos que compareceram. A organização associativa dos produtores da Flores da Eva apresenta fragilidade ainda quanto a responsabilidade coletiva.

No município de Rio Preto da Eva os produtores rurais correspondem a 3000, aproximadamente, distribuídos em unidades de produção familiar exercendo diversificadas atividades agrícolas e de pecuária, que estão localizadas nos vários ramais ao longo da rodovia AM-010. De responsabilidade da Suframa estas áreas recebem incentivos da Zona Franca por meio de projetos que visam beneficiar o interior. No entanto, nem sempre estes projetos resultam em sucesso, algumas experiências de associativismo foram disseminadas na região não sendo bem sucedidas. Necessitando de novas parcerias, apoio técnico e tecnologias para ingressar em outros segmentos com perspectiva sustentáveis, tendo o associativismo como alavanca para os novos empreendimentos rurais.

Quanto a avaliação da associação os produtores em sua maioria deram parecer positivo para a organização, embora, apontassem pontos negativos e a possibilidade de desligamento caso aparecesse coisa melhor. Mas, por outro lado, os produtores que não fazem parte da associação, se interessam em ingressar por acreditar numa prosperidade em curto prazo e na possibilidade de ter tudo que necessita para o ramo doado pela associação. Conforme expressado por um associado,

Outros produtores vem em busca de se associar achando que vai ganhar semente, vaso, terra, ter acesso aos benefícios dos demais associados, mas, não pensa no outro lado da dedicação, da capacitação, entre outras coisas, ai quando vê a realidade desiste. Enquanto outros continuam querendo se associar. A associação intermedia a negociação entre produtor e outras instituições, mas, a responsabilidade de cada unidade de produção familiar é de responsabilidade do produtor (associado 1).

Diante disso, fica claro que a organização associativa ainda carece de um engajamento político, de ser entendida como um processo educativo pelo qual a realidade pode ser transformada com a participação dos envolvidos, pois, desta maneira o capital social é fortalecido e conseqüentemente a realidade local. Como sinaliza Carvalho que,

É preciso construir uma consciência sobre a importância da Associação como algo da região, que fortalece todo o município e que se compromete com os interesses locais, e, especialmente, dos seus associados não é tarefa fácil, mas pode promover a participação subjetiva e este ser o aparecimento não apenas de capital econômico, mas também de capital social (CARVALHO, et al, p. 412, 2007).

A organização associativa como ferramenta para fortalecimento dos pequenos produtores, tem se concretizado apenas para alguns dos associados, pois o envolvimento e o interesse não é uma constante no grupo. Percebeu-se em diferentes momentos que a

insatisfação se fazia presente na atitude de alguns. Apesar da constatação de que o empenho, a dedicação são elementos fundamentais para a prosperidade do empreendimento.

Observou-se que durante a entrevista nem todos os associados demonstravam satisfação com o resultado do empreendimento com relação à renda, o que pode ser constatado por meio do questionário em que 33% disseram estarem satisfeitos, contra 66% insatisfeitos. Assim como a renda, outras diferenças tem afetado o desenvolvimento da associação, como a baixa participação na gestão da associação. De acordo com Avritzer e Santos (2002) a participação, o envolvimento, e a dedicação são elementos fundamentais, embora seja uma tarefa difícil, para o crescimento de um empreendimento associativo.

CONCLUSÕES

A ideia de desenvolvimento pautada no Relatório Brundtland, de que todos devem ter suas necessidades atuais e futuras atendidas ainda encontra-se em curso, pois, a incorporação da justiça social e a equidade é um processo em construção. Com relação à Amazônia as propostas de desenvolvimento permeadas por esta concepção são recentes, principalmente porque vem se dando posteriormente a legitimação do conceito de desenvolvimento sustentável e com as diretrizes da Agenda 21, em que o reordenamento nas políticas públicas buscou incorporar a preocupação com a conservação ambiental e o manejo dos recursos, promovendo a intensa participação de diversos atores sociais.

A participação, mobilização e organização da população tem sido fundamental para a consecução do desenvolvimento sustentável. Desta forma, as associações que tem resultado desse processo contribuem para o fortalecimento das comunidades locais e protagonismo dos pequenos produtores. Igualmente, o associativismo tem se tornado uma alavanca para as organizações, ao proporcionar mudanças na articulação e mecanismos de negociação com outras instituições. Desta forma, essas iniciativas têm contribuído para melhoria da condição de vida das famílias interioranas por meio de iniciativas inovadoras ao empreender no mais diversos segmentos. Embora o associativismo seja uma prática consolidada nas demais regiões do país, no Amazonas ainda é pouco expressiva, apesar do volume representativo em todo interior. Existe uma diversidade de formas organizativas nos mais variados segmentos que proporcionam emprego e renda para os pequenos produtores rurais. Estes empreendimentos familiares tem contribuído para melhoria da condição de vida das famílias, principalmente quando se articula o conhecimento tradicional com a capacitação por meio de novos conhecimentos adquiridos pelos produtores.

Sendo assim, no presente estudo teve como objeto de estudos as famílias integrantes da associação Flores da Eva no Município de Rio Preto da Eva-AM, das quais nove fizeram parte deste estudo que teve como objetivo central analisar a sustentabilidade social das famílias por meio da utilização de indicadores de sustentabilidade.

Quanto aos objetivos considerou-se que estes foram alcançados uma vez que os resultados obtidos contribuíram para fazer um diagnóstico da realidade do Município de Rio Preto da Eva-AM. No que tange ao objetivo de analisar a sustentabilidade social das famílias

integrantes da Associação Flores da Eva, este foi possível por meio da utilização de indicadores que permitiram mensurar e representar em forma de gráfico um retrato do Município. Constatou-se que considerando todos os condicionantes necessários para a sustentabilidade social das famílias, ainda esta longe do potencial ideal, uma vez que alguns atributos fundamentais apresentam índice baixo de sustentabilidade como a capacitação técnica dos produtores, acesso aos serviços básicos dentre outros.

O município de Rio Preto da Eva assim como outros no interior do Estado do Amazonas apresenta potencialidades para desenvolver-se desde que haja incentivos e infraestrutura adequadas para explorar suas respectivas potencialidades. No entanto, a dificuldade enfrentada pelos associados vem da falta de parceria com as instituições públicas locais para desenvolver um projeto contínuo de apoio as atividades do setor. Não se constatou a confirmação de que havia algum projeto ou programa de apoio aos produtores de flores e plantas ornamentais. Embora seja uma atividade de agricultura, diferenciada da convencional, não recebe apoio como outras iniciativas contempladas com projetos de desenvolvimento sustentável na região vinda de programas do governo federal e estadual.

Observou-se que, um dos entraves para o apoio aos pequenos produtores da associação Flores da Eva tem sido a rotatividade dos representantes institucionais considerados como parceiros, sendo estes SEBRAE, Banco do Brasil, Secretaria do Município de Rio Preto da Eva que mudaram em média três vezes os responsáveis que intermediavam as negociações no ambiente do empreendimento.

Quanto à dificuldade para expansão da flora em escala comercial constatou-se que alguns entraves tem contribuído como, por exemplo, a burocracia para implementação do projeto, tendo em vista que este necessita que se desmate para plantio, no caso de flores de corte, estrutura para consolidação da produção, dentre outros entraves ao projeto em curso, Flora Amazônica. Desde o ano de 1999, quando foi submetido para avaliação da Suframa, com aprovação de 900 hectares para cultivo através da resolução 162/1999, com apoio da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (FAEA), que confirmou compromisso em 2002. Apesar do avanço em algumas etapas o projeto não teve continuidade (fonte: acrílica, maio de 2013).

Com relação à Associação Flores da Eva, esta apresenta entraves semelhantes com relação à parceria com instituições públicas para executar projeto de desenvolvimento no segmento. Tal situação revela a pouca importância dada na esfera política para o desenvolvimento de segmentos que não representam grande impacto econômico, comparado a projetos da agricultura tradicional.

O desenvolvimento do ponto de vista da sustentabilidade deve seguir um conjunto de critérios necessários para uma gestão democrática, articulada nas mais diferentes formas de organização de todos os segmentos da sociedade. Nessa perspectiva, as iniciativas dos projetos alternativos precisam ser fortalecidas em suas potencialidades para que consigam se firmar como verdadeiros empreendimentos. A superação dos desafios parte primeiramente da oportunidade do pequeno produtor de conseguir competir no mercado de acordo com a demanda, para isso é necessário políticas públicas que possibilitem essa condição.

O potencial da biodiversidade Amazônica ainda é pouco explorado, no que se referem aos recursos não madeireiros, as iniciativas existentes com vista ao desenvolvimento são prematuras. As políticas ainda são destinadas a atender a demanda do manejo florestal, assim, a necessidade de autonomia dos pequenos produtores deve-se a urgência da superação do assistencialismo existente em alguns projetos nas comunidades interioranas, ao fortalecimento dos empreendimentos das pequenas associações com vista a alcançar a sustentabilidade, como forma de incrementar o desenvolvimento local. Diante do cenário exposto percebe-se uma lacuna com relação ao investimento de pequeno impacto econômico, salvo algumas iniciativas nas unidades de conservação. É importante que outros estudos referentes às organizações associativas possam ser feitos para dar mais visibilidade a esta forma de participação essencial como ferramenta para o desenvolvimento da comunidade, utilizando o conhecimento e as potencialidades locais.

REFERÊNCIAS

Agenda 21 Brasileira: resultado da consulta nacional/Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004.158 p. ; 21 cm.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

ABRANTES, J. S. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo na Amazônia**. Garamond, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

ALMEIDA, J. **A Problemática do Desenvolvimento Sustentável**. In: Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade. Denizar Fermiano Becker (org). 4. Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ARAÚJO, J; PAULA, E. Novas formas de desenvolvimento do Amazonas: uma leitura das ações do Programa Zona Franca Verde. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* (GODR), Taubaté, v.5, n.3, p. 140-154, set- dez/ 2009.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1999.

BECKER, B. K.; LÉNA, P. **Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2002. 30 p.

BECKER, Bertha K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil In: 50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado/Tarcisio Patricio de Araújo, Salvador Teixeira Werneck Vianna e Júnior Macambira, organizadores. – Rio de Janeiro: Ipea, 290p 2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond. 2004.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. Manaus: Editora Valer, 1999.

_____. **Zênite ecológico e Nadir econômico-social: análise e propostas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2010.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

_____. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2002.

CANTERLE, Nilsa Maria G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br>>. Acesso em: maio. 2013.

CARVALHO, D. F. **Desenvolvimento sustentável e seus limites teórico-metodológicos**. In: FRENANDES, M. M.; GUERRA, L.(org). *Contra- discurso do desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Belém. Unamaz, 2006.

CDMA. Brundtland, G.H. et al. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Relatório. de 1987 da Comissão Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **De “Cativo” a “Liberto”**: o processo de constituição sócio histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CLÓVIS, Cavalcanti. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed.- São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92: Agenda 21- Brasília, Câmara dos Deputados, 1995.

CORRÊA, Luiz de Miranda. **A Borracha e a II Guerra Mundial**. 2. ed. Manaus, SC/ Edições Governo do Estado, 1987.

DORNELAS, J. É possível ensinar empreendedorismo. Disponível em: <www.ceap.br/material/MAT>

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª Ed. –Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

Empreendedorismo no Brasil: 2010 / Simara Maria de Souza Silveira Greco et al. Curitiba: IBQP, 2010.(GEM)

FAO/INCRA Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FAVARETO, Arilson. **Empreendedorismo e dinamização dos territórios de baixa densidade empresarial – uma abordagem sociológica e econômica**. Raízes, Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 32–44, jan./dez. 2005.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: jul. 2013.

FRANTZ, Walter. Reflexões em torno da agricultura familiar. In: ANDRIOLI, Antonio Inácio, (org). **Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação**. Ijuí: Editora INJUÍ. 2009, p.137-187.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia e desenvolvimento sustentável**: um diálogo que todos os brasileiros deveriam conhecer. (colaboração de Walter Esteves de Castro Júnior). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOULET, Denis. **Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável** In: CAVALCANTI, Clóvis. (org). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4. Ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

HOEFFEL, J. L.; REIS, J. C.; JESUS, C. R. **O conceito de sustentabilidade na teoria social Latino-Americana**. Teoria & Pesquisa: Revista de ciência política. Vol.19, n.1, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Indicadores de sustentabilidade. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2004. 393p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES: UAB, 2009.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. Tradução Frédéric Bazizn. (coleção repertórios).

LAMAS, Alonso M. **Floricultura Tropical**: técnicas de cultivo. Recife: SEBRAE/PE, 2000.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8.ed. Petrópolis- Rio de Janeiro. Vozes, 2011.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo. 8 (supl.): 49-9, 1974.

LOPES, R.H.; CAVALCANTE, K.V. **A exploração do exótico**: produção de flores tropicais no Amazonas. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, 13 a 15 de setembro de 2010, Belém PA.

LOUREIRO, R.V. Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento. **Revista de Direito**, GV.16- 527-552. São Paulo. Jul-dez, 2012.

MAHAR, Dennis. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, 1978. (IPEA, INPES, Relatório de pesquisa).

MARZALL, K. ALMEIDA, J. **O Estado da Arte sobre Indicadores de Sustentabilidade para Agroecossistemas**, 1999.

MELO, Lucilene Ferreira de. **Implantação e acompanhamento do manejo de recursos vegetais com potencial para comercialização junto aos ribeirinhos do Município de Manaquiri-AM**, INPA/ UFAM, 2006, p. 208

ONO, M. F. C; BARBOSA, W. de Albuquerque. Diagnóstico Rural Participativo da Agricultura Orgânica na Região Metropolitana de Manaus. www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2014. Acesso em março de 2014.

Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré (AM) / Roberta Amaral de Andrade, organizadora. – Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2011.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Manaus e Entorno, Amazonas, Dezembro de 2006: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acesso em outubro de 2013.

PEDRO Jacobi. **O Complexo da Sustentabilidade**: Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: CEPAM. O Município no Século XXI. São Paulo: CEPAM, 1999, pp.175-184

PEREIRA, Deusamir. **Amazônia (in)sustentável**: Zona Franca de Manaus – estudo e análise. Manaus: Editora Valer, 2006.

Proposta de Teses e Diretrizes para a Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios: Consulta Pública / Coordenação: Ednalva Fernandes Costa de Moraes. – Brasília : MDIC, 2012.68 p. : il

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional**. Civilização Brasileira, 1968

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ed. São Paulo. Atlas, 2008.

RODRIGUES, R. A. **Vidas despedaçadas**: impactos socioambientais da construção da Usina de Balbina (AM), Amazônia Central. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas – Florianópolis**: Departamento de ciências da Administração/ UFSC, [Brasília] : CAPES: UAB, 2009.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento sustentável, Bio-Industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas. Os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F. WEBER, J. (org). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3. Ed.- São Paulo, Cortez, 2002.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir (cap, 6,7,8). São Paulo: Vértice, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais. In: **Anais do I Fórum Internacional**: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza -CE, 16 a 19 de novembro 2003.

SERRA, Maurício Aguiar, FERNÁNDEZ, Ramón García. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia**: motivos para o otimismo e para o pessimismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 1, jan./jun. 2004.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. 2ed. Manaus: Editora Valer, 2013.

SILVEIRA, Jane Simoni. **A Multifuncionalidade da valorização de Produtos Locais**: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. Brasília, 2009. 391p.,il. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília, Brasília.

TRIVINÕS, A. N. B. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAPATA, Tânia et al. **Desenvolvimento local**: estratégias e fundamentos metodológicos. Rio de Janeiro: Ritz, 2001.

www.rebrae.br/banco_arquivos/legislação_paa11.326, acesso em março de 2014.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**Associativismo e agricultura familiar: empreendedorismo sustentável** na Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Rio Preto da Eva- Flores da Eva”, que será realizado na Associação Flores da Eva, localizado na cidade de Rio Preto da Eva no endereço Avenida Conrado Niemeyer, nº 17 (Box) – Bairro Centro, CEP- 69117-000 sob o CNPJ: 09.0188958/0001-84. A referida pesquisa estará sob a responsabilidade das pesquisadoras: Dr^a Lucilene Ferreira de Melo e Mestranda Maria das Neves Oliveira Candido, ambas do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Instituto de Ciências Humanas e Letras- ICHL/ UFAM, a qual terá o apoio desta Instituição.

Manaus, _____ de _____ de 2013.

A handwritten signature in blue ink, reading 'João Batista Evangelista de Sá'.

João Batista Evangelista
Presidente da Associação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
 SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Integrantes da Associação Flores da Eva

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da pesquisa intitulada "**Associativismo e agricultura familiar: empreendedorismo sustentável na Associação de produtores de flores e plantas ornamentais "Flores da Eva"**", sob a responsabilidade do pesquisador(a) **Maria das Neves de Oliveira**, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, end. Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3000 - Campus Universitário, Bairro Coroado I, Manaus/AM, telefone (092) 3305-4579, e-mail: oliveiramarianvi@gmail.com.br. A presente pesquisa está sob orientação da Profa. Dra. Lucilene Ferreira de Melo, end. Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3000 - Campus Universitário, Bairro Coroado I, Manaus/AM, telefone (092) 3305-4579, e-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br. O objetivo geral da pesquisa consiste em "Analisar a sustentabilidade social das famílias produtoras de flores e plantas ornamentais da associação "Flores da Eva" no município de Rio Preto da Eva.

Embora toda pesquisa envolvendo seres humanos apresente algum risco, no caso deste estudo os possíveis riscos são mínimos, uma vez que estes podem decorrer de sua participação por meio da exposição de informações e assim, pode gerar conflito aos participantes, pois pode trazer a tona situações não cicatrizadas de possíveis conflitos existentes no histórico da associação. Dentro desse contexto é possível que as pessoas gerem intrigas entre si, prejudicando assim, sua vida particular e os contornos associativos. Para que isso possa ser atenuado buscar-se-á fazer as entrevistas separadas e de forma individual, para que as ideias e posições contrárias, ou conflitos históricos não sejam expostos no mesmo ambiente. Desta forma serão preservadas as fontes e informações colhidas com os participantes da pesquisa. No entanto, caso algum incidente ocorra será tomada devidas providências por parte da pesquisadora sem causar nenhum ônus para o participante. Os benefícios decorrentes da sua participação poderão contribuir para promover o despertar e interesse de outros estudos, assim como chamar a atenção para essa prática de produção rural diferenciada na Amazônia. A discussão acadêmica pode complementar aos conhecimentos agrícolas tradicionais o viés da sustentabilidade. Também é válido mostrar às instâncias estatais, esse ramo de atividade rural e seu potencial de inclusão social, pois há necessidade de incrementar parcerias entre as políticas de desenvolvimento local e os pequenos produtores do interior da Amazônia. Destacando também, a importância da organização dos trabalhadores rurais em associação.

Segundo a metodologia adotada nesta pesquisa, esta se caracteriza como bibliográfica, empírica e estudo de caso com reconhecimento em campo, sendo que nesta última será utilizada a técnica/instrumento de formulário com perguntas abertas e fechadas, juntamente com a entrevista semiestruturada por meio de registro fonográfico, fotográfico e também em caderno de campo. É importante ressaltar que sua participação é voluntária, o que significa que não receberá nenhuma compensação por sua colaboração, portanto, o(a) Sr.(a) pode se retirar do estudo a qualquer momento que

desejar. Sua participação também não acarretará nenhuma despesa pessoal, e todas as informações fornecidas terão total sigilo, o que garante a confiabilidade de sua participação, durante a pesquisa e após a divulgação dos resultados desta.

Consentimento Pós-Infomação:

Declaro ter sido informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma via deste documento assinada.

Para qualquer outra informação o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora, Maria das Neves Oliveira Candido, bem como, com sua orientadora, a Profa. Dra. Lucilene Ferreira de Melo, nos endereços acima mencionados, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

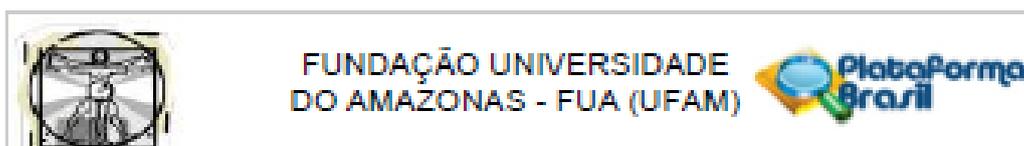
Manaus, 12 de maio de 2014.

Assinatura do Participante



Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

Maria das Neves de Oliveira
Assinatura do Pesquisador Responsável



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Associativismo e agricultura familiar: empreendedorismo sustentável na Associação de produtores de flores e plantas ornamentais "Flores da Eva"

Pesquisador: Maria das Neves de Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30666514.3.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPESAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 575.612

Data da Relatório: 04/06/2014

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será realizada na perspectiva compreender as alternativas de desenvolvimento local buscadas atualmente por meio do associativismo praticado por pequenos produtores do Interior do Amazonas. Como objetivo principal será feita uma análise da sustentabilidade social das famílias de uma associação de produtores, por meio de indicadores adaptados pelo pesquisador com base nos dados do IBGE na dimensão social, e demais dados de fontes secundárias como municipais, como também os dados de fontes primárias como entrevista semiestruturada juntamente com um formulário contendo perguntas abertas e fechadas. Todos os dados coletados serão analisados e representados em forma gráfica, tomando como parâmetro as variáveis que serão utilizadas para mensuração dos indicadores encontrados com relação a sustentabilidade social.

O estudo busca examinar o quanto a dimensão social da sustentabilidade está sendo considerada e o quanto sustentável é o empreendimento da organização dos produtores de flores de Rio Preto da Eva- AM. Para alcançar os objetivos propostos esta pesquisa tomará como base para análise os dados de indicadores do IBGE (censo 2010), de órgãos públicos municipais e estaduais, juntamente com os dados coletados em campo. A análise será feita com base e indicadores derivados das variáveis socioeconômicas relacionadas com as unidades familiares de produção.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adriadópolis

CEP: 69.057-070

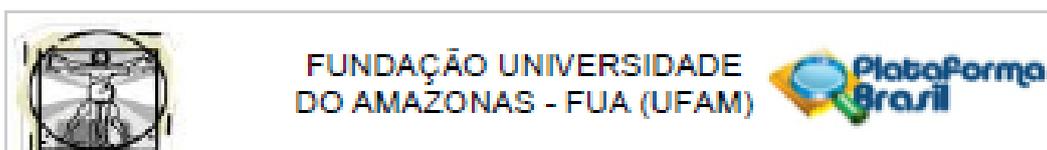
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (00)3305-5130

Fax: (00)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 678.612

Objetivo da Pesquisa:

Hipótese

O empreendedorismo associativo pode contribuir para a sustentabilidade social das famílias de pequenos produtores ao suprir as necessidades capitalistas das relações. A incorporação da sustentabilidade na produção diversificada nas unidades familiares pode ser menos danosa para o ambiente e ainda ser uma ferramenta de desenvolvimento local.

OBJETIVOS

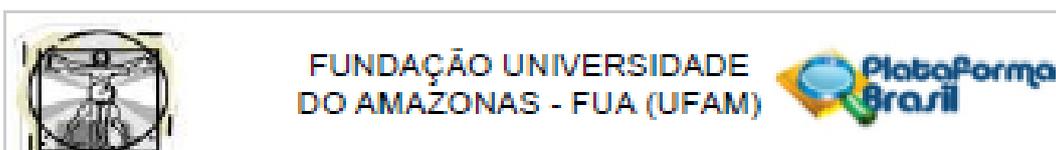
Primário

Analisar a sustentabilidade social das famílias produtoras de flores e plantas ornamentais da associação “Flores da Eva” no município de Rio Preto da Eva.

Secundários

- Identificar a contribuição do empreendimento para renda das famílias associadas; Examinar os impactos positivos do empreendimento quanto ao acesso à saúde, educação e condições de moradia das famílias associadas; - Identificar as condições de produção e escoamento das plantas e flores nas unidades familiares.

Endereço: Rua Teresina, 4050
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.067-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 675.812

Metodologia

O estudo será conduzido com base no levantamento nas propriedades dos produtores rurais ligados à associação de cultivo de flores e plantas ornamentais Flores da Eva no município de Rio Preto da Eva e localizadas ao longo da estrada AM-010. O estudo busca colher as informações sobre como surgiu, seu funcionamento e como tem afetado as famílias associadas. Para tanto, os sujeitos da pesquisa serão os integrantes da associação Flores da Eva, a amostra será composta por nove famílias, das quais será selecionado um representante que corresponda aos objetivos da pesquisa. A coleta de dados será feita por meio do registro fonográfico, juntamente com a aplicação de formulário ao participante e caderno de campo. A análise dos dados será da seguinte forma, primeiro as entrevistas serão transcritas, depois os dados do formulário serão sistematizados e analisados com base nos parâmetros e indicadores de sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, será feita uma análise geral dos dados com aporte na bibliografia existente que resultará no texto final.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Critério de Inclusão

Ser produtor rural, associado há pelo menos dois anos a associação flores da Eva e ter conhecimento das alternativas com foco no desenvolvimento sustentável

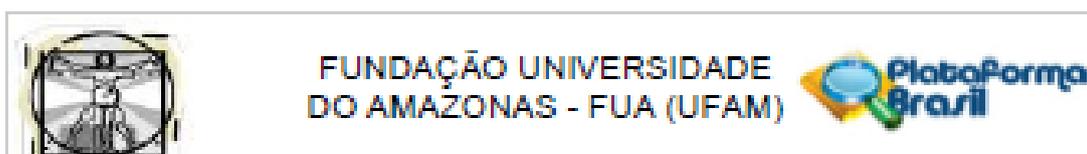
Critério de Exclusão

Não ter dedicação exclusiva a produção rural.

Riscos

Embora toda pesquisa envolvendo seres humanos apresente algum risco, no caso deste estudo os possíveis riscos são mínimos, uma vez que estes podem decorrer da participação por meio da exposição de informações e assim, pode gerar conflito aos participantes, pois pode trazer à tona não cicatrizadas de possíveis conflitos existentes no histórico da associação. Dentro desse contexto é possível que as pessoas gerem intrigas entre si, prejudicando assim, sua vida particular e os contornos associativos. Para que isso possa ser atenuado buscar-se-á fazer as entrevistas separadas e de forma individual, para que as ideias e posições contrárias, ou conflitos históricos não sejam expostos no mesmo ambiente. Desta forma serão preservadas as fontes e informações colhidas com os participantes da pesquisa. No entanto, caso algum incidente será tomada devidas providências por parte da pesquisadora sem causar nenhum ônus para o participante.

Endereço: Rua Teresina, 4050	CEP: 69.067-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (02)3308-5130	Fac: (02)3308-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 675.612

Benefícios

Os benefícios decorrentes da pesquisa poderão contribuir para promover o despertar e interesse de outros estudos, assim como chamar a atenção para essa prática de produção rural diferenciada na Amazônia. A discussão acadêmica pode complementar aos conhecimentos agrícolas tradicionais o viés da sustentabilidade. Também é válido mostrar às Instâncias estaduais, esse ramo de atividade rural e seu potencial de inclusão social, pois há necessidade de incrementar parcerias entre as políticas de desenvolvimento local e os pequenos produtores do interior da Amazônia. Destacando também, a importância da organização dos trabalhadores rurais em associação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo busca examinar o quanto a dimensão social da sustentabilidade está sendo considerada e o quanto sustentável é o empreendimento da organização dos produtores de flores de Rio Preto da Eva- AM. Para alcançar os objetivos propostos esta pesquisa tomará como base para análise os dados de indicadores do IBGE (censo 2010), de órgãos públicos municipais e estaduais, juntamente com os dados coletados em campo. A análise será feita com base e indicadores derivados das variáveis socioeconômicas relacionadas com as unidades familiares de produção.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Orçamento: Adequado

Cronograma: Corrigido

Folha de Rosto: Adequado

Termo de Anúncia: Adequado

Riscos: Adequado

TGLE: Adequado

TGLE: Adequado

Recomendações:

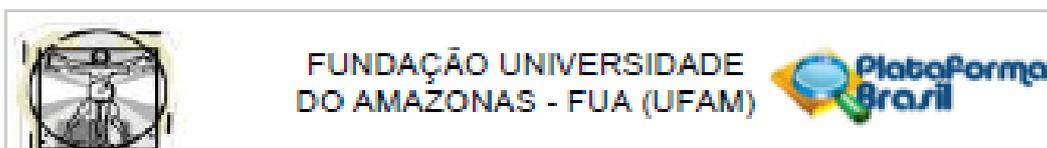
O pesquisador deverá iniciar a coleta de dados, somente após a análise e aprovação pelo CEP/UFAM.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1. Cronograma: corrigido

2. Termo de Anúncia: incluído com data de emissão e assinatura.

Endereço: Rua Teresina, 4050			
Bairro: Adrianópolis	CEP: 691051-070		
UF: AM	Município: MANAUS		
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130	E-mail: cep@ufam.edu.br	



Continuação do Parecer: 675.612

Em razão do exposto somos de parecer favorável pela **APROVAÇÃO** do projeto, pois o pesquisador cumpriu totalmente as determinações da Res. 466/12.

É o parecer.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 05 de Junho de 2014

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
 (Coordenador)

Endereço: Rua Teixeira, 4050
 Bairro: Adlandpolla CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (02)3305-5130 Fax: (02)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL E PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**FORMULÁRIO PARA O LEVANTAMENTO SÓCIOECONÔMICO DOS
ASSOCIADOS DA Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais- Flores
da Eva**

Data ___/___/___ Nº _____

IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:

Nome: _____

Sexo: (1) Feminino; (2) Masculino

Idade: (1) 25 a 30 anos; (2) 31 a 35 anos; (3) 36 a 40 anos; (4) 41 a 45 anos; (5) 46 a 55 anos;
(6) 56 a 60 anos; (7) 61 a 65 anos.

Endereço: _____

Bairro: _____

Telefone: residencial _____ Celular: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Naturalidade: _____

Estado Civil: (1) Solteiro; (2) Casado; (3) Viúvo; (4) Separado; (5) União Estável; (6) Outros

BENEFÍCIOS SOCIAIS: (1) Programa Bolsa Família; (2) Benefício de Prestação Continuada (BPC); (3) Aposentadoria; (4) Auxílio-Doença; (5) Seguro-Desemprego; (6) pensão por morte, (7) Outros : _____

CONDIÇÕES DE MORADIA:

Casa: (1) Própria; (2) Alugada R\$ _____; (3) Cedida; (4) Outros _____

Tipo de Construção: (1) Alvenaria; (2) Madeira; (3) Mista

Infraestrutura: (1) Luz Elétrica; (2) Água Encanada; (3) Poço Artesiano; (4)

Sistema de esgoto; (5) Vias de acesso _____

ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

(1) Iltrado; (2) Alfabetizado; (3) Ens. Fundamental Incompleto: _____; (4) Ens. Fundamental Completo; (5) Ens. Médio Incompleto: _____; (6) Ensino Médio Completo; (7) Ens. Superior incompleto; (8) Ens. Superior completo: _____

Cursos de capacitação profissional e aperfeiçoamento:

GRUPO FAMILIAR:

	Nome	Relação de Parentesco	Idade (Anos)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			

	Escolaridade	Atividade(Profissão)	Benefício Social	Receita Mensal (R\$)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
0				

Quantos familiares ajudam no negócio? _____

Quantos fazem parte da Associação? _____

Qual a Renda familiar? R\$ _____

(1) menos de 1 salário mínimo

(2) entre 1 e 2 salários mínimos

(3) entre 2 e 3 salários mínimos

(4) entre 3 e 4 salários mínimos

(5) maior que 4 salários mínimos

Obs: salário mínimo atual R\$ 724,00

CADASTRO DE ASSOCIADO: Ocupação antes de se tornar associado: (1) Desempregado (a); (2) Estava trabalhando com carteira assinada; (3) Estava trabalhando sem carteira assinada; (4) Trabalhava com o negócio atual, mas não era formalizado; (5) Trabalhava com outro negócio.

Ocupação como associado:

Como se deu sua adesão a Associação? _____

Quanto tempo é associado: (1) 6 meses a 1 ano; (2) 2 anos; (3) 3 anos; (4) 4 anos; (5) 5anos; (6) 6 anos.

Qual função exerce na Associação: _____

Tempo que exerce essa função: (1) 6 meses a 1 ano; (2) 2 anos; (3) 3 anos; (4) 4 anos; (5) 5anos; (6) 6 anos.

Como aprendeu essa atividade: (1) Na prática; (2) Observando outras pessoas exercendo essa função; (3) Com familiares; (4) Em empregos anteriores; (5) Através de cursos e treinamentos.

Onde sua produção é comercializada?

Possui outra fonte de renda?:

(1)

Sim:

(2) Não

Como você se vê dentro da Associação, qual a importância da sua função para o bom desenvolvimento da Associação?

Quais mudanças ocorreram com a formação da associação para sua família?

Acesso a financiamentos () ()

Aquisição de bens materiais () ()

Investimento em saúde () ()

Educação () ()

Lazer () ()

Outros () ()

Qual é o custo benefício dessa atividade?

As práticas de cultivo seguem as orientações da legislação ambiental?

Toma alguma medida para conservar o ambiente natural? Qual?

A ampliação de sua área de cultivo causou algum impacto ambiental causou na mata nativa?

Recicla os resíduos da produção?

Recebe assistência técnica por parte de alguma instituição pública ou privada?

Pretende permanecer neste tipo de empreendimento?

Qual é o investimento mensal na unidade de produção familiar?

Quantos membros da família participam diretamente das atividades?

Obrigado!